

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÉLEN RÚBIA DE ANDRADE SILVA

**ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO  
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - ES, NOS ANOS 2000**

VITÓRIA

2021

ÉLEN RÚBIA DE ANDRADE SILVA

**ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO  
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - ES, NOS ANOS 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S586a Silva, Élen Rúbia de Andrade, 1994-  
ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO  
METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA - ES, NOS ANOS  
2000 / Élen Rúbia de Andrade Silva. - 2021.  
185 f. : il.

Orientadora: Eneida Maria Souza Mendonça.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Migração interna. 2. Planejamento urbano. 3. Distribuição  
espacial da população. 4. Região Metropolitana da Grande Vitória  
(ES). I. Mendonça, Eneida Maria Souza. II. Universidade Federal  
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.  
Título.

CDU: 91

---

**Élen Rúbia de Andrade Silva**

**ANÁLISE SOCIOESPACIAL DA MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DA  
GRANDE VITÓRIA-ES, NOS ANOS 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em 27/08/2021



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA - SIAPE 297736 Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR Em 27/08/2021 às 16:43

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/257763?tipoArquivo=O>

**Prof.ª. Dr.ª. Eneida Maria Souza Mendonça (UFES)**  
Presidente da comissão e Orientadora



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por EDNELSON MARIANO DOTA - SIAPE 2265606 Departamento de Geografia - DG/CCHN Em 30/08/2021 às 17:07

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/258722?tipoArquivo=O>

**Prof. Dr. Ednelson Mariano DOTA (UFES)**  
Examinador interno

**GIOVANILTON ANDRE CARRETTA  
FERREIRA:06925087756**

Assinado de forma digital por  
GIOVANILTON ANDRE CARRETTA  
FERREIRA:06925087756  
Dados: 2021.09.06 09:19:10 -03'00'

**Prof. Dr. Giovanilton André Carreta Ferreira (UUV)**  
Examinador externo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Vitória, agosto de 2021

## **Agradecimentos**

Agradeço ao “orientador” da minha vida, meu Deus, porque dEle, por Ele e para Ele são todas as coisas, e eu sei que sem Ele essa etapa não teria se concretizado.

Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça, por ter me escolhido no processo seletivo, por ter aceitado o desafio de me orientar e ter me dado toda a liberdade de pesquisar sobre um assunto que não é do seu cotidiano. Obrigada por ser uma pessoa maravilhosa e me transmitir calma e docilidade desde o início, por ter respeitado meu tempo e ter sido compreensiva, pois foi fundamental para que eu passasse por todo o processo da pós-graduação com leveza. Enfim, muito obrigada por ter sido tão gentil!

Agradeço ao Prof. Dr. Ednelson Dota, por ter me apresentado a Geografia da população e as pesquisas sobre migração com maestria. Agradeço por esse período que passei pela pós-graduação, e continuei sendo orientada, na disciplina de Métodos quantitativos (que por sinal, foi fundamental para a realização desta pesquisa), no estágio supervisionado, nas reuniões do grupo de pesquisa, em minha qualificação e pela ajuda com as análises dos dados demográficos.

Ao Prof. Dr. Giovanilton Ferreira, eu agradeço por ter aceitado participar da minha banca examinadora e ter feito contribuições essenciais.

Ao Nau pelos equipamentos e pela infraestrutura essencial para este trabalho, que pude desfrutar no primeiro ano do mestrado e aos orientandos e orientadores pelas trocas de ideias, experiências, ajudas e conversas frouxas.

Ao grupo de estudos em Mobilidade Espacial da População, por todas as reuniões, interações, debates dos textos, trocas e, em especial, aos colegas Marcone, Malena, Rennan, Kauai e Francismar pelas ajudas.

Ao Everton Patuzzo e ao Oscar Preciado pelas contribuições nesse trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, por todo o conhecimento compartilhado. Em especial aos professores Carlos Teixeira, Luís Carlos Tosta, Cássio Boechat e Rafael Catão, com quem tive a oportunidade de participar das disciplinas.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo.

A Universidade Federal do Espírito Santo, instituição onde me formei em Licenciatura e Bacharelado em Geografia e tive o privilégio de fazer o mestrado, minha gratidão a essa instituição e aos profissionais.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes pela concessão de bolsa de estudos, fundamental para conclusão desse trabalho.

A minha mãe, Eleníuda, por ser minha auxiliadora, uma pessoa que motiva, impulsiona, ora e me faz sentir muito amada. Ao meu pai, Rogério, pela segurança que proporciona ao nosso lar, por me apoiar nos estudos e por torcer e acreditar no meu crescimento, mas acima de tudo, agradeço a vocês dois por terem me passado a melhor herança que eu poderia receber.

Ao meu querido Juliano, muito obrigada por me dizer palavras de encorajamento todas as vezes que o desespero bateu, pela compreensão e suporte, por sentar ao meu lado por inúmeras vezes enquanto escrevia, dividir seus pensamentos comigo e me indicar bibliografias. Conquistar as coisas na vida com você ao meu lado é muito especial!

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram, direta ou indiretamente, para que fosse possível a realização desse trabalho, muito obrigado.

## RESUMO

O presente trabalho discute o processo de migração que se sucedeu na Região Metropolitana da Grande Vitória, nos anos 2000, a partir dos dados disponíveis no Censo demográfico de 2010. Tem como objetivo geral compreender a migração na RMGV, a partir de análises referente aos movimentos populacionais, por meio da complementação entre três modalidades migratórias e apresentar a distribuição espacial dos migrantes. Para que as análises pudessem ser realizadas foram utilizados dados secundários do Censo Demográfico de 2010, que auxiliassem na compreensão das características dos migrantes e também da concentração desses, nas Áreas de Ponderação, dentro da região metropolitana. Na análise espacial da distribuição dos migrantes foi verificada uma tendência no direcionamento dos migrantes com características similares entre si. Observa-se que as áreas metropolitanas com maior concentração de infraestrutura, comércio e serviços, tendem a atrair a maior parte dos migrantes com maiores níveis de renda e escolaridade, além de apresentarem uma homogeneidade quanto à cor ou raça. Em contrapartida, as áreas onde há maior precariedade urbana, a tendência é por atrair migrantes com menores níveis de instrução e renda, e haver uma heterogeneidade com relação à cor ou raça. A importância de revelar e espacializar a realidade dos migrantes na RMGV pode balizar novas pesquisas, planejamentos estatais e investimentos que promovam a qualidade de vida dos habitantes da RMGV.

**Palavras-chaves:** Migrantes; Região Metropolitana da Grande Vitória; Área de Ponderação.

## **ABSTRACT**

This paper discusses the migration process that took place in the Metropolitan Region of Greater Vitória, in the 2000s, based on data available in the 2010 Demographic Census. Its general objective is to understand migration in the GVMR, based on the analysis of population movements, through the complementation between three migratory modalities and present a spatial distribution of migrants. For the execution of the analysis, secondary data from the 2010 Demographic Census were used to help understand the characteristics of migrants and also their concentration in Weighting Areas within the metropolitan region. In the spatial analysis of the distribution of migrants, a trend towards the targeting of migrants with similar characteristics was verified. It is observed that metropolitan areas with a greater concentration of infrastructure, commerce and services tend to attract most migrants with higher levels of income and education, in addition to being homogeneous in terms of color or race. On the other hand, in areas with a greater urban precariousness, the tendency is to attract migrants with lower levels of education and income, but also with heterogeneity regarding to color of skin or race. The importance of revealing and spatializing the reality of migrants in the GVMR can provide new research, state planning and investments that promote the quality of life of the inhabitants of the RMGV.

**Keywords:** Migrants; Greater Vitória Metropolitan Region; Weighting Area

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Localização da Região Metropolitana da Grande Vitória.....	15
Figura 02: Taxas médias geométricas de incremento anual da população dos municípios da RMGV (%) entre 1970 a 2010.....	56
Figura 03: Localização dos terminais rodoviários, <i>shoppings centers</i> , portos, aeroporto, ferrovias e principais vias na RMGV.....	66
Figura 04: Esquema do Arco de Desenvolvimento Metropolitano.....	68
Figura 05: Vazios urbanos no interior da mancha urbana densa da RMGV em 2010.....	74
Figura 06: Evolução da mancha urbana na RMGV, entre os anos de 1970 e 2013.....	76
Figura 07: Saldo migratório das trocas com origem e destino nos municípios do Estado do Espírito Santo, RMGV e Outros municípios do Estado. 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010.....	84
Figura 08: Números absolutos da migração intrametropolitana e saldo migratório na RMGV em 2010.....	113
Figura 09: Números absolutos da mobilidade pendular e saldo de mobilidade pendular na RMGV, em 2010.....	116
Figura 10: Distribuição dos imigrantes, por área de ponderação, na RMGV, 2010.....	122
Figura 11: Rendimento médio mensal per capita (em salários mínimos) da população total, RMGV, em 2010.....	125
Figura 12: Rendimento médio mensal per capita (em salários mínimos) por AP, do restante da população, RMGV, em 2010.....	127
Figura 13: Rendimento médio mensal per capita (em salários mínimos) por AP, dos migrantes, RMGV, em 2010.....	129
Figura 14: Áreas de ponderação que mais receberam migrantes na RMGV, 2010.....	131
Figura 15: Mosaico de Praia da Costa, Vila Velha-ES, 2005 e 2010.....	133
Figura 16: Mosaico de Itaparica, Vila Velha-ES, 2005 e 2010.....	134
Figura 17: Mosaico de Jardim da Penha, Vitória-ES, 2005 e 2010.....	136
Figura 18: Mosaico de Jardim Camburi, Vitória-ES, 2005 e 2010.....	137
Figura 19: Mosaico de Colina de Laranjeiras, Serra-ES, 2005 e 2010.....	138
Figura 20: Mosaico de Itapoã, Vila Velha-ES, 2005 e 2010.....	139

Figura 21: Mosaico de Manguinhos, Serra-ES, 2005 e 2010.....	141
Figura 22: Mosaico de Campo Grande, Cariacica-ES, 2005 e 2010.....	142
Figura 23: Mosaico de Terra Vermelha, Vila Velha-ES, 2005 e 2010.....	143
Figura 24: Mosaico de Nova Bethânia, Viana-ES, 2005 e 2010.....	144
Figura 25: Migrantes sem instrução por AP, RMGV, 2010.....	147
Figura 26: Migrantes com ensino fundamental completo por AP, RMGV,2010.....	148
Figura 27: Migrantes com ensino médio completo por AP, RMGV, 2010.....	150
Figura 28: Migrantes com ensino superior completo por AP, RMGV, 2010.....	151
Figura 29: Migrantes de cor ou raça branca por AP, RMGV, 2010.....	154
Figura 30: Migrantes de cor ou raça parda por AP, RMGV, 2010.....	156
Figura 31: Migrantes de cor ou raça preta por AP, RMGV, 2010.....	157
Figura 32: Migrantes de cor ou raça amarela por AP, RMGV, 2010.....	159
Figura 33: Migrantes de cor ou raça indígena por AP, RMGV, 2010.....	160
Figura 34: Distribuição espacial das atividades centrais na RMGV, 2017.....	162

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: População urbana e rural do Espírito Santo, 1940-2010.....	53
Gráfico 02: Número de habitações produzidas pela COHAB-ES e pelo INOCOOP-ES na Grande Vitória até o ano de 1986.....	62
Gráfico 03: Evolução da mancha urbana (área em km <sup>2</sup> ) em cinco municípios da RMGV, entre 1970 e 2013.....	77
Gráfico 04: Taxas de fecundidade total no Brasil e Espírito Santo, entre 1970 a 2010.....	81
Gráfico 05: Taxa de fecundidade total dos municípios da RMGV em 2000 e 2010.....	82
Gráfico 06: Saldo migratório total (data-fixa) dos municípios da RMGV em 2000 e 2010.....	86
Gráfico 07: Imigração e emigração interestadual com a RMGV, 1995-2000 e 2005-2010.....	91
Gráfico 08: Imigração Interestadual em relação aos municípios da RMGV, em porcentagem (%), 2005-2010.....	93
Gráfico 09: Proporção de pendulares por município da RMGV, em 2010.....	117

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: Subgrupos populacionais componentes nos dois grupos analisados neste trabalho.....	21
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: População estimada dos municípios da RMGV em 2020.....	15
Tabela 02: Áreas de ponderação por município da RMGV, 2010.....	22
Tabela 03: Unidades habitacionais produzidas pela COHAB-ES e pelo INOCOOP-ES entre 1966 a 1986 na RMGV.....	63
Tabela 04: Vazios urbanos dentro mancha urbana densa da RMGV identificados pela análise da ortofoto do IEMA de 2007/2008 seguindo os limites da mancha urbana de 2010 (IJSN 2010).....	72
Tabela 05: Imigração, emigração, saldos migratórios e IEM do Espírito Santo nos períodos de 1970/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.....	83
Tabela 06: Migração interestadual nos municípios da RMGV,1995-2000 e 2005-2010.....	90
Tabela 07: Migração intraestadual nos municípios da RMGV, 1995-2000 e 2005-2010.....	99
Tabela 08: Migração intrametropolitana nos municípios da RMGV, 1995-2000 e 2005-2010.....	99
Tabela 09: Migrantes e restante da população por grupos de idade, RMGV, 2000 e 2010.....	102
Tabela 10: Migrantes e restante da população segundo o sexo, RMGV, 2000 e 2010.....	104
Tabela 11: Migrantes e restante da população que vivem em companhia de cônjuge ou companheiro, RMGV, 2000 e 2010.....	105
Tabela 12: Migrantes e restante da população por curso mais elevado que frequentou, RMGV, 2000 e 2010.....	106
Tabela 13: Migrantes e restante da população por cor ou raça, RMGV, 2000 e 2010.....	108
Tabela 14: Domicílios particulares permanentes por condição de ocupação, de migrantes e restante da população, RMGV, 2000 e 2010.....	108
Tabela 15: Domicílios particulares permanentes por número de banheiros de uso exclusivo, migrantes e restante da população, RMGV, 2000 e 2010.....	110
Tabela 16: Domicílios particulares permanentes por densidade de morador por cômodo, migrantes e restante da população, RMGV, 2000 e 2010.....	110
Tabela 17: Migrantes e restante da população ocupados segundo tipo de ocupação na RMGV, 2010.....	120

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AP: Área de Ponderação

BANDES: Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A

BANESTES: Banco do Estado do Espírito Santo S/A

BNH: Banco Nacional de Habitação

CIVIT: Centro Industrial de Vitória

COFAVI: Companhia Ferro e Aço de Vitória

COHAB: Companhia Habitacional

COHAB-ES: Companhia Habitacional do Espírito Santo

CST: Companhia Siderúrgica de Tubarão

CVRD: Companhia Vale do Rio Doce

EADI: Estação Aduaneira de Interior

FUNDAI: Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial

FUNDAP: Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

FUNRES: Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

GERES: Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEM: Índice de Eficácia Migratória

INOCOOP-ES: Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo

RMGV: Região Metropolitana da Grande Vitória

PDUI: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

SIG: Sistema de Informações Geográficas

Transcol: Sistema de Transporte Integrado da Região da Grande Vitória

SUPPIN: Superintendência de Projetos de Polarização Indústria

UF: Unidade da Federação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1	Procedimentos metodológicos.....	18
<b>2</b>	<b>MIGRAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO</b> .....	24
2.1	Aproximações teóricas sobre migração.....	24
2.2	Migrações para a cidade e para as regiões metropolitanas.....	30
2.3	A produção do espaço urbano e as desigualdades socioespaciais.....	42
<b>3</b>	<b>RMGV: CRESCIMENTO URBANO E POPULACIONAL</b> .....	52
3.1	A RMGV e o crescimento urbano.....	52
3.2	O incremento migratório e o crescimento vegetativo na RMGV.....	79
<b>4</b>	<b>MIGRANTES NA RMGV: DISTRIBUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIAIS</b> .....	87
4.1	A migração nos municípios da RMGV.....	87
4.2	As características da população na RMGV.....	100
4.3	A distribuição espacial dos migrantes na RMGV.....	112
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	166
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	169
	<b>APÊNDICES</b> .....	181

## 1 INTRODUÇÃO

Uma das principais razões que estimulam as pessoas a se deslocarem está relacionada à organização social e suas transformações, às causas econômicas, à melhores condições de vida, como acesso aos bens e serviços públicos e privados, à localização das atividades produtivas, onde há maior oferta de postos de trabalho e melhores remunerações. A dinâmica populacional está diretamente associada às grandes cidades e ao seu desenvolvimento econômico, de forma estrutural (RAMALHO; BRITO, 2016). Cunha (2011, p. 07) salienta que a:

[...] mobilidade espacial refere-se à “habilidade” de mover-se no espaço, fenômeno que pode envolver não apenas a migração, considerada como mudança de lugar de residência, mas também os movimentos diários dos quais os mais conhecidos são os pendulares.

São diversos os fatores que estimulam os deslocamentos populacionais, caracterizados pela alteração do lugar de residência em momentos cruciais da vida, ou mesmo devido à ascensão social (PATARRA; CUNHA, 1987 apud CUNHA, 2011).

Singer (1976) explica que, a diferença entre países capitalistas desenvolvidos e os países não desenvolvidos também pode ser observada com relação ao modo como se dá o processo de mudança tecnológica. Nos países desenvolvidos o que acontece é a evolução gradual das inovações, enquanto que nos países não desenvolvidos ocorre uma implantação abrupta de novos ramos de produção, ocasionando impactos mais relevantes na estrutura econômica, com maiores efeitos socioeconômicos (SINGER, 1976). As diferenças se refletem também na população, pois enquanto num país desenvolvido, a população já se encontra inserida em uma economia de mercado; no país não desenvolvido, aos poucos uma parcela da população vai deixando a economia de subsistência e passa a integrar a economia de mercado. E para tornar completo o desenvolvimento deste país deve-se observar o contingente de força de trabalho que permanece no setor de subsistência, a fim de reverter este quadro (SINGER, 1976).

Anteriormente à década de 1950, o destaque nas migrações no Brasil se dava para a maior participação da modalidade internacional (DAMIANI, 2002). Desde o início do processo de colonização a migração no Brasil se caracterizou como internacional. Primeiramente com a chegada dos portugueses e dos povos

escravizados, durando aproximadamente 350 anos (MARTINE, MC GRANAHAM, 2010). E após o fim do período de escravidão, um grande contingente de europeus migrou, principalmente para trabalhar no novo ciclo econômico brasileiro, baseado na cafeicultura, tendo se desenvolvido nas últimas décadas do século XIX e início do século XX (MARTINE, MC GRANAHAM, 2010).

No final do século XIX e início do XX, os avanços tecnológicos promovidos pelo processo de industrialização nos países europeus, possibilitaram também melhorias nos transportes e mecanização de setores da produção cafeeira em algumas regiões brasileiras, e foram nessas regiões em que as melhores condições de vida e também o fato de o trabalho ser assalariado, estimulou migrações nacionais e internacionais, concentraram maior população assalariada, e com isso, foi criado um mercado interno consumidor (MARTINE, MC GRANAHAM, 2010).

A quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, e a sequente crise econômica mundial, fez com que o preço dos produtos agrícolas brasileiros despencasse, culminando em uma forte crise também na economia brasileira à época.

A saída encontrada pela política brasileira foi a de promover avanços sobre a fronteira agrícola, rumo à região Centro-Oeste, Paraná e Amazônia, e também incentivar o processo de industrialização no país, diminuindo assim a participação nas importações e alicerçando um mercado interno, onde a mão-de-obra era suprida pelos migrantes que vinham das áreas rurais e ora iam para as tais fronteiras, ora se concentravam em áreas urbanas, onde a diminuição “[...] da mortalidade e o aumento do crescimento vegetativo contribuíram fortemente para alimentar esses dois fluxos durante várias décadas” (MARTINE, MC GRANAHAM, 2010, p. 15).

O grande crescimento populacional que ocorreu no Brasil urbano, a partir da segunda metade do século XX, somado à modernização social, com o crescimento da industrialização e urbanização, modificou o modo como as pessoas se organizavam e se reproduziam. Porém isso não ocorreu homogeneamente em todo o território brasileiro, onde o contexto político-econômico afetou cada região do país distintamente e gerou resultados diversos que repercutem na atualidade. E essas modificações que ocorreram na sociedade afetaram a migração, que também tem se transformado nas últimas décadas.

Após uma diminuição do êxodo rural a partir da década de 1980 (MARTINE, MC GRANAHAM, 2010), outras modalidades migratórias ganharam notoriedade na dinâmica migratória brasileira. Os diferentes momentos econômicos vivenciados no país influenciaram os fluxos populacionais, onde os movimentos de longa distância diminuíram o seu volume dando abertura para movimentos de curta distância, como as migrações intraestaduais, intrametropolitanas e os movimentos pendulares. Baeninger (2011, p. 71) salienta que:

O tema das migrações internas no Brasil adquire importância crescente nos estudos de população no século 21. De um lado, as migrações de longa distância redesenharam seus trajetos e seus significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas.

Cabe destacar aqui as mudanças quantitativas e qualitativas mais relevantes dos principais fluxos migratórios ao longo dos anos.

Os fluxos rural-urbano tiveram maior destaque entre as décadas de 1940 e 1980, apontando as desigualdades entre as regiões brasileiras. Esse tipo de fluxo diminuiu em magnitude desde os anos de 1980, quando houveram transformações nos fluxos de longa distância entre as regiões Nordeste-Sudeste, e um aumento dos fluxos de média e curta distância, caracterizados pelos deslocamentos intraestaduais, intrametropolitanos e de mobilidade residencial (DOTA, 2016).

Tais fluxos influenciaram nos processos de urbanização e metropolização das grandes cidades. O melhor desenvolvimento econômico de uma região frente às outras fez com que grande contingente populacional fosse atraído pelas possibilidades de trabalho e renda. Além das alterações socioeconômicas, a redistribuição populacional sucedeu também de causas precisamente demográficas.

Rigotti (2014) salienta que o declínio da fecundidade atingiu a dinâmica demográfica do país, apresentando maiores efeitos, primeiramente nas áreas economicamente mais ativas. E isso resultou em uma diminuição do crescimento natural, e em uma maior importância das trocas migratórias, em suas diferentes modalidades, como aspecto essencial para explicar a redistribuição da população.

Ao longo do processo de urbanização no Brasil, as regiões metropolitanas foram os principais vetores das migrações internas. Apesar destas terem sofrido diminuição da participação relativa no total da população em áreas urbanas no país, elas permanecem sendo responsáveis por reunir parte significativa da população

(DELGADO *et al.*, 2016), que nas últimas décadas apresentou um maior crescimento nas periferias em detrimento dos núcleos (MARTINE, MC GRANAHAM, 2010).

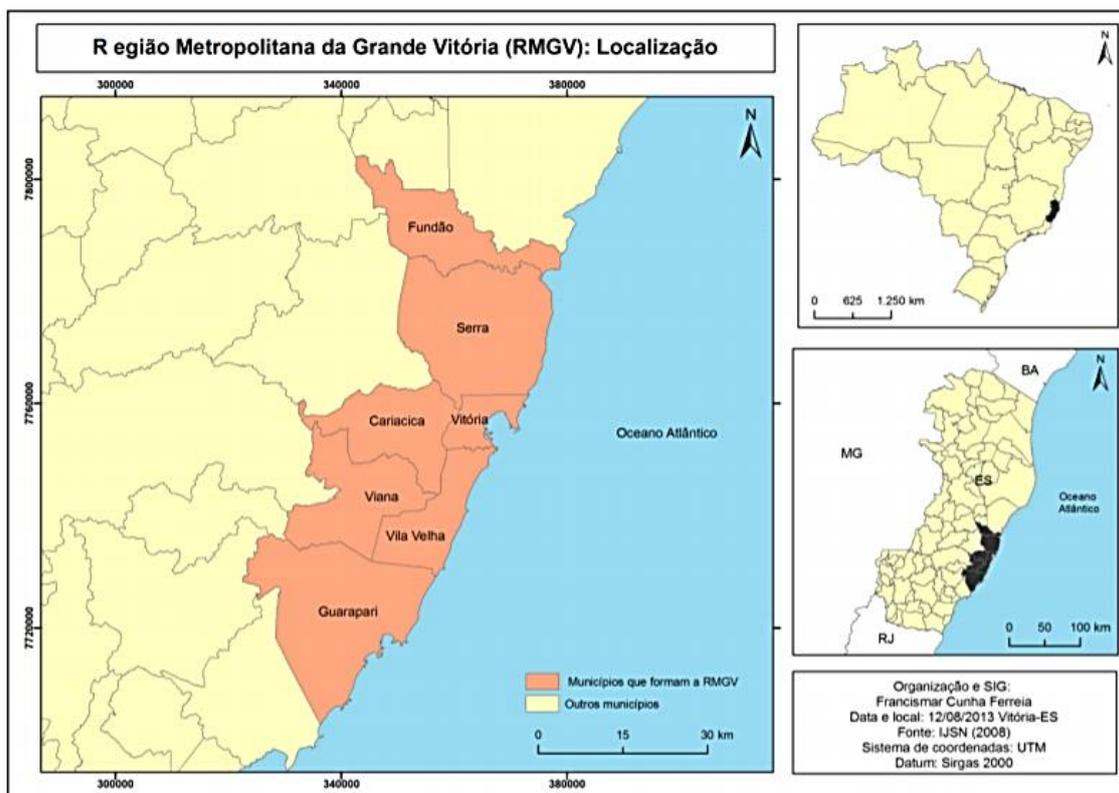
Este crescimento das periferias está ligado à lógica da expansão urbana; estas, são locais de maior facilidade ao acesso à moradia, geralmente distantes dos núcleos centrais, onde nem sempre acomodam as atividades produtivas. Delgado *et al.* (2016, p. 228) destaca que:

O descompasso entre as áreas de assentamento populacional e de localização das oportunidades de trabalho pode ser abordado de modo macro, considerando-se os processos de produção do espaço e de localização das atividades produtivas, bem como micro, com foco nas preferências individuais, possíveis para alguns segmentos populacionais, por amenidades associadas às escolhas residenciais.

As modalidades migratórias, destacando-se aqui as migrações intraestaduais, intrametropolitanas e os movimentos pendulares, merecem atenção dos estudos atuais, uma vez que se fazem fundamentais para entender os fatores ligados aos novos arranjos populacionais, essencialmente nas áreas, como as metrópoles, onde se concentram os maiores volumes de atividades econômicas e dinâmicas demográficas.

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), recorte espacial deste trabalho, é composta por sete dos 78 municípios do estado, sendo eles Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e a capital, Vitória (figura 01). Concentra 49,37% da população capixaba, conforme a tabela 01, com uma população estimada para 2020 de 2.006.486 habitantes, de um total de 4.064.052 habitantes em todo o estado (IBGE, 2019) e localiza-se na área central do território espiritosantense, ocupando aproximadamente 2.311 km<sup>2</sup>.

**Figura 01:** Localização da Região Metropolitana da Grande Vitória



Fonte:

FERREIRA, 2014.

**Tabela 01:** População estimada dos municípios da RMGV em 2020

	<b>População</b>	<b>% RMGV</b>
<b>Cariacica</b>	383917	19,13
<b>Fundão</b>	21948	1,09
<b>Guarapari</b>	126701	6,31
<b>Serra</b>	527240	26,28
<b>Viana</b>	79500	3,96
<b>Vila Velha</b>	501325	24,99
<b>Vitória</b>	365855	18,23
<b>Total RMGV</b>	2006486	100,00
<b>Total ES</b>	4064052	49,37

Fonte: IBGE, 2019.

Essa região passou por consideráveis modificações, entre os anos 1970 e 2010, influenciadas pelo volume expressivo de imigrantes vindos do interior do estado e também de outras unidades federativas. A política desenvolvimentista adotada nessas décadas promoveu investimentos relevantes em infraestrutura e na indústria, atraindo um grande número de mão-de-obra para os novos postos de

trabalho que estavam sendo criados, resultando em contínuas reorganizações da população no espaço e o surgimento de novas centralidades, expandindo os limites da região metropolitana e também os distanciamentos sociais. Essas transformações, tanto no âmbito social como econômico, impulsionaram o crescimento do número de empreendimentos ligados à habitação social e também de grandes empreendimentos ligados à indústria e ao comércio na RMGV (MENDONÇA, 2014).

Kowarick (1979) afirma que a distribuição espacial da população na cidade reflete diretamente sua condição social. Desde o princípio da urbanização e industrialização da RMGV, seguindo uma particularidade dos países em desenvolvimento, a população com maior poder aquisitivo vem ocupando áreas privilegiadas em loteamentos planejados, enquanto os menos abastados se fixam em áreas menos valorizadas, afastadas dos centros urbanos e muitas vezes ambientalmente frágeis, direcionados por questões políticas e financeiras.

Martine e Mc Grahnam (2010, p. 20) atribuem essa precarização de moradia para a população mais carente “à ausência de medidas apropriadas para preparar e acomodar o crescimento urbano”. As relações entre as classes sociais mantêm-se na cidade, apesar da exacerbada diferença entre a distribuição espacial das mesmas, onde tendem a conviver em uma relação de complementariedade, mesmo distantes geográfica e socialmente, em alguns casos (ZANOTELLI *et al.*, 2011).

Na RMGV, o acelerado crescimento urbano, de modo pouco controlado, acarretou em problemas de ordem social e urbana, fazendo com que assuntos ligados a desemprego, déficit habitacional, educação, saneamento básico, transporte coletivo, saúde, exclusão social e melhora na qualidade urbanística fossem discutidos nas esferas municipais e estadual (SIQUEIRA, 2009), se prolongando até os dias atuais.

Segundo Campos (2009), a população deve ser o ponto central de um projeto que tem como finalidade promover melhorias na sociedade. Entender a dinâmica migratória, principalmente a nível metropolitano, atentando para os levantamentos e análises de dados ligados à demografia, é imprescindível para um bom planejamento econômico e urbano, pois os dados são fundamentais e podem apontar tendências antes não analisadas, permitindo assim antever problemas

enfrentados em outras regiões metropolitanas, efeito do alto crescimento nas últimas décadas.

O Censo demográfico de 2010, por ser o mais recente e completo até então<sup>1</sup>, apresenta dados que servem como base para estudar a dinâmica recente da população, e em particular dos migrantes. Este trabalho analisa o comportamento migratório em três modalidades, a migração interestadual, intraestadual e intrametropolitana, nos anos 2000<sup>2</sup>, com foco na RMGV, atentando para a distribuição espacial da população nos sete municípios e o modo como elas interferiram e foram influenciadas pela produção do espaço urbano e os reflexos sociais. Justifica-se pela carência de estudos relativos à migração, com ênfase na análise intrametropolitana, e suas reverberações na RMGV, com o intuito de compreender a dinâmica populacional e suas consequências na produção do espaço. O crescimento populacional contínuo e a expansão das fronteiras urbanas na metrópole despertaram o interesse no estudo da migração, que nos últimos anos ganhou destaque devido ao rearranjo da população no espaço metropolitano e sua ligação com a segregação socioespacial.

Com estes princípios, tem-se como problema a influência da migração em nível metropolitano, tanto na produção desigual da cidade, como o reflexo desta no direcionamento dos migrantes, e seu arranjo espacial na metrópole, que se deram nos anos 2000, entendendo que os espaços urbanos, por apresentarem diferenciações sociais, influenciam no direcionamento dos migrantes e na sua distribuição espacial.

Assim sendo, esta pesquisa está baseada a partir da temática e dos questionamentos acima explicitados. Não somente para buscar respostas sobre o exposto como também para propor uma discussão acerca do tema, a fim de realizar uma análise crítica aos impactos da migração e os reflexos sociais na RMGV.

A dissertação tem como objetivo geral compreender a migração na RMGV, mediante um estudo relativo ao Censo Demográfico brasileiro de 2010, a partir de

---

<sup>1</sup> Essa dissertação, mesmo sendo escrita em 2020 e 2021, anos previstos para a realização de um novo recenseamento, está sendo desenvolvida em meio à pandemia da CoVid-19, e esse fator, somado às decisões políticas do atual governo federal foram cruciais para que houvesse um novo adiamento do censo demográfico, ainda sem data definida. Enfatiza-se aqui a importância do Censo demográfico para o país, para as políticas públicas e para a academia, visto que, pesquisas como esta serão impossibilitadas com esse nível de detalhamento de dados.

<sup>2</sup> O período analisado é entre os anos de 2000 e 2010, com base no Censo demográfico de 2010.

análises referentes à migração, para entender os movimentos populacionais, por meio da complementação entre as três modalidades de migração, a interestadual, a intraestadual e a intrametropolitana e apresentar a distribuição espacial dos migrantes.

Os objetivos específicos são: i) descrever a contribuição da migração em cada um dos municípios da RMGV comparativamente em suas três modalidades; ii) descrever as características sociodemográficas dos imigrantes e as áreas de residência dos mesmos e; iii) correlacioná-las às características do restante da população e à distribuição espacial dos migrantes.

Posto isto, este trabalho se divide em cinco capítulos, incluindo a introdução como o primeiro e as considerações finais como o quinto.

O segundo capítulo trata de uma aproximação teórica aos principais conceitos relacionados à migração nas áreas urbanas, com foco nas regiões metropolitanas e à produção do espaço urbano e às questões sociais, que são utilizadas no decorrer desta pesquisa.

O terceiro capítulo trata do crescimento urbano da RMGV, de sua industrialização, da participação migratória no crescimento populacional desde a década de 1950/1960, com o êxodo rural, e o crescimento vegetativo e migratório nos anos 2000.

E o quarto capítulo apresenta a discussão dos resultados, com foco na análise intramunicipal, com dados mais específicos sobre a distribuição dos imigrantes nas áreas de ponderação <sup>3</sup> (AP's) de cada município intrametropolitano e as características e perfil sociodemográfico da população, como a renda, cor ou raça e escolaridade.

### 1.1 Procedimentos metodológicos

Para conduzir esta pesquisa, em uma primeira etapa, foi feita uma revisão bibliográfica, relacionada ao tema “migração”, com foco nas que ocorrem em regiões metropolitanas e suas interações nas dinâmicas socioespaciais. O alinhamento dos conceitos com o estudo das características urbanas e demográficas do local

---

<sup>3</sup> As áreas de Ponderação (AP) são áreas determinadas pela agregação de setores censitários, e seguem critérios definidos pelo IBGE nos censos demográficos (IBGE, 2010).

escolhido para análise permite uma concepção crítica que possibilitará compreender o modo como se deram as alterações no espaço urbano metropolitano na primeira década do atual século. A RMGV foi selecionada como recorte espacial para concentrar as análises, com foco para a mancha urbana, e mais especificamente as AP's.

As principais informações necessárias para a execução deste trabalho foram obtidas em fontes secundárias, através do Censo Demográfico de 2010<sup>4</sup>, do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é uma fonte de cobertura nacional e permite o estudo detalhado dos municípios da RMGV.

Este trabalho considera as variáveis de: renda, escolaridade, idade, sexo, ocupação, cor ou raça, migração, município de trabalho, com base em Rodriguez e Busso (2009).

Os referidos autores elencam sete fatores individuais para analisar a migração, sendo eles: sexo e idade; atributos étnicos; características psicológicas; educação; estado civil, guarda dos filhos e outros fatores de enraizamento; condições socioeconômicas e situação laboral. Porém, neste trabalho não serão analisadas as características psicológicas da população em questão, por se tratar de uma informação de mensuração complexa, e não disponível no Censo demográfico.

A decisão por essas variáveis se dá uma vez que as características estão inter-relacionadas e as mesmas possibilitam observar um perfil socioeconômico da população, com destaque para a população migrante. Dota (2011, p. 36) explica que:

A idade, por exemplo, influi diretamente no nível educacional, e este, principalmente no Brasil, influi nas condições socioeconômicas. Desta mesma forma, o nível educacional tem peso sobre a situação empregatícia, assim como o estado civil, com influência sobre o número e idade dos filhos, que podem representar alterações nas condições socioeconômicas da família. Entretanto, deve-se considerar que todos estes fatores variam com o tempo e que individualmente pode haver alterações significativas entre dois períodos.

Isso traz ao entendimento que as variáveis se correlacionam, quando analisadas em conjunto, possibilitando uma definição da população com maior grau

---

<sup>4</sup>Os questionários são aplicados em domicílios, portanto destaca-se aqui a limitação do mesmo quanto as informações sobre a população em situação de rua, que não é representada.

de precisão e confiabilidade, entendendo que as características da população se alteram em razão do tempo, quando são analisados dois ou mais períodos.

É importante salientar que esse trabalho tem seu foco voltado para os fatores estruturais ligados às questões econômicas e políticas – ainda que fique evidente aqui a relevância das características individuais expressas pelas variáveis –, considerando que tais fatores têm maior importância para entender as direções dos fluxos migratórios e também na produção desigual do espaço urbano.

A concentração de população com renda alta em uma determinada área, se apresenta, muitas vezes, como um forte indicativo de que essa mesma população possui, em sua maioria, níveis de educação mais altos, algo que influencia na profissão, onde o indivíduo (migrante) com maior grau de instrução tem melhores oportunidades no mercado de trabalho e, quase sempre, com melhores remunerações.

Conhecer a idade dos migrantes pode indicar, entre outras coisas, se estão em idade economicamente ativa ou não, para serem inseridos no mercado de trabalho, como mão de obra disponível, algo que pode estar também diretamente relacionada ao grau de instrução. A idade da população também pode se relacionar com o estado civil e a constituição de família. A maior concentração de imigrantes mais jovens e idosos também é capaz de indicar particularidades na migração e orientar políticas públicas quanto às demandas de serviços desses dois grupos, como creches, escolas, atenção à saúde, entre outros.

A variável cor ou raça – devido ao modo como se desenvolveu a sociedade brasileira, tendo superado o período escravocrata há pouco mais de um século, e como se desenvolveram as ocupações das cidades no Brasil – quando analisada juntamente com níveis de escolarização e rendimento pode ser vista como um indicativo de concentração de população com maiores ou menores rendimentos, algo que pode impactar o local de destino do imigrante, marcados, muitas vezes, por diferenciações espaciais.

Neste trabalho são considerados migrantes, as pessoas que imigraram para algum dos municípios da RMGV a menos de cinco anos, podendo ela ser migrante interestadual, intraestadual ou intrametropolitano e são considerados restante da população, termo utilizado por Dota (2015), todos aqueles que são naturais e

sempre viveram em um dos municípios metropolitanos ou aqueles que vivem há mais de cinco anos em um dos municípios da RMGV.

O Quadro 01 apresenta os subgrupos populacionais, onde restante da população é composto pelos não-migrantes e migrantes antigos e migrantes são compostos pelas modalidades migratórias intrametropolitana, intraestadual e interestadual. Vale destacar que, neste trabalho, migrantes antigos são todos os indivíduos que residem em um mesmo município há mais de cinco anos.

**Quadro 01:** Subgrupos populacionais componentes nos dois grupos analisados neste trabalho

<b>Grupo</b>	<b>Subgrupo</b>	<b>Definição</b>
Restante da população	Não-migrante	Pessoa natural que sempre viveu no município.
	Migrante antigo	Pessoa que reside há mais de cinco anos no município.
Migrantes	Intrametropolitano	Pessoa que reside há menos de cinco anos no município e cujo município de residência cinco anos antes era da RMGV.
	Intraestadual	Pessoa que reside há menos de cinco anos no município e cujo município de residência cinco anos antes era do Estado de Espírito Santo, exceto RMGV.
	Interestadual	Pessoa que reside há menos de cinco anos no município e cujo município de residência cinco anos antes era de outra Unidade da Federação.

Fonte: Dota, 2015. Adaptado pela autora.

O quesito “data-fixa” foi utilizado na obtenção dos dados sobre migração, coletados do Censo Demográfico de 2010. Trata-se de quesito que questiona o local de moradia do indivíduo, levando em consideração uma data exata de cinco anos anteriores ao recenseamento e o lugar de residência na referida data<sup>5</sup>. Este passou a ser utilizado nos Censos desde 1991, sendo o mais eficiente nas pesquisas de migração para análises de saldo migratório, índice de eficácia migratória (IEM), entre outras que necessitem de tempo e espaço exatos<sup>6</sup> (RIGOTTI, 1999). Contudo este quesito apresenta algumas limitações, como os deslocamentos não computados nos intervalos menores que cinco anos e também as migrações de crianças menores de

<sup>5</sup> Os questionários foram aplicados no dia 31 de julho de 2010.

<sup>6</sup> O quesito última-etapa questiona o indivíduo em relação ao seu último local de moradia. Sendo considerada migrante a pessoa que em 2010 morava há menos de 10 anos no município. Esse quesito não leva em consideração o tempo e espaço exatos. Para mais detalhes ver Rigotti (1999). Este quesito não será utilizado nas análises deste trabalho.

cinco anos, pois teriam nascido após o período de referência (DOTA; COELHO; CAMARGO, 2017, IBGE, 2015).

As demais variáveis como escolaridade, renda, sexo, idade, município de trabalho, ocupação, entre outras, serão obtidas também no Censo Demográfico de 2010. Algumas dessas variáveis, como é o caso das que se referem à renda, por exemplo, são referentes as AP's de cada município metropolitano, sendo no total 79 AP's, conforme tabela 02.

**Tabela 02:** Áreas de ponderação por município da RMGV, 2010

<b>Município</b>	<b>Área de Ponderação</b>
Cariacica	15
Fundão	1
Guarapari	6
Serra	21
Viana	3
Vila Velha	19
Vitória	14
<b>Total RMGV</b>	<b>79</b>

Fonte: IBGE, 2010.

Em área urbana, numa escala intramunicipal, faz-se necessário que os dados censitários tenham escalas mais desagregadas que os dados municipais. As AP's permitem a calibração das estimativas populacionais, uma vez que são um agregado de setores censitários, específicos e sem a possibilidade de dupla contagem. Conservam sua confiabilidade quanto à periodicidade e abrangência, sendo isso algo favorável para se trabalhar com dados em escalas de agregação menores.

Segundo o IBGE (2010), foram utilizados sistemas automatizados para composição de áreas de ponderação, utilizando critérios como tamanho, contiguidade e homogeneidade de características populacionais e de infraestrutura conhecidas.

Para formação de uma área de ponderação são levados em conta que a mesma deve ser composta por um agrupamento de setores censitários dentro de um único município ou, na inexistência do mesmo, pode ser considerado a totalidade do município como o maior nível geográfico utilizado. Quatrocentos domicílios

particulares ocupados é o menor tamanho de uma área de ponderação não municipal e em alguns casos as AP's são definidas a partir de divisões distritais administrativas, sempre respeitando o tamanho mínimo da amostra. Em casos onde a população era muito grande, foram consultados os órgãos municipais de planejamento para determinação das áreas de ponderação, levando em conta o tamanho mínimo e a contiguidade como características para definições.

Para a elaboração dessa pesquisa, os dados foram tabulados no *software* estatístico PSPP<sup>7</sup> e empregados em tabelas no *software Microsoft Excel* ou similar, com a finalidade de organizá-los e analisá-los, aplicando métodos de estatística descritiva para isto. A estatística descritiva permite sintetizar as principais características de um grupo de dados por meio de gráficos, tabelas, e resumos numéricos e representar a realidade com base no detalhamento dos dados e por este motivo a mesma deve ser meticulosa (GUIMARÃES, 2008).

Por meio da observação dos dados foram realizadas análises visando compreender as mudanças e alterações na dinâmica migratória e ocupação do espaço urbano na RMGV. Em seguida, os dados obtidos foram utilizados para elaboração de mapas temáticos no *software* livre de Sistema de Informações Geográficas (SIG), para melhor compreensão visual e espacial dos municípios metropolitanos e suas situações quanto à distribuição populacional, por meio da migração, e suas características sociodemográficas.

---

<sup>7</sup> É um *software* livre que tem como função analisar dados e é uma opção para o IBM SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

## 2 MIGRAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Este capítulo exhibe uma breve discussão teórica sobre a migração, dando ênfase nas migrações históricas brasileiras, abordando a produção do espaço urbano e as desigualdades socioespaciais.

O primeiro subcapítulo trata das balizas conceituais sobre migração, lançando mão de alguns conceitos abordados pelos principais estudiosos da área.

O segundo subcapítulo trata das migrações para a cidade, com foco nas regiões metropolitanas brasileiras, destacando os condicionantes estruturais que influenciaram os movimentos migratórios no Brasil em várias décadas e acarretaram o crescimento das cidades.

Já o terceiro e último subcapítulo mostra como se procedeu a produção do espaço urbano e as consequências causadas pelo acelerado processo de migração, como por exemplo o agravamento das desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras.

### 2.1 Aproximações teóricas sobre migração

O estudo da geografia da população se fundamenta na análise de fenômenos com causas socioeconômicas e culturais (CAMPOS, 2009). Fato que dificulta a análise do fenômeno populacional é que o mesmo pode ser considerado como causa e efeito, alterando sempre, e com intensidade diferente, um mesmo grupo de indivíduos, não permitindo precisar o efeito real e constante a cada novo fenômeno (CAMPOS, 2009).

Cabe ao geógrafo populacional visar as questões espaciais, nos estudos populacionais, levando em conta sempre uma escala, que pode ser local, regional ou global (GRAHAM, 2000).

Para Zelinsky (1969) a geografia da população é a ciência que aborda os

[...]modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos da população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem suas próprias leis de comportamento, agindo uns sobre os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não-demográficos. (ZELINSKY, 1969, p. 17 apud CAMPOS, 2009).

Trewartha (1953, p. 83 apud CAMPOS, 2009) trata a população como ponto chave para o estudo das ciências, considerando que todos os pontos são observados e orientados por ela e para ela. Considera ainda a população como que de fundamental importância na compreensão dos fenômenos observados, isolada ou coletivamente (TREWARTHA, 1953, p. 83 apud CAMPOS, 2009). Sendo assim, cabe ao geógrafo compreender e estudar os fenômenos sociais que o cercam, entendendo suas causas, consequências e principais características, amparando assim outros estudos de diferentes áreas das ciências sociais (MENDOZA PÉREZ, 2010).

Fazendo uma evolução cronológica dos estudos sobre migrações, Brito (2002) aponta para uma análise detalhada do período entre os séculos XV e XVIII, feita por Fernand Braudel, onde este coloca em destaque os diversos tipos de deslocamentos realizados pela população em diferentes contextos culturais e sociais. Já no período anterior e posterior à Revolução Industrial na Europa, entre 1800 e 1914, o destaque vai para os estudos de Livi Bacci, onde ficou evidente a forte relevância das migrações na estrutura de sistemas demográficos. Tal estudo tinha como foco as migrações europeias, permanentes ou não, internas ou internacionais, e também a análise da migração rural-urbana (BRITO, 2002).

O autor supracitado também aponta para a importância dos estudos de Hobsbawm, na Era do Capital, 1848-1875, em que o mesmo fez uma análise sobre as migrações, internacionais e internas, permanentes ou temporárias e também o retorno migratório, destacando a importância das migrações na estruturação de novas cidades. Também cabe destaque, para Brito (2002), o capítulo XXIV, do Livro I do Capital, de Karl Marx, onde este analisou o período compreendido entre o século XV até o início do século XIX, até o período que se deu a migração dos camponeses para a cidade, também anterior e durante a grande indústria.

Os estudos de Ravenstein ainda no século XIX, a partir de dados dos censos do Reino Unido de 1871 e 1881, apontaram regularidades e ainda diversos tipos de fluxos migratórios, dentre eles os de curta e longa distância, rural-urbano e urbano-urbano, corrente e contra-corrente, retorno, migrações seletivas e por etapas, que teriam sido impulsionadas pelo desenvolvimento do capitalismo (BRITO, 2002). Impactando consideravelmente os estudos da geografia sobre as migrações, para Mendoza Pérez (2010), os estudos de Ravenstein foram as raízes do que ficou

marcado como revolução quantitativa nos estudos populacionais, que tiveram seu início na década de 1960.

Na década de 1970, exemplos que mostram os diferentes fluxos e modalidades migratórias que acontecem em contextos históricos variados podem ser observados nos estudos de Zelinsky, em seu modelo de transição da mobilidade, onde busca associar diferentes tipos de sociedade (MENDOZA PÉREZ, 2010) como, por ele chamado, padrão migratório, que seguem:

- Na sociedade pré-industrial, haveria predominância da migração rural-rural;
- As sociedades que vivenciassem um processo de industrialização, haveria predominância da rural-urbana;
- E nas pós-industriais, ou com uma industrialização madura, haveria a predominância do padrão migratório urbano-urbana.

A atual realidade brasileira não permite que o país seja enquadrado nestas tipologias propostas por Zelinsky, pois o país possui uma economia capitalista, uma predominância de migração urbano-urbana; contudo ainda não é possível classificá-lo como um país de economia industrial totalmente desenvolvida e madura (BRITO, 2002). O mesmo autor afirma que devido à complexidade da economia e das dinâmicas sociais brasileiras é possível encontrar variadas modalidades de fluxo migratório.

Foi a partir dos anos 1950 que os estudos populacionais passaram a figurar como um campo específico da geografia, pelo discurso de Trewartha, então presidente da associação de geógrafos americanos, afirmando que o foco da geografia da população seria o de estudar a diferença de população entre as áreas, influenciando diretamente os primeiros trabalhos sobre geografia da população (GRAHAM, 2000; MENDOZA PÉREZ, 2010; SILVA; FERNANDES, 2016).

Silva e Fernandes (2016) ainda mostram que estudos para evidenciar as diferenças sociais vinham sendo feitos, mesmo antes de sua institucionalização como disciplina da geografia, para atender a ambições coloniais e atender ao Estado.

Os efeitos devastadores da Segunda Guerra Mundial sobre as cidades europeias, e as tensões internacionais a respeito da Guerra Fria, evidenciaram a importância dos estudos populacionais. O interesse do Estado no controle populacional, frente ao crescimento da taxa de natalidade no pós-guerra, o aumento da demanda por mão de obra, e das migrações internacionais, criou condições favoráveis para o desenvolvimento da geografia da população, que culminaram com novas técnicas de levantamento de dados (SILVA; FERNANDES, 2016).

Entre os anos de 1950 e 1970 houve um amadurecimento dos conceitos sobre geografia da população, que se deu devido às declarações de importantes geógrafos sobre tais conceitos, como Glenn Trewartha, Beaujeu-Garnier e Wilbur Zelinsky, destacando a importância dos estudos populacionais para a geografia, mesmo que houvesse algumas diferenças conceituais entre eles (MENDOZA PÉREZ, 2010; SILVA; FERNANDES, 2016).

Pacione (1986 apud Silva; Fernandes, 2016), Findlay (1991), Findlay e Graham (1991) e Graham (2000), em seus estudos, indicam a ausência de uma teoria, metodologia ou mesmo uma definição própria para a geografia da população, sendo dificultada pela sua origem multidisciplinar, entendendo ser um estudo populacional relacionado a seu crescimento, distribuição, migração e composição, com influências da geografia tradicional determinista e possibilista, focando no homem e sua interação com o meio ambiente, em análise com as variáveis espaço e tempo, que podem ser feitas por meio de estudos dos elementos do crescimento populacional e sua distribuição, em uma abordagem mais ampla, ou até mesmo se atentar para as variações na dinâmica populacional, em uma abordagem mais restritiva, assumindo diferentes escalas, contudo desconsiderando, em alguns casos, a distribuição da população e suas variáveis estruturais.

Até a década de 1980, a geografia da população passou por várias definições, que tinham o objetivo de enquadrar em um único conceito uma ciência dinâmica, atribuindo ao campo disciplinar algumas divergências, mas principalmente algumas semelhanças que cabem destaque, como a relação entre o homem e o espaço, além das causas e dos efeitos dessa relação (SILVA; FERNANDES, 2016).

A diminuição das tensões geopolíticas, o surgimento de uma nova ordem mundial apoiada no fim da bipolaridade e nos ideais neoliberais, promovendo o

avanço da globalização, com melhoras no transporte e nas comunicações marcaram as décadas de 1980 e 1990 (SILVA; FERNANDES, 2016). Um mundo em transformações exigiu também alterações de metodologias e modos de abordagens, além de novos conceitos no campo científico (MENDOZA PÉREZ, 2010).

A evolução metodológica ocorrida no campo da geografia da população, principalmente nas análises quantitativas, deve ser acompanhada de desenvolvimento conceitual de cunho geográfico, para não firmar as pesquisas em resultados puramente descritivos de uma análise unicamente quantitativa da demografia, mas alinhar estudos qualitativos de outras ciências sociais (GRAHAM, 2000).

Sendo uma das inúmeras variáveis do estudo da geografia, o estudo da migração permite a compreensão do fenômeno de distribuição espacial da população, tanto em sua magnitude quanto na estrutura social. Sendo assim, o estudo da migração pode ser feito entendendo-a como um processo social e como um fenômeno demográfico, podendo ser definida como qualquer movimento que altere o tamanho e a estrutura populacional (CUNHA, 2011).

A definição adotada pelas Nações Unidas considera migração como o movimento que se dá, não só entre divisões políticas administrativas, mas tendo uma mudança no local de moradia em um espaço de tempo determinado, como segue:

[...] traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o un traslado a una distancia mínima especificada) que se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia (NACIONES UNIDAS, 1971, p. 02 apud CUNHA, 2011).

Tal definição não limitaria as migrações às unidades espaciais definidas somente por áreas formais e administrativas, permitindo uma análise mais ampla dos movimentos (GRAHAM, 2000; CUNHA, 2011). Contudo, algo que tem trazido certa dificuldade aos estudos sobre migração é, de certo modo, a complexidade na definição de mudança permanente, ou não, de domicílio (CUNHA, 2011), que se dá frente à facilidade de migração nas regiões metropolitanas e grandes aglomerados urbanos.

Em uma perspectiva reducionista do caráter puramente demográfico, a migração pode facilmente ser considerada como um componente do crescimento

populacional; sendo assim, ela seria dada pelo registro de entrada e saída de pessoas em um determinado espaço de tempo, fazendo aumentar (imigrantes) ou diminuir (emigrantes) o tamanho da população em um determinado território (GRAHAM, 2000; CUNHA, 2011). Contudo, atentando à sua característica fenomenológica resultante de um processo social, o estudo da migração deve expressar e responder aos interesses do pesquisador, muito mais do que simplesmente explicar dados sobre determinado recorte espacial ou divisões administrativas legalmente atribuídas que possam limitá-la (GRAHAM, 2000; OGDEN, 2000; MENDOZA PÉREZ, 2010; CUNHA, 2011).

Um exemplo que pode ser dado, conforme Cunha (2011), é sobre o conceito de “espaço de vida”, atribuído por Courceau (1988), que traz o entendimento de “espaço de vida” como a porção do território em que o indivíduo desenvolve todas suas atividades, algo que poderia trazer definições de conceito que considerassem migração como uma mudança total das relações desse espaço de vida dos indivíduos, algo que não dependeria de delimitações político administrativas. Contudo uma análise do “espaço de vida” é dificultada pelo modo de recenseamento habitualmente realizado, se tornando uma tarefa consideravelmente custosa.

Algo que pode expressar a dificuldade da análise anterior é o caso da migração metropolitana, que pode apresentar a redistribuição populacional na região metropolitana, sem alterar o espaço de vida dos indivíduos, não sendo considerado como migração pelo conceito espaço de vida (CUNHA, 2011).

A mobilidade pendular mostra a relação de rearranjo populacional dentro de grandes aglomerados urbanos e regiões metropolitanas, sem que as relações com os espaços de vida sejam alteradas, uma vez que, como exemplo, possibilita a troca do local de residência do indivíduo, sem necessariamente depender de troca de emprego (VIGNOLI, 2011), mantendo assim as relações com o mesmo espaço de vida (CUNHA, 2011).

Diferente das outras variáveis demográficas, fecundidade e mortalidade, a migração e seus conceitos, permitem inúmeras frentes para discussão (GRAHAM, 2000). Atribuídos à observação, as variáveis espaço e tempo são de suma importância, pois delimitam um espaço geográfico de análise e determinam a condição ou não de migrante, uma vez que o termo “mudança domiciliar” pode ou

não ter um caráter definitivo a curto, médio ou longo prazo, passando a ser adotado por estudiosos e recenseadores o uso de expressões como “residência usual” ou “residência habitual” (CUNHA, 2011; IPES, 2003).

A principal característica da migração interna está no fato de implicar em mudança do local de residência do indivíduo, ou residência usual, dentro das fronteiras do país, o que a diferencia da migração internacional, que ocorre com mudança do lugar de moradia para além das fronteiras nacionais do país de origem (IPES, 2003). Algo que distingue a migração das mobilidades passageiras é o fator de moradia continuada por determinado período de tempo (IPES, 2003).

Na atualidade, a complexidade das dinâmicas espaciais vivenciadas nas metrópoles e grandes aglomerados urbanos exige dos estudos em migração novos aportes teóricos (GRAHAM, 2000; OGDEN, 2000). Se até um passado recente no Brasil, os fluxos migratórios predominantes tinham sua origem em movimentos de grandes distâncias, com mais clareza em suas categorias, como rural/urbano, industrial/não industrial e etc., recentemente o que se observa são os novos fenômenos, características, limitadores e consequências de um rearranjo populacional de menores distâncias (CUNHA, 2011).

## 2.2 Migrações para a cidade e para as regiões metropolitanas

As migrações internas devem ser analisadas concomitantemente aos processos socioeconômicos e espaciais que alteram as estruturas sociais, adquirindo assim expressão empírica e principalmente teórica (IPES, 2003).

Como lembra Paul Singer,

[...] como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das Nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas (SINGER, 1976, p. 217).

As análises das transformações socioeconômicas-espaciais promovidas pelo processo de industrialização e também o de modernização do campo foram partes integrantes de um macroprocesso de modernização das estruturas produtivas do país e de determinadas regiões, que promoveram o crescimento das cidades e o esvaziamento do campo, alterando significativamente as relações rural-urbana (IPES, 2003).

Até o início do século XX, o crescimento populacional no Brasil se dava pela migração internacional, marcada pela chegada de portugueses colonizadores, pessoas escravizadas trazidas da África, e também de europeus e orientais, estes, em maioria, a partir de meados do século XIX.

Nas décadas de 1950 e 1960, houve um acelerado processo de industrialização brasileira, e algumas cidades passaram por um processo irreversível de transmutação para o estilo de vida urbano, e se tornaram lugares privilegiados para desenvolvimento de atividades econômicas e de novas relações sociais, concentrando melhores condições de transportes de massas e avançados meios de comunicação (BRITO; SOUZA, 2005).

Esse acelerado processo de transformação urbana criou certa atração de mão de obra devido à oferta de trabalho e melhores condições de vida nas cidades, quando comparadas à no campo, onde o processo de mecanização diminuía a necessidade de mão de obra disponível, tendo substituído trabalhadores por máquinas, marcando assim um período de migrações de longas distâncias, como as migrações interestaduais, intrarregionais e interregionais, principalmente no eixo Nordeste-Sudeste (BRITO; SOUZA, 2005).

Os debates sobre as migrações internas no Brasil ganharam notoriedade a partir da década de 1950, acompanhando o processo de industrialização e o crescimento demográfico vivenciado em algumas cidades (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010). A importância dada ao tema pode ser explicada quando analisado o volume de migrantes interestaduais entre os anos de 1970 e 1991, sendo superior a 20 milhões de pessoas, somados a 12,5 milhões somente para os anos 1990, com estimativas de um efeito indireto da migração de 43 milhões de pessoas entre as décadas de 1960 e 1980, contabilizando também os filhos que os migrantes rurais vieram a ter nas cidades (IPES, 2003; CUNHA; BAENINGER, 2005; BRITO; SOUZA, 2005; CASTIGLIONI, 2009).

O processo de industrialização e crescimento urbano brasileiro foi, sobretudo, tão acelerado que algumas cidades passaram pelo processo de urbanização e de metropolização concomitantemente (BRITO; SOUZA, 2005).

No intervalo de trinta anos, entre as décadas de 1970 e 2000, o Brasil passou por alterações nas modalidades migratórias no que diz respeito à intensidade, direções e

sentidos, apresentando aumento no volume das migrações intrarregionais e intraestadual (CUNHA; BAENINGER, 2005). A velocidade em que se consolidou o processo de urbanização brasileira foi o diferencial de muitos outros países em desenvolvimento, chegando a ser superior até mesmo que em outros países mais avançados economicamente, com a população urbana passando de 19 milhões para 138 milhões entre meados e o final do século (BRITO; SOUZA, 2005; CASTIGLIONI 2009).

Nos anos de 1970, algumas políticas empregadas pelo governo federal, promoveram a desconcentração industrial em algumas cidades, causando o fortalecimento de cidades médias, deseconomias de aglomeração – pelo elevado preço da terra nas grandes cidades, fortalecimento sindical dos trabalhadores e altos salários, o alto custo com transportes e deslocamentos, impostos municipais e estaduais, entre outros fatores – e crise nos empregos nas maiores cidades, diminuindo o poder de atração e retenção de migrantes nestas cidades, tendo em vista que estavam sendo atraídos para as novas áreas em crescimento (CUNHA; BAENINGER, 2005).

Foi também nessa década que foram formalizadas as nove primeiras regiões metropolitanas no país, criadas em 1973, ligadas à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, sob a incumbência do governo federal, então responsável pela instituição das mesmas, e assim permaneceu até final da década de 1980, quando, pela Constituição Federal de 1988, a responsabilidade foi transferida às unidades federativas (BRITO; SOUZA, 2005; DOTA; CAMARGO, 2015).

A desconcentração industrial promoveu o crescimento fora do eixo Rio de Janeiro – São Paulo, fazendo com que inúmeras outras cidades passassem a apresentar desenvolvimento condizente com o metropolitano (LENCIONI, 2006).

Mas é importante salientar que não é somente a indústria que condiciona uma cidade como metrópole, ela precisa concentrar rede de infraestrutura e serviços avançada, além de possuir considerável fluxo de pessoas, informações e mercadorias, entre outras qualidades (LENCIONI, 2006), sendo comum a maior oferta e variedade de empregos nas sedes metropolitanas, em relação às outras cidades da região (SINGER, 1976).

No geral, não se pode considerar as migrações, aprioristicamente, boas ou ruins. A mobilidade da população sobre o território se justifica pelas

motivações individuais e coletivas que impulsionam o fenômeno, normalmente associadas à busca por melhores condições de vida, passíveis de serem alcançadas a partir de melhor colocação no mercado de trabalho; esta é uma condição indispensável para a mobilidade social do migrante, sobretudo para os de menor renda e qualificação, que estão potencialmente fadados aos empregos de menor remuneração (IPES, 2003, p. 08).

As migrações internas tendem a alterar as realidades socioeconômicas tanto dos locais de origem quanto de destino, uma vez que ela representa um dos maiores determinantes do processo demográfico, mesmo ela sendo reflexo de diferentes fenômenos sociais. O mercado de trabalho nas áreas urbanas age como um indutor de fluxos migratórios, e é diretamente influenciado por ele, fazendo da análise dos dados censitários referentes a estes fluxos e também dos perfis dos migrantes, uma ferramenta necessária à gestão e elaboração de políticas públicas (IPES, 2003).

A partir da década de 1980, as migrações internas brasileiras se apresentam de modo mais complexo, com o aumento dos fluxos do tipo urbano-urbano e enfraquecimento da migração rural-urbana, apresentando uma maior intensidade nas migrações interestaduais, resultantes dos processos econômicos e sociais que vinham se desenvolvendo no país, a partir da reestruturação produtiva apoiada em um modelo agrário-exportador, que evidenciou seus efeitos na migração, sendo ela, como já dito, um processo capaz de expressar a multiplicidade das relações sociais no meio analisado (CUNHA; BAENINGER, 2005; BRITO, 2009; DOTA, 2016).

O que se percebe nos anos 1980 é uma diminuição das migrações do Nordeste em direção ao Sudeste, devido ao fortalecimento das regiões Norte e Nordeste, que vinham sendo privilegiadas pela política de desconcentração econômica e industrial. Os reflexos na migração se deram nos fluxos de retorno e no crescimento de cidades médias, não metropolitanas (CUNHA; BAENINGER, 2005).

As tendências das migrações interestaduais observadas na década de 1980 não se mantiveram na década seguinte. Foi na década de 1990 que,

[...] os efeitos do ajuste macroeconômico, o processo de reestruturação produtiva e a abertura comercial e financeira do país, em um contexto de aprofundamento do processo de mundialização dos mercados, repercutiram diretamente na socioeconomia brasileira, com impactos regionais significativos e diferenciados nas economias estaduais, que também se refletiram no comportamento das migrações internas (IPES, 2003, p. 07).

Os efeitos dos investimentos aplicados na região Norte e Nordeste, após um curto período de amadurecimento, apresentaram forte declínio, diminuindo também

o poder de incremento e retenção populacional. Devido a fatores econômicos, problemas da seca e às questões fundiárias, o poder de retenção dos migrantes na região Nordeste diminuiu consideravelmente na década de 1990, a ponto de influenciar na retomada do crescimento das migrações para o Sudeste entre os anos 1990 e 2000 (CUNHA,2003; CUNHA; BAENINGER, 2005).

Característico da migração nordestina, o constante vai-e-vem é apontado por Brito (2000 apud CUNHA; BAENINGER, 2005, p. 98) como “[...] dimensão fundamental a cultura migratória, a qual traz embutida uma ideologia de mobilidade social”, sendo adotado, cada vez mais, por um maior número de pessoas. Segundo o mesmo autor, os estudos devem ser aprofundados para além dos entendimentos clássicos que relacionam a migração com questões ligadas a emprego, melhoria da qualidade de vida e também as que são motivadas por questões estruturais de um modo geral (CUNHA; BAENINGER, 2005).

Nas décadas de 1970 e 80, o que se viu foi um forte crescimento populacional nos municípios periféricos nas regiões metropolitanas, em relação à cidade sede. Tal crescimento não foi acompanhado na década de 1990, fortemente influenciado pela crise política e financeira do final dos anos 1980 e início da década de 1990 e também pela queda da taxa de fecundidade, que influenciaria diretamente na migração (IPES, 2003). Brito e Souza (2005, p. 51) afirmam que, ainda em função da crise econômica, houve uma “[...] grande redução da oferta de empregos e somou-se à profunda crise social urbana [...]”, influenciando diretamente nos aglomerados metropolitanos, diminuindo o crescimento populacional e evitando o que os autores chamam de processo de hipermetropolização.

Observou-se também neste período o equilíbrio no crescimento vegetativo, com o emparelhamento entre as taxas de fecundidade e mortalidade (IPES, 2003), dando assim maior importância ao processo de migração em relação ao crescimento populacional dos estados. O estudo da migração, principalmente a partir da década de 1990, assim como a compreensão da dinâmica demográfica servem de auxílio para compreensão de alguns problemas urbanos/metropolitanos e na elaboração de políticas públicas para mitigar ou reverter cenários sócio espacialmente desiguais (IPES, 2003).

Mais do que o surgimento de novos processos migratórios, o que ocorreu foi um aprofundamento nas relações que envolveram as questões econômicas de cada região

e o processo migratório, onde a correlação entre os dois permitiu uma maior compreensão das tendências migratórias da época, pela análise das modalidades migratórias (CUNHA; BAENINGER, 2005).

Considerando as RM's oficialmente instituídas no momento da realização do Censo 2000, constata-se que cerca de 50% do crescimento demográfico brasileiro (cerca de 11 milhões de pessoas) ocorreu dentro dessas aglomerações, que, inclusive, aumentaram sua participação relativa na população nacional na década de 90 em quase 1,3 pontos percentuais (38,6% para 39,9%), ganho que incrementa ainda mais se se retira do grupo São Paulo e Rio de Janeiro (CUNHA; 2003, p. 225).

Ojima e Marandola Jr. (2012) destacam o fato de que na década de 1990 já ocorria um processo de desconcentração da metrópole ou de desmetropolização, indicando um crescimento maior nas periferias ou até mesmo além das fronteiras metropolitanas.

Na década de 2000, os destaques dos movimentos migratórios estiveram ligados às modalidades intraestadual e intrarregional, com diminuição das interregionais, ocasionando um aumento no contingente populacional principalmente em cidades médias e municípios metropolitanos, recebendo mais imigrantes que as próprias sedes metropolitanas (BAENINGER, 2012; BRITO, 2009; CUNHA; BAENINGER, 2007), apontando para uma redução da imigração, como também do saldo migratório, nas principais regiões metropolitanas no período 2005-2010, quando relacionados aos anteriores de 1986-1991 e 1995-2000 (DOTA, 2015; DOTA, 2016).

Houve então, nos aglomerados metropolitanos,

[...] uma tendência ao deslocamento das atividades econômicas, principalmente as industriais, das capitais para os outros municípios, como decorrência das pressões do capital imobiliário pelo uso dos espaços urbanos mais nobres e pela ação do Estado – o que promove a regionalização econômica e facilita as economias de aglomeração. Essa realocação espacial das atividades econômicas e a ação concomitante do capital imobiliário proporcionaram uma redistribuição espacial da população através de uma intensa migração – prioritariamente, entre a capital dos aglomerados urbanos e os municípios vizinhos (BRITO; SOUZA, 2005, p. 52).

Posteriormente, o que se observou na migração foi uma maior rotatividade migratória, que pode ter sido estimulada também pela dificuldade dos migrantes em se inserirem na economia, indicando uma menor retenção de migrantes por parte dos estados (BAENINGER, 2012).

Os grandes investimentos econômicos brasileiros influenciaram na dinâmica

territorial, tanto a nível local quanto regional, também por conta disso se deu a diminuição da capacidade de retenção de migrantes e mudança nos graus de atratividade, sendo de suma importância o entendimento da participação de cada estado na dinâmica migratória brasileira (DOTA, 2016).

Com o equilíbrio entre as taxas de fecundidade e mortalidade, a migração, a partir de 1991, foi responsável por praticamente metade do aumento da população em um contexto regional, sendo que a taxa de crescimento de cada município variou em função da intensidade da atratividade migratória de cada um (MATOS, 2005), o que, de certo modo, atribui à migração um forte papel no arranjo populacional dentro dos municípios, influenciando diretamente na sua expansão dos limites e usos urbanos, como também na organização espacial da sociedade nas cidades (MATOS, 2005).

A respeito dessa influência na escala regional, Dota e Camargo (2015, p. 134) indicam “[...] que o aumento e/ou a redução dos fluxos migratórios, em lugar de serem vistos a partir da realidade individual do município, devem ser apreciados da perspectiva das condicionantes em nível regional”.

As migrações dentro dos aglomerados urbanos e das regiões metropolitanas brasileiras ganham destaque, sendo resultantes da ação acumulativa e conjunta do capital imobiliário e do Estado, que influenciam diretamente na redistribuição socioespacial da população (BRITO; SOUZA, 2005).

Assim sendo, a análise da mobilidade populacional, entre os municípios que compõem as regiões metropolitanas, serve de indicador do nível de relação que esses municípios mantêm, apresentando a densidade social no recorte metropolitano. Essa redistribuição socioespacial da população, muitas vezes, é direcionada por vetores de expansão, que são manipulados por interesses privados, que promovem a expansão urbana por meio da migração intrametropolitana, e coloca em evidência as desigualdades socioespaciais nessas regiões (BRITO; SOUZA, 2005).

As desigualdades encontradas entre as características dos emigrantes mostram a relação entre a redistribuição espacial da população e o processo de segregação social existente segundo os diferentes vetores de expansão urbana metropolitana. Em grande medida, o padrão de segregação é comandado pelo capital imobiliário, com a colaboração dos investimentos públicos estatais quanto à definição do diferencial de preços do solo urbano. Entretanto, esse padrão promove uma redistribuição social

da população, mas não homogênea. Isso é fundamental na constituição do espaço urbano metropolitano (BRITO; SOUZA, 2005, p. 61).

Historicamente as cidades brasileiras apresentam forte ligação entre capital imobiliário e o Estado, que influenciam sobre a redistribuição da população no espaço urbano, baseada no processo de segregação socioespacial dos mais pobres, seguindo a lógica da expansão urbana direcionada para o acúmulo de capital. Tal expansão promoveu inchaços populacionais que promoveram o crescimento da capital e dos municípios vizinhos, em um processo de segregação social a nível metropolitano onde as migrações intrametropolitanas promovem o crescimento demográfico e uma expansão urbana desordenada, apoiadas no crescimento industrial e no espraiamento dos limites urbanos das regiões (BRITO; SOUZA, 2005).

O modo como o espaço urbano é produzido influencia diretamente na atratividade migratória da cidade, uma vez que fatores econômicos ligados aos custos com moradia, em casas próprias ou alugadas, acessibilidade, deslocamentos, entre outros, quando somados a oferta de emprego, tornam lugares mais atrativos e outros menos acessíveis, distinguindo no espaço as oportunidades e influenciando também na mobilidade pendular (DOTA; CAMARGO, 2015).

Villaça (1998) afirma que as áreas que recebem equipamentos urbanos diferenciados tendem a atrair imigrantes diferenciados também, aumentando assim as desigualdades socioespaciais, uma vez que os investimentos geram valor agregado e causam um relativo aumento nos custos com moradia e acesso à terra. O preço que o solo urbanizado passa a ter é estipulado pelo mercado imobiliário, que sustentado na acumulação de grande estoque de terras, controla a disponibilidade no mercado, e assim atribui valor especulativo, devido à falsa escassez, algo que interfere diretamente na valorização da terra urbana e funciona como ferramenta de seleção no acesso a mesma (BRITO; SOUZA, 2005).

A mobilidade pendular é uma função, principalmente, da migração intrametropolitana determinada pela expansão dos vetores urbanos e metropolitanos. Ela – mais do que as migrações – é uma evidência do vigor do tecido social construído sobre o espaço metropolitano, onde o modo de expansão urbana cria uma distância necessária entre o lugar de residência e o de trabalho. Isso pode se dar porque a população mais rica escolheu residir em lugares onde as externalidades positivas compensam os custos adicionais da distância, ou, no caso dos mais pobres, pela coerção do mercado imobiliário e, em menor proporção, em função do mercado de trabalho (BRITO; SOUZA, 2005, p. 62).

A migração intrametropolitana, como reflexo do rearranjo espacial da população fortemente influenciada pelo capital imobiliário e subsidiada pelo poder público, impulsiona a migração de grande parte dos cidadãos menos abastados para municípios mais distantes e menos valorizados das regiões metropolitanas. Condicionando o seu retorno, quase que diário, às áreas que concentram maiores ofertas de trabalho e outras oportunidades, refletindo assim os sintomas históricos que a sociedade brasileira carrega, marcado pelo abismo social e grandes desequilíbrios regionais que replicam em todos os aglomerados metropolitanos o processo de metropolização da pobreza<sup>8</sup>, apresentando um acelerado crescimento populacional e urbano nos municípios periféricos à sede metropolitana (BRITO; SOUZA, 2005).

Diversos autores comungam da ideia de que há uma forte ligação entre migração, principalmente a intrametropolitana, e mobilidade pendular (MATOS, 2005; OJIMA; MARANDOLA JÚNIOR, 2012; FREY; DOTA, 2013). Essa ligação vem da necessidade de moradia da população urbana, uma vez que a mesma não consegue subsidiar moradia próxima aos locais de trabalho, indo se instalar em municípios diferentes dos que concentram as ofertas de emprego, dando origem a movimentos cotidianos ou dito pendulares, sem que haja a troca de emprego pelo migrante. Tal processo de expansão urbana metropolitana pode ser compreendido por meio da análise dos movimentos pendulares, haja vista que existe um desequilíbrio entre os lugares concentradores de oportunidades de emprego e os lugares onde a moradia pode ser acessada por grande maioria da população (BAENINGER, 2004; DOTA; CAMARGO, 2015).

Como já dito, a produção do espaço urbano influencia na intensidade de atração da migração, com diferentes forças, sendo comumente relacionada com elementos ligados ao fator econômico, como os custos de acesso à terra, valor dos aluguéis, preço dos deslocamentos, mobilidade, além de outros fatores relacionados à fixação de moradia, que também são sempre ponderados pela oferta de emprego em cada região ou a viabilidade em acessá-lo (DOTA; CAMARGO, 2015).

Tais fatores influenciam diretamente no volume da mobilidade pendular, evidenciando desigualdades socioespaciais e as diferenciações entre locais de

---

<sup>8</sup>Para maiores esclarecimentos sobre “metropolização da pobreza” ver Brito e Souza (2005), Brito (2007) e Canetti (2016).

trabalho e locais de moradia da população segregada, onde a mesma encontra nos deslocamentos pendulares um meio de sobrevivência nas regiões metropolitanas (DOTA; CAMARGO, 2015).

Ora, os movimentos pendulares podem ser entendidos sob duas perspectivas. Na primeira, que diz respeito ao grupo social com melhores salários, tem nesses movimentos uma alternativa, pois podem escolher morar em locais longe dos grandes centros para terem acessos exclusivos a amenidades naturais, equipamentos e serviços privados, e ao segundo, para o grupo social com menores rendimentos, se torna uma determinação (CUNHA *et al.*, 2013), uma vez que na cidade capitalista desigual “[...] os ricos podem comandar o espaço, enquanto os pobres são prisioneiros dele” (HARVEY, 1980, p. 171).

A mobilidade pendular ou pendularidade, como fenômeno de deslocamento da população entre o lugar de residência usual e outras atividades cotidianas, principalmente o trabalho, passou a ser registrada pelo IBGE a partir do ano de 1980<sup>9</sup>, indicando a quantidade de deslocamentos em que o município de trabalho é diferente do de moradia dos indivíduos, e marca uma alteração na dinâmica populacional no país (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012).

Para entendimento da intensidade dos fluxos, os dados do censo sobre a pendularidade no Brasil nos anos de 2000 e 2010 mostram que os movimentos passaram de 7,3 milhões para 11 milhões de pessoas em uma década, indicando assim um crescimento desse tipo de deslocamento nos mais variados tipos de municípios metropolitanos, em uma ampliação dos arranjos regionais, com base na expansão de subcentros de considerável importância, possibilitados pelas tecnologias de transporte e de comunicação, que cada vez mais se aproxima do mercado imobiliário e expande o território urbano nas regiões brasileiras (OJIMA *et al.*, 2010; OJIMA; MARANDOLA JR., 2012).

Harvey (1980) considera as camadas populares – aquelas que são condicionadas a morar em municípios distantes das centralidades metropolitanas e que cotidianamente necessitam exercer pendularidade para trabalho ou outras atividades, utilizando meios de transporte desconfortáveis e por longos períodos de tempo – como os mais prisioneiros do espaço.

---

<sup>9</sup> Com exceção ao Censo demográfico brasileiro de 1991.

Para Caldeira (2000), a análise dos dados sobre a utilização do ônibus nos deslocamentos intrametropolitanos pode, de certo modo, indicar tendências de segregação socioespacial, devido às distâncias dos municípios periféricos com as áreas centrais que concentram oferta de emprego e oportunidades. O tempo de vida gasto cotidianamente nos translados, somado aos gastos reais com tais deslocamentos reflete uma diminuição na qualidade de vida dos cidadãos que efetuam os deslocamentos e também da sua família. (VILLAÇA, 1998; DOTA; CAMARGO, 2015).

Para Villaça (1998) existe uma antiga associação entre os interesses do mercado imobiliário e o desenvolvimento dos transportes na cidade, pois os principais agentes que promoveram o crescimento dos serviços de transporte público, com utilização dos ônibus, foi o setor privado, composto por empresários, onde muitos deles eram proprietários de terras e especuladores imobiliários (CALDEIRA, 2000).

O transporte público é usado como transporte de massas, partindo na grande maioria da periferia para as áreas centrais, mas em contrapartida, os espaços urbanos produzidos para moradia e uso dos grupos sociais abastados, se privilegia o uso do automóvel particular, onde muitas vezes a circulação dos transportes públicos é dificultada ou até mesmo inexistente, sendo forte indicador de segregação nas cidades (VILLAÇA, 1998; CALDEIRA, 2000).

Nas áreas de concentração de pessoas de alta renda, a presença da população mais pobre é indispensável para prestação de serviços que atendam aos moradores, sendo muitas vezes o acesso do transporte público feito somente em horários comerciais, para deslocamento da classe trabalhadora (CALDEIRA, 2000; BRITO; SOUZA, 2005).

Ao invés do crescimento urbano sem limites, ou da migração como saída para acessar bens, serviços ou o próprio mercado de trabalho, a pendularidade (e ainda outros deslocamentos de curta duração que o Censo Demográfico não capta) passa a integrar as possibilidades das famílias, alterando significativamente as relações entre o urbano e o regional, para além das grandes metrópoles (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012, p. 104).

Muito característico das regiões metropolitanas, com maior avanço nas últimas décadas, os municípios com forte predominância do uso residencial, tem configurado um novo estilo de cidade-dormitório, com o avanço na quantidade e

qualidade dos condomínios fechados, diminuindo o estigma anteriormente criado em cima dessa condição (OJIMA *et al.*, 2010).

O estigma se deu com base no padrão de urbanização brasileiro, pelo forte poder de especulação e valorização do solo urbano, principalmente nas áreas centrais, que direcionou os investimentos em habitação social, destinados às classes sociais de menor renda, para os municípios periféricos distantes da capital, atraindo consigo os investimentos em infraestrutura, realizados pelo Estado, com a finalidade de valorizar as áreas intermediárias, indicando um distanciamento socioespacial (CORREA, 1989; OJIMA *et al.*, 2010).

Acontecendo primeiro nas áreas centrais mais densas e depois também nos municípios próximos, onde ocorreu o processo de conurbação, esse tipo de segregação continua se manifestando quando, além do poder especulativo do capital imobiliário sobre o solo urbano, a legislação promovida pelo poder público impõe forte controle sobre o uso do solo em áreas valorizadas, por meio de aplicabilidade de legislações restritivas, dificultando o acesso de migrantes com menor renda devido ao alto preço da terra. Em outros municípios mais distantes, a chegada de migrantes, oriundos de outros municípios metropolitanos e principalmente da capital foi incentivada, pela oferta de terra e moradia popular. A ocupação dos municípios distantes aumentou as distâncias dos deslocamentos entre casa e trabalho, tornando as viagens mais caras e mais árduas, colocando em evidência as diferenças entre os centros urbanos tradicionais e os municípios mais periféricos (OJIMA *et al.*, 2010).

A análise da migração interna – interestadual, intraestadual e intrametropolitana –, muito mais do que o simples apontamento dos volumes, pode apresentar fatores relacionados aos espaços sociais que são criados a partir dessa migração, onde a compreensão é possibilitada por meio do estudo das características sociodemográficas desses migrantes, com atenção voltada a fatores como escolaridade, emprego, renda, entre outros. Essas características têm impacto direto nos locais de moradia que os migrantes ocupam, uma vez que há a mediação do mercado imobiliário no acesso à terra urbana, e, portanto, diferenciação espacial da ocupação, exigindo que o migrante possua condições financeiras para acessar áreas mais valorizadas (BRITO; SOUZA, 2005; DOTA; CAMARGO, 2015; DOTA, 2016).

Nesse entendimento, com a finalidade de mitigar os problemas dos municípios metropolitanos, o planejamento regional apresenta eficácia frente às dificuldades ocasionadas pela dinâmica socioespacial. Foram as estruturações em nível regional que causaram problemas locais, sendo assim, as soluções tendem a ter mais efetividade quando são tomadas na escala regional (DOTA; CAMARGO, 2015).

Concluindo, pode-se dizer que a dinâmica migratória influencia diretamente na formulação dos espaços urbanos/metropolitanos brasileiros. Ao longo dos anos, houve alterações nas modalidades e intensidades dos fluxos, caracterizada pelas grandes ou pequenas distâncias, partindo desde a migração rural-urbana até a intrametropolitana. Mais importante que as distâncias, é o fato de que a migração atualmente representa metade do incremento populacional, e influencia o crescimento das regiões metropolitanas e grandes aglomerados urbanos. O estudo do perfil do migrante nessas regiões permite um apontamento para tendências futuras do movimento, além de indicar, quando relacionados ao espaço urbano, as relações de segregação socioespacial existentes e que vêm se agravando devido aos efeitos do controle que o mercado imobiliário exerce sobre o solo urbano e das ações do poder público, perpetuando cidades com forte desigualdade social e promovendo expansão urbana desordenada, em um processo de metropolização da pobreza.

### 2.3 A produção do espaço urbano e as desigualdades socioespaciais

O espaço é produzido a partir do resultado da ação que o homem exerce sobre o mesmo, alterando seus objetos naturais e artificiais, utilizando do conhecimento como força produtiva, material e imaterial, para construção de novas paisagens (SANTOS, 1988); ele não é definitivo, pois é frequentemente produzido e reproduzido (VILLAÇA, 1998). Sendo assim, entende-se que a sociedade inserida no contexto urbano produz, explora e altera constantemente o espaço, quando desenvolve suas atividades. Para Sposito (2008) a cidade influencia seus habitantes e também é influenciada pelos mesmos, dando condições para reprodução da sociedade, por meio de seus equipamentos e sendo reflexo desta reprodução, que se materializa no espaço em constante mutação, reunindo em espaços limitados diferentes grupos sociais que nele vivem e se reproduzem.

A cidade é considerada por Correa (1989), a forma como as classes sociais se expressam espacialmente, reunindo em um espaço limitado sujeitos, interesses e oportunidades com alto potencial de organização e transformação. Correa (1989) ainda aponta que a cidade é o resultado de contínuas ações de diversos agentes, indicando a existência de cinco principais agentes responsáveis pela transformação do espaço urbano, sendo eles o Estado, os grupos sociais excluídos, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários. Os três últimos agentes citados, mesmo dispondo de alguns objetivos diferentes, partilham do interesse maior que é o acúmulo de capital se apropriando da renda da terra, os grupos excluídos são compostos pela parcela da população que não possui condições de subsidiar moradia em áreas valorizadas da cidade e o Estado é o mediador entre estes grupos, assumindo gastos em infraestrutura e equipamentos que servem a todos, porém de modo e intensidade diferentes. Os agentes capitalistas que produzem a cidade disputam o solo urbano como mercadoria, controlando o crescimento e a produção do espaço urbano.

Os agentes produtores do espaço urbano atuam de maneiras distintas implicando na cidade interesses e estratégias variadas (CORREA, 1989). Estudar a problemática urbana requer a análise das ações destes grupos no solo, enquanto mercadoria.

A condição de mercadoria que o solo urbano adquire nas cidades regidas pela lógica do capital faz surgir e agravar problemas diretamente ligados ao espaço urbano produzido. Para Harvey (1980), as características singulares do solo urbano enquanto mercadoria e suas benfeitorias são devido a: que não os é permitido serem deslocados; são imprescindíveis à vida humana para subsistência e trabalho; são mercadorias duradouras, sendo adquiridas e vendidas em longos intervalos de tempo; o solo ser permanente e suas benfeitorias possuírem tempo de uso relevante às demais mercadorias; possuem um ciclo de rotação no mercado bastante extenso, porém o seu uso é constante; podem possuir usos diversificados coexistindo em um mesmo espaço e tempo, sem que se subjuguem.

Para a produção do espaço urbano geralmente se faz necessária a anexação de novas áreas de terra à cidade, que antes eram ocupadas pela atividade rural (SINGER, 1980). Deste modo, o aumento da mancha urbana por meio do acréscimo

de novas áreas à cidade, sendo promovido pelos agentes produtores do espaço urbano, se dá sempre que mais terras são solicitadas, ocasionando uma constante alteração do uso do solo.

Cabe ao Estado, como agente produtor de espaço urbano, prover a infraestrutura e equipamentos da cidade, além de instituir as legislações que determinam os índices urbanísticos e do uso e ocupação do solo, influenciando direta e indiretamente no comportamento dos demais agentes produtores. Mas o Estado, além de tratar da questão jurídica e urbanística, também é pressionado pelos promotores imobiliários e proprietários fundiários a providenciar infraestrutura, equipamentos e serviços que possibilitem sua reprodução no espaço urbano, ocasionando benefícios em locais específicos da cidade (CORREA, 1989).

Uma singularidade do solo urbano como mercadoria, é devido ao fato de ele ser irreproduzível e, com isso, poder ser monopolizado pelos seus proprietários, que tem a posse salvaguardada por lei, e essa monopolização do solo urbano traz para a cidade e sociedade alguns problemas diretamente ligados à condição espacial (VOLOCHKO, 2018).

O solo urbano é objeto de disputa entre os agentes produtores do espaço (CORREA, 1989), contudo a sua prática no mercado é desequilibrada em relação à sua oferta e procura, quando tem uma demanda estimulada pelo aumento da população e/ou pelo crescimento econômico na cidade; por outro lado, a oferta de solo se mantém inflexível, pois o mesmo não é produzido pelo trabalho, é estruturalmente limitado (HARVEY, 1980).

Além disso, o aumento da oferta não acarreta em uma diminuição simultânea nos preços, pois a partir do instante em que determinada região da cidade recebe investimentos em infraestrutura e serviços, custeadas pelo Estado, há aumento na oferta de terra nesta localidade que é seguida do aumento dos preços, devido à proximidade com tais equipamentos, pois o solo urbano como mercadoria é um produto do trabalho social no espaço. (VOLOCHKO, 2018). E “o preço da moradia, ao contrário, realiza um valor acrescido, que é suposto, acima daquele criado no processo imediato de produção porque, vendida a preço de monopólio, a moradia captura valor de toda sociedade” (CAMPOS JUNIOR, 2018, p. 46).

O capital imobiliário para Singer (1980) se configura como um falso capital, pois seu valor não advém da atividade produtiva, mas do monopólio do acesso a um item indispensável a ela e o proprietário fundiário controla a decisão de colocar ou não seu terreno à venda/aluguel para obtenção de renda (PEREIRA, 2018).

O acesso a imóveis em localizações com características únicas na cidade só pode ser alcançado por indivíduos com capital suficiente para arcar com altos preços praticados na produção imobiliária, e enquanto há demanda por tal produto, há a manutenção da renda monopolista. A prática do monopólio pode existir em diferentes momentos e em diversas áreas da cidade. Na produção de moradias, o principal obstáculo está no “fato de encontrar-se o monopólio da propriedade da terra em condições de ser conduzido pelas mãos do capitalista” (CAMPOS JUNIOR, 2018, p. 46), pois a produção da moradia tem relação direta com a terra e sua renda é proveniente da privatização do espaço e do domínio na fabricação da moradia.

A respeito da moradia Volochko (2018) coloca que:

A moradia vem sendo amplamente produzida como negócio urbano financeirizado sobretudo através de grandes incorporadoras, que rasgam a política urbana e contribuem para o aprofundamento dos processos de valorização do espaço, espoliação e segregação, reproduzindo periferias e produzindo novas periferias (VOLOCHKO, 2018, p. 118).

O preço do produto imobiliário estará sempre além do seu valor, pois não resulta somente do trabalho, mas conta com o acréscimo de renda de monopólio na composição do seu preço de mercado (PEREIRA, 2018). O autor ainda afirma que:

[...] verifica-se que qualquer produto imobiliário tem nos seus preços um estipêndio para pagar pela propriedade de terra, como uma condição absoluta. E com essa condição se apresenta intransponível para a produção mercantil imobiliária, essa demarcação de preços torna imperativo a presença de um ‘excesso’ de valor (lucro excedente, acima do médio) (PEREIRA, 2018, p. 68).

Complementando o que diz Pereira (2018), Volochko (2018) aponta que:

A valorização do solo entre os imóveis obedece a processos socioespaciais complexos, nos quais múltiplos elementos sociais estão imbricados e no qual a localização participa de modo importante. A mudança de uso do solo é um primeiro e central processo que está na base do aumento dos preços, uma vez que a propriedade passa a integrar uma nova articulação com o espaço construído, possuindo um valor de uso urbano/metropolitano e no caso da construção de imóveis residenciais adquire um valor de uso para moradia. Se antes a terra possuía um valor de uso ligado muitas vezes a especulação-ou ligado a outras atividades, como a industrial, a incorporação efetiva de trabalho humano que se materializa

na edificação dos novos imóveis e suas ligações com o restante do espaço urbano – conexão à rede elétrica, viária, de saneamento, ao comércio, às centralidades diversas etc. – permite realizar um salto qualitativo em termos do valor de uso desse terreno, o que realiza a valorização do solo incorporado a esse novo valor de uso que socializa as positivities do urbano. Essa valorização fundiária ligada a mudança de uso do solo e que estabelece um valor de uso potencializado faz com que no mercado fundiário esse solo apresente um valor de troca elevado relativamente a outros terrenos que não possuem essas articulações às infraestruturas e equipamentos urbanos. O preço do solo, assim, se eleva (VOLOCHKO, 2018, p. 115).

Na cidade, a propriedade privada impossibilita que o espaço urbano, como construção social, seja utilizado de forma coletiva, podendo prover no espaço privado o que não é encontrado na cidade (FERRARA, 2018).

Santana (1999) aponta que as amenidades naturais, como a proximidade com o mar e a vegetação, são fatores que alcançam valor de troca pela sua qualidade rara, atribuindo ao espaço em que se encontra uma determinada valorização manipulada pelos promotores imobiliários. Assim como o fator localização influencia a valorização do espaço urbano (SINGER, 1980), a disponibilidade desses elementos naturais em diferentes áreas da cidade promove uma alta nos preços dos imóveis, sendo privilégio para poucos, o que conseqüentemente ocasiona desigualdade. Conforme Damiani (2004), para que se estabeleçam novas centralidades econômicas nas áreas metropolitanas, é necessário que as grandes periferias sejam distanciadas, pois nas mesmas predominam a baixa valorização de mercado, como a falta de infraestrutura, que a autora designa como “urbanização crítica”.

Ojima *et al.* (2010) diz que a história urbana está conectada a história da segregação socioespacial, e esta é causada pelo alto preço da terra, e isto distingue as formas de ocupação e os padrões construtivos assim como os modos de convívio. Kowarick (1979) destaca que para as pessoas segregadas sobreviverem na cidade, sobram apenas quatro alternativas, a favela, o aluguel, o aluguel em cortiço (nos centros) e a periferia (lotes desprovidos de infraestrutura). Sendo que, por não deter a propriedade privada da terra, o indivíduo que reside na favela é visto como um usurpador da cidade, já o indivíduo que mora na periferia da cidade não é visto dessa forma, pois o mesmo adquire a propriedade da terra através da compra, ainda que a mesma não possua a infraestrutura essencial (CALDEIRA, 2000).

A demanda por serviços urbanos, como saneamento básico e transportes, aumentaram na mesma proporção que a população, que cresceu rapidamente nas áreas metropolitanas, excedendo os recursos que os municípios tinham para atender às necessidades. Singer (1976, p. 126) salienta que essa demanda por infraestrutura urbana “cresce em função da renda e não em função da população”, porque em uma economia capitalista, apenas parte da população que possui meios para pagar, chamada de demanda solvável, é largamente atendida por esses serviços públicos (SINGER, 1976; CORREA, 1989).

Caldeira (2000) ainda acrescenta que, uma parte da população que possui melhores condições socioeconômicas tem procurado condomínios fechados, conceituado pela autora como enclaves fortificados, para morar onde usufrui de infraestruturas e espaços privados, ocasionando a autosegregação. Esses condomínios restritos a resguarda e separa do restante da sociedade. Já “na periferia pobre há poucos prédios de apartamentos e a maioria dos moradores vive em casas autoconstruídas” (CALDEIRA, 2000, p. 286), onde casas afastadas e densamente cheias são frequentes.

As classes mais pobres sofrem de perda de qualidade de habitação, pois são condicionadas a autoconstruírem suas moradias nas áreas mais desvalorizadas, que possuem pouquíssimos serviços e equipamentos urbanos. Dessa forma, parte da população metropolitana tem como alternativa de moradia, além do aluguel e casa de conhecidos, a compra de um lote na periferia, fator que causou considerável expansão nas cidades (GIAVAROTTI, 2012).

Na maior parte dos casos, as migrações internas podem ser tratadas como reflexo de um processo social que tem sua origem na questão econômica que passa por alterações e afeta cada grupo social de forma diferente. Como exemplo, pode-se observar a relação dos funcionários e proprietários de terras, quando ocorre o processo de mecanização da agricultura. Os funcionários, que são ex-assalariados, não têm posse do solo, logo são obrigados a migrar por questões de subsistência; enquanto que os proprietários de terra não necessitam passar pelos mesmos constrangimentos, salvo os que não possuem recursos para se adaptar à nova realidade tecnológica da produção. De tal evolução se espera uma alta na produção e uma diminuição no preço dos produtos, causando um desgaste financeiro dos

pequenos produtores, fazendo com que, em um segundo momento, os camponeses também migrem, acompanhando os movimentos dos desempregados (SINGER, 1976).

Então, subtraindo os motivos individuais que causam a migração, pode-se afirmar que o efeito da economia define estruturalmente uma determinada classe a migrar. Os fatores individuais só vão determinar, dentro desta classe, qual membro migrará primeiro e quem ficará (SINGER, 1976).

São consequências do desenvolvimento a alteração na estrutura econômica e social, fazendo com que classes sociais deixem de existir, possibilitando o surgimento de outras. As migrações também desempenham funções significativas nas alterações da estrutura social e econômica. Os arranjos espaciais da população muitas vezes proporcionam mudança de classe para determinada parcela da população (SINGER, 1976). As relações sociais que o migrante adquiriu na situação anterior são fatores determinantes para sua colocação na nova estrutura social que passa a ocupar quando chegar ao lugar de destino. Laços familiares assim como a solidariedade mútua são bastante relevantes no que diz respeito à inserção do migrante na sociedade e na economia (SINGER, 1976).

Singer (1976) explica que, a influência que a migração faz em uma cidade industrial ou metrópole em crescimento, quando estas são locais de destino, altera também as estruturas de classes, influenciando o lugar sócio, político e economicamente. Sendo assim, quando há o aumento de oferta por mão-de-obra desqualificada, causada pela migração camponesa em massa, há também uma diminuição na organização social, o que reflete diretamente nas condições de trabalho e na remuneração.

O que se diz com frequência é que a migração tem colaborado para a composição de uma população marginal, sobretudo na América Latina. Esta população marginal, que é definida como a que não consegue se integrar à economia capitalista e tão pouco participa de alguma organização social, também usufrui de serviços urbanos. Para que sejam usadas em um momento oportuno, quando há um crescimento econômico, o capitalismo industrial sempre mantém reservas de força de trabalho e capacidade produtiva, desde sua gênese. Uma

parcela da força de trabalho, constituída em sua maioria por migrantes, não é absorvida pelo sistema. O contingente remanescente forma um exército industrial de força de trabalho, mantido pelo capitalismo, e estes vão sendo absorvidos aos poucos, por meio de trabalhos informais (SINGER, 1976) e para o capital, a forma com que os trabalhadores vão usar seus salários para cobrir os gastos com moradia é indiferente (GIAVAROTTI, 2012).

Pessoas que anteriormente estavam ligadas a uma economia de subsistência, são introduzidas no mercado capitalista por meio das migrações internas. Um percentual destes migrantes é absorvido pela economia capitalista, contudo a outra parte fica à mercê das oportunidades, formando um estoque de força de trabalho, que pode ser aproveitado assim que for necessário para manutenção do sistema (SINGER, 1976).

Dentro dos assentamentos, a maioria dos trabalhadores ocupava atividades no setor terciário, em empregos formais e informais, o que se explica pelo fato de que nestas atividades não são exigidas grandes qualificações e com isso apresentam baixa remuneração. Contudo esta realidade não é a causa e sim a consequência. O que de fato ocorre é que o sistema econômico não possui capacidade, e tão pouco interesse, em absorver a população destas regiões, que em sua maioria são de migrantes que chegam a todo momento, e fazem aumentar a oferta de força de trabalho, que é absorvida em empregos instáveis ou são marginalizadas (SINGER, 1976).

É necessário que se analise com maior rigor os motivos de atração dos migrantes para o meio urbano. Não cabe a afirmação de que são atraídos pela ilusão de que sejam prontamente absorvidos pela sociedade de consumo. O que pode ser verificado é que laços sociais, construídos dentro de uma classe comum é um dos fatores de atração mais relevantes. Os primeiros migrantes convidam os outros, parentes ou amigos, logo após assegurarem seu sustento, oferecendo apoio material e troca de experiências e até uma oportunidade de trabalho. Sendo assim, pode-se avaliar melhor o papel da migração interna na redistribuição espacial na formação de reserva de grande contingente de força de trabalho que acontece nos países não industrializados (SINGER, 1976).

“A família não deixa de ser funcional ao capital, mas inclui a possibilidade contraditória de que o trabalho e o capital apareçam como funcionais à família” (GIAVAROTTI, 2012; p. 46), pois a partir dele tem acesso a mercadorias necessárias para sua reprodução.

Segundo Giavarotti (2012), a visão fetichista de reprodução da compra de um lote deve ser confrontada com a ocupação, por exemplo, e outras formas de se obter uma moradia. A sensação de apropriação, controle do espaço que satisfaz seus próprios desejos é efetivada a partir da casa própria, concretizada para o trabalhador através da autoconstrução. Aos que se comprometem a pagar por essa porção de terra, adquirem uma dívida, que deve ser paga comprometendo os rendimentos de seu trabalho futuro, trazendo uma imobilidade para o trabalhador, que também precisa arcar com os materiais para a construção da casa (GIAVAROTTI, 2012).

Apesar de alguns indivíduos obterem seus lotes na periferia, muitos não possuem renda o suficiente para “comandar” (SMITH, 1895 apud GIAVAROTTI, 2012) os trabalhadores complexos, como o arquiteto e o engenheiro. Somente em alguns casos é possível se contratar o pedreiro, trabalhador simples, e mesmo nessas condições é necessário que o proprietário participe ativamente da construção. Outro fato comum é a participação dos conhecidos (vizinhos, familiares e colegas) na construção doméstica (GIAVAROTTI, 2012).

A transformação do lote nu em uma moradia na cidade informal se dá por meio da autoconstrução, onde os meios de produção são consumidos numa relação não fetichizada, onde não há o “famoso lucro” do capital, mas atende somente suas necessidades imediatas. Ou seja, “o tempo do trabalho socialmente necessário exigido destes trabalhadores se estende para além dos muros dos seus locais de trabalho, configurando uma superexploração dos mesmos por parte do capital” (GIAVAROTTI, 2012; p. 65).

Damiani (2004) salienta que:

As maneiras como a impossibilidade do urbano aparece põem desequilíbrios constitutivos: nos conjuntos habitacionais e em outras formas de loteamentos urbanos, os adensamentos, que comprometem a urbanização dos mesmos; o controle dos que poderão fazer parte dos mutirões para torná-los viáveis; o receio das invasões, numa ocupação; o embate entre as questões sociais e aquelas especificamente ambientais; tornar o lugar mais urbano significa, nos limites desta reprodução social

crítica, expulsar a população que é excedente; e dependendo de seus termos, esta seleção é quase naturalizada (DAMINANI, 2004,p. 50).

E espaços estigmatizados por determinada parcela da sociedade vão sendo produzidos dentro de cidades, quando as mesmas são desenvolvidas por agentes produtores do espaço que não operam de maneira equitativa. Santos (1987) elucida que as oportunidades e valores são distintos para pessoas que têm características similares, mas vivem em lugares que possuem diferentes padrões e serviços. Pois os contrastes entre determinadas localizações e suas formas de acesso determinam o valor do indivíduo que está neste ambiente, ora melhor, ora pior; portanto, seu valor é modificado correntemente, sem levar em conta sua condição social (OJIMA *et al.*, 2010).

Desta forma, o próximo capítulo apresentará um histórico do processo de urbanização e migração na RMGV, dando ênfase ao crescimento urbano dos municípios metropolitanos e populacional, com foco na população migrante.

### **3 RMGV: CRESCIMENTO URBANO E POPULACIONAL**

Este capítulo trata do crescimento urbano, econômico e populacional da RMGV, desde os meados do século XX, quando ocorreu um grande êxodo rural, destacando a evolução populacional por meio da migração e do crescimento vegetativo.

O primeiro subcapítulo trata da região metropolitana e seu crescimento urbano, apontando a RMGV como polo de atração de população, concentrando infraestrutura, investimentos e poder político no estado, que se apresenta desde a primeira metade do século XX.

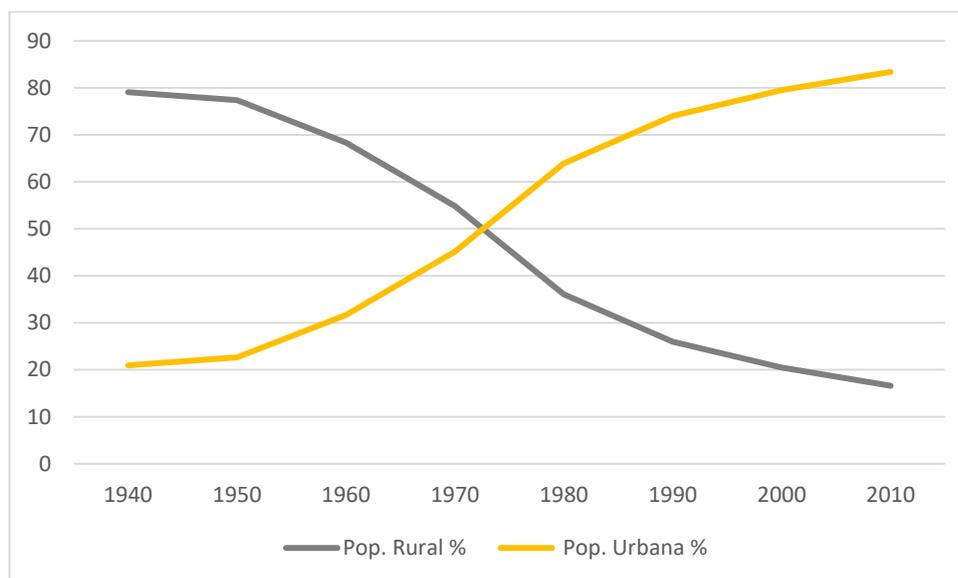
No segundo subcapítulo são abordados o crescimento vegetativo e o incremento migratório na RMGV, apresentando a importância da migração na formação da população, uma vez que o crescimento vegetativo se mostra, nas últimas décadas, abaixo do nível de reposição.

#### **3.1 A Região Metropolitana da Grande Vitória e o crescimento urbano**

Desde a revolução industrial, as cidades têm atraído progressivamente força de trabalho, se transformando em residência para a maior parte da população em todo o mundo. Em 2010, as cidades brasileiras, já abrigavam 84,36% de sua população total (IBGE, 2010). Nelas ocorrem mudanças contínuas, como a distribuição populacional, o modelo de urbanização, a localização dos investimentos, e ainda que exista uma inclinação à redução desse crescimento populacional, as transformações que ocorrem nas cidades não se esgotam.

No Espírito Santo, esse crescimento populacional, econômico, urbanístico ganhou notoriedade a partir da década de 1940. Mas foi na década de 1960 que se intensificou o aumento da população urbana em relação à rural, que passou de 31,6% para 79,5% nos anos 2000. E em 2010, a população urbana chegou a 83,4 % do total, aglomerando-se principalmente na atual RMGV, enquanto a rural diminuiu de 20,5% em 2000 para 16,6% em 2010. O gráfico 01 apresenta a evolução da população urbana e rural do Estado entre 1940 a 2010.

**Gráfico 01:** População urbana e rural do Espírito Santo, 1940-2010



Fonte: IPEA, 2015.

A concentração industrial, comercial e financeira na região Sudeste no século XX acarretou o agravamento das desigualdades regionais no país. Apesar de fazer parte da região Sudeste, o Espírito Santo não seguiu o mesmo grau de desenvolvimento. Desde o final do século XIX o acanhado crescimento das forças produtivas somado a uma população pequena impediu que a agricultura cafeeira se alastrasse rapidamente (BUFFON, 1992).

Além do insignificante crescimento industrial do estado, as vias que o ligavam a outras regiões do país eram insuficientes, pois até a primeira metade do século XX os principais meios de transporte que faziam a ligação comercial do Espírito Santo com os demais estados do país eram o Porto de Vitória, a Estrada de Ferro Santa Leopoldina e a Estrada de Ferro Vitória Minas. Sendo a exportação do minério de ferro o principal motivo para o início do crescimento do porto de Vitória e também para o alcance de maior impacto em âmbito internacional (SIQUEIRA, 2009).

A partir dos anos de 1960, a principal atividade econômica capixaba sofreu transformações por decisão do Governo Federal, que havia implantado a política de erradicação dos cafezais.

O modelo baseado na agricultura familiar e na monocultura do café, implantada em maior parte das fazendas capixabas até a década de 1950, ocasionou uma forte estagnação da economia do estado (BUFFON, 1992). O

declínio do modelo econômico já se mostrava como forte agravante para o avanço da participação do Espírito Santo na economia do país, que devido à dependência de um único produto, representava pouco mais de 1% da economia nacional (BITTENCOURT, 1987).

A pequena produção de excedentes, o esgotamento das terras para cultivo, a fraca utilização de tecnologia no campo e crises intermitentes nos preços do café foram definitivos para apontar a decadência do modelo de produção familiar que predominava no ES (BUFFON, 1992).

O estado capixaba foi o mais prejudicado pela política nacional de erradicação, tendo 53,8% dos cafezais extinguidos, o que culminou com inúmeros problemas sociais, uma vez que provocou a perda de renda de várias famílias e provocou a migração em busca de alternativas de sustento. Apesar disto, numa escala macroeconômica, possibilitou o Espírito Santo a incorporar sua economia estadual ao mercado nacional, diversificando a produção agrícola e intensificando o processo de industrialização de sua economia, tentando regular as desigualdades regionais pré-existentes e gerando novas expectativas sobre o desenvolvimento econômico (BITTENCOURT, 1987).

Foi nessa mesma década que a população brasileira se tornou preponderantemente urbana; porém no Espírito Santo isso só ocorreu na década seguinte (CASTIGLIONI, 2009). O processo de industrialização se intensificou, primeiramente com pequenas e médias indústrias na Grande Vitória (ZANOTELLI, 1998). Com isso o Estado recebeu imigrantes, principalmente dos estados limítrofes, como o Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, e das áreas rurais capixabas, consequência da crise da economia cafeeira (CASTIGLIONI, 2009; DADALTO; SILVA, 2015).

Ainda na década de 1960, foram implantadas em Cariacica 26 indústrias e sua população excedeu a 100 mil habitantes, apresentando um acréscimo de 150% na população. Vitória e Vila Velha, também apresentaram um volumoso crescimento de suas populações, sendo, em 1970, os municípios mais populosos do estado e com altas taxas de urbanização. Já, no interior do estado muitas cidades tiveram uma redução populacional (ZANOTELLI, 1998).

A modernização da economia do estado estava associada ao porto de Vitória, pois ele colaborava com os grandes negócios direcionados para a atividade de exportação. Essas ideias foram apresentadas na década de 1970 no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e os grandes projetos tinham seu alicerce no complexo mina-ferrovia-porto e na ampliação do cultivo de eucalipto (SIQUEIRA, 2009).

Os empreendimentos foram reunidos em complexos. A Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Usina da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Usina de Pelotização Samarco concentravam as atividades em complexos siderúrgicos e a Aracruz Celulose S/A reunindo floresta, indústria e infraestrutura portuária e Flonibra – Empreendimentos Florestais (Associação CVRD/Japan Brasil Pulp) concentravam as atividades do complexo paraquímico. Ocorreu também a expansão do cais comercial de Vitória, do super porto de Tubarão, porto de Ubu (Samarco), porto de Barra do Riacho (Aracruz Celulose) e porto de Capuaba (Terminal do Corredor de Exportação-Goiás/Minas Gerais/Espírito Santo). Os empreendimentos instaurados entraram em funcionamento entre 1977 e início da década de 1980 (SIQUEIRA, 2009).

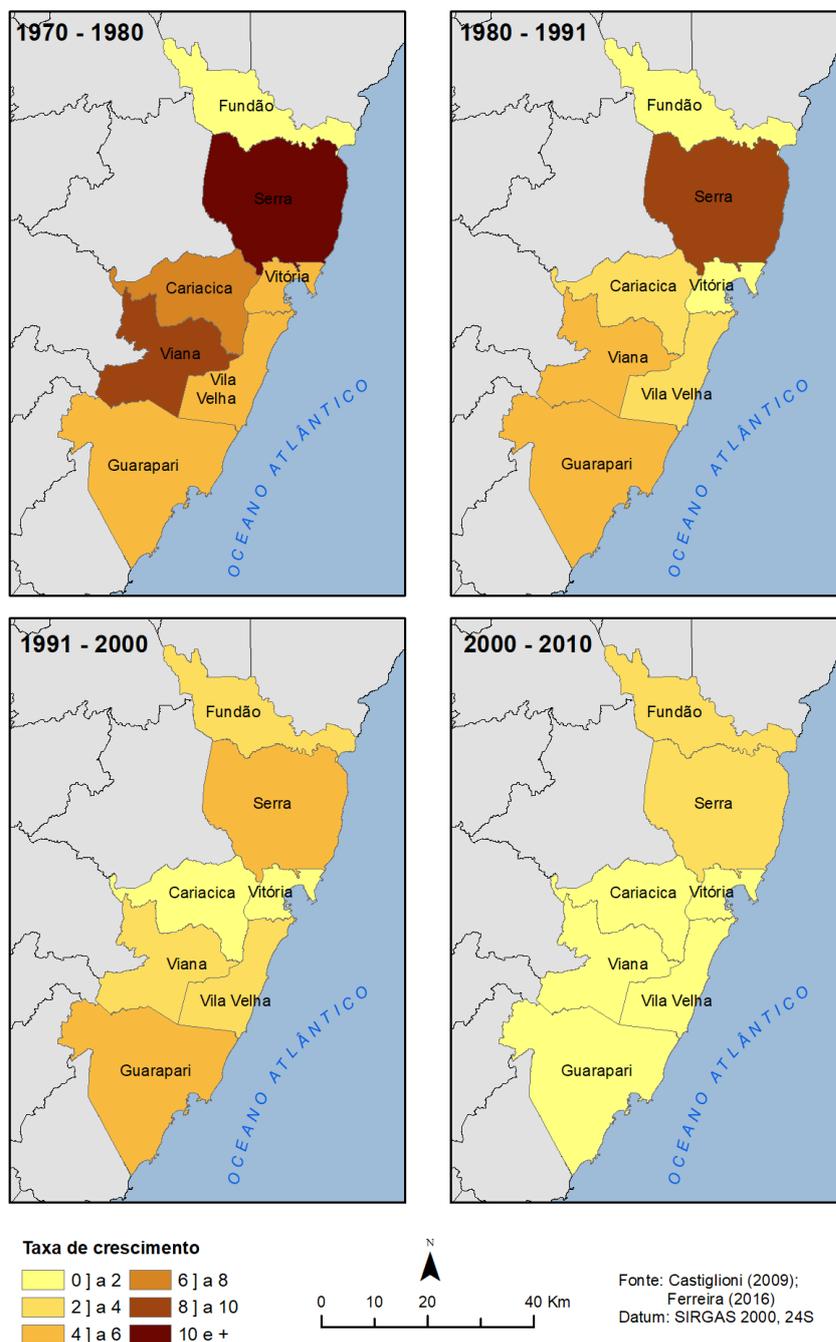
A Grande Vitória comportou aproximadamente 80% desses investimentos (SIQUEIRA, 2001) e a divulgação dessas grandes obras aumentou significativamente o fluxo de migrantes para os municípios pertencentes a esta região.

Cariacica, Vila Velha e Vitória continuaram crescendo, e Serra se destaca, pois, juntamente com Viana, apresentavam características predominantemente rurais até a década de 1960 e estavam à parte desse crescimento mais intenso, que ocorria nos outros três municípios citados (CASTIGLIONI, 2009). Entre 1970 e 1980 a população de Serra saiu de 17 para 85 mil habitantes, principalmente por causa da construção do Centro Industrial de Vitória (CIVIT) e das obras da CST.

A figura 02 mostra esse incremento populacional nos municípios da RMGV. Entre 1970 e 1980, Serra foi o município com a maior taxa de incremento populacional (16,9%), seguido de Viana (8,3%) e Cariacica (6,4%). No período de 1980 e 1991, Serra manteve a liderança dentro da RMGV, porém sua taxa diminuiu para 9,4%, Viana apresentou uma taxa de 5,9% e Guarapari de 4,4%; já, a capital

teve uma diminuição de sua taxa em 2,3% e Vila Velha de 2,6%. Entre 1991 e 2000 os municípios que tiveram as maiores taxas de incremento populacional foram Guarapari e Serra, sendo que este último teve uma redução de 5,2% em comparação com a década anterior. Destacou-se o município de Fundão que teve um aumento de 1,8% em sua taxa. Entre 2000 e 2010, as taxas de todos os municípios diminuíram, com exceção de Fundão, que se manteve com a taxa de 2,7%.

**Figura 02:** Taxas médias geométricas de incremento anual da população dos municípios da RMGV (%) entre 1970 a 2010



A integração nacional somada aos projetos industriais foram indispensáveis para o progresso econômico do estado e a transformação do seu perfil em nível nacional (SIQUEIRA, 2009). Nessa concepção, a adesão de financiamentos em longo prazo e de políticas de incentivos fiscais praticada pelo governo do estado,

[...] se por um lado atuou como agente de atração para o capital privado, [...] por outro, não criou nenhuma política capaz de absorver o grande contingente de mão-de-obra de baixa qualificação, advinda do campo (SIQUEIRA, 2009, p. 10).

O II PND gerou consequências socioespaciais, algumas delas negativas, visto que o crescimento da economia viabilizado pela industrialização não estava equilibradamente vinculado com o desenvolvimento social (OLIVEIRA JUNIOR, *et al.*, 2014).

A desestabilização no campo acarretou em um ressaltado número de migrantes que se destinaram à Região da Grande Vitória buscando oportunidades de emprego, principalmente no setor industrial, e melhoria de vida (BITTENCOURT, 1987). Isto interferiu no modo de ocupar o espaço urbano, sendo ele definido por uma alta concentração populacional na capital e nos municípios limítrofes, viabilizando o processo de metropolização (SIQUEIRA, 2009).

O desenvolvimento da economia estadual regulado pelo forte capital nacional e internacional transformou a forma urbana da cidade e da população. Desse modo, nos anos de 1970, definiu-se uma rede urbana distinta da que existia na década passada (BITTENCOURT, 1987).

As diferenças sociais do povo capixaba aumentaram velozmente com o rápido crescimento da periferia e um desarmônico processo de urbanização. E este crescimento populacional da Grande Vitória está vinculado às migrações, principalmente as migrações internas. A região da Grande Vitória, composta na época pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, recebeu migrantes também de outros estados, dentre eles se destacam o norte de Minas Gerais, a Zona da Mata Mineira, o norte do Rio de Janeiro e o sul da Bahia (SIQUEIRA, 2001), onde a chegada de grande volume de migrantes em um curto intervalo de tempo intensificou os problemas urbanísticos. Em sociedades de economia capitalista menos desenvolvidas, a análise da rápida evolução urbana é marcada pelas migrações, pois,

[...] A fuga para as cidades é, em geral, muito mais como resultado de um *push* rural do que um *pull* urbano quer dizer muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana. O problema é saber a razão pela qual, a partir da penetração de uma formação social por uma outra irrompe um movimento migratório [...] (SIQUEIRA, 2009, p. 13).

A concentração populacional nas áreas urbanas, predominantemente nos centros metropolitanos, na década de 1960 é reflexo da política de modernização econômica do Brasil, que privilegiava as indústrias em áreas urbanas e, também, inovava o setor agrícola, que se estruturou com base na redução da mão-de-obra necessária e a tornou assalariada e provisória e todo esse enredamento veio acompanhado da inexistência de políticas voltadas para uma organização e estabilização da conexão entre o campo e a cidade (SIQUEIRA, 2009).

Nos anos de 1970 a variedade de culturas no campo foi inexpressiva no Espírito Santo, muitas das antigas áreas de cultivo de café foram dominadas pela prática da pecuária, em especial nas menores propriedades onde havia a prática da agricultura familiar (BITTENCOURT, 1987; CASTIGLIONI, 2009; SIQUEIRA, 2009). Essa prática era reforçada pelos discursos políticos; destaca-se que,

[...] a utilização de terras com pastagens é tão necessária como sua utilização em cultura de subsistência ou de extração [...] do ponto de vista econômico, não importa a atividade econômica em si e sim a lucratividade do empreendimento. O mesmo já não se pode dizer do ponto de vista social (SILVA, 1980 apud SIQUEIRA, 2009, p. 13).

Ainda conforme Siqueira (2009, p. 14), esse seguimento no Estado foi complementado “pelo reflorestamento, pela recuperação da lavoura cacaueteira, pelo Proálcool e pela expansão da agroindústria”. E, em se tratando do desenvolvimento industrial em Vitória, eles ocorreram sem que fosse implementada uma política urbana efetiva e coletiva (SIQUEIRA, 2009).

O governo não criou projetos para sobrepor à economia baseada no cultivo de café nas áreas rurais e, conseqüentemente, viabilizar a estabilidade dos trabalhadores rurais em suas áreas (CASTIGLIONI, 2009) e a região da Grande Vitória não dispunha de infraestrutura urbana para acolher os muitos migrantes que vinham de outros estados e também do interior capixaba. Apesar da ampliação da economia urbana, a mesma não pôde arrimar o volumoso êxodo rural, constituído por uma massa com mão-de-obra pouco qualificada, transferindo o problema do desemprego e pobreza do campo para a área urbana (SIQUEIRA, 2009). Segundo a mesma autora, embora boa parte dessa mão-de-obra tenha sido incorporada no

período de construção desses grandes projetos, foram dispensados posteriormente, no período de operação, indo, a maioria, trabalhar no setor terciário, muitas vezes na informalidade.

Segundo a autora supracitada, se iniciou também a alteração e a perda de algumas particularidades do espaço da cidade, à medida que ocorria ocupação urbana desorganizada, em virtude do crescimento acelerado da população urbana e também da malha urbana que se expandia até as divisas dos municípios, onde se originaram os bairros periféricos. Processo que ocorreu também nas principais metrópoles do país. Segundo Martine e McGranahan (2010, p. 18)

[...] o arrefecimento do crescimento metropolitano foi basicamente um fenômeno de estagnação nos municípios-núcleos, pois as periferias das grandes metrópoles continuaram crescendo num ritmo acelerado. Esses subúrbios continuam atraindo migrantes de baixa renda até hoje, inclusive vindo de outras áreas da própria cidade.

As áreas periféricas e as favelas são, majoritariamente, o abrigo da população com menor poder aquisitivo. Nelas se aglomeram a precarização das condições de vida na cidade, se concentrando principalmente em áreas ambientalmente frágeis, como áreas alagáveis, encostas de morros, mangues, margens de estradas, mas também estão nos centros evidenciando as fragilidades urbanas e promovendo um desenvolvimento desigual, onde as principais demandas da população e/ou danos que possam ocorrer com a mesma são menosprezadas (SIQUEIRA, 2009).

A estruturação do espaço urbano, da infraestrutura e dos serviços, associado ao acesso ao mercado de trabalho, são decisivos para assegurar ao proletariado melhores condições de vida (SIQUEIRA, 2009).

Essas relações eram determinantes para a maior parte dos habitantes assalariados na Grande Vitória. Os baixos salários, ou até mesmo o desemprego, eram incapazes de custear a reprodução da força de trabalho e tornava ainda mais difícil o acesso à serviços de saúde, transporte, educação e moradia no período de industrialização no estado, que era caracterizado pelas grandes indústrias, que detinham tecnologia e demandavam pouca mão-de-obra, e pelas pequenas e médias indústrias, que embora estivessem se ampliando, eram dissociadas e não geravam muitos empregos. Além disso, o “crescimento econômico da região estava intimamente ligado às atividades cujo dinamismo apoiava-se no uso dos fatores capital e mão-de-obra especializada” (SIQUEIRA, 2009, p. 16).

Deste modo, é possível entender que no Espírito Santo a desigualdade e o crescimento econômico, baseado na forma de desenvolvimento empregada, andam acompanhados e causam grandes consequências no que tange às diferenças sociais, especialmente na região da Grande Vitória, que é o centro desse crescimento industrial e de modernização no estado.

Mas apesar disso, naquela época o estado alcançou uma posição de crescimento econômico suficiente para romper com sua inexpressividade histórica, se incluindo no mercado capitalista nacional e também internacional de modo definitivo e,

[...] nem mesmo as mazelas sociais trazidas pelos grandes investimentos – inchação das cidades, favelização, falta de infraestrutura sanitária, etc. – muda a opinião dos sucessivos Governos estaduais que tudo investiram para a consolidação dos grandes projetos. No final, todos consideram que o Espírito Santo ganhou (SIQUEIRA, 2009, p. 16).

O crescimento econômico em todo o tempo prevaleceu sobre a modernização social no Brasil e no Espírito Santo, principalmente na região da Grande Vitória, com destaque para a capital. Vitória se distinguia como centro portuário e comercial, sendo reflexo das escolhas da política do estado, com efeitos perceptíveis, gerados tanto pela maciça migração do campo para a cidade, bem como pela lógica da conformação social da produção da RMGV. Tais acontecimentos culminaram no aumento da população, na ocupação de áreas irregulares e na devastação ambiental e urbana nas décadas de 1960 e 1970 (OLIVEIRA JUNIOR, *et al.*, 2014).

Nas décadas posteriores a centralização da economia e da população na RMGV cresceu, com 64,2% da população do estado habitando em áreas urbanas. E a ineficiência de planos e ações por parte do governo estadual voltados para absorver e organizar essa população recém-chegada na cidade resultou em problemas urbanos, pois parte dessa população imigrante que dispunha sua força de trabalho permaneceu desempregada ou trabalhando em subempregos com má remuneração (SIQUEIRA, 2009).

Esses indivíduos se aglomeravam em bairros da capital que não possuíam planejamento urbano, por conta da pequena disponibilidade de moradia popular, que era menor que o número de pessoas necessitadas, muitas delas de imigrantes que dispunham de mão de obra pouco qualificada. E boa parte da população

remanescente que não teve a possibilidade de adquirir uma residência subsidiada pelo governo, ocupou espaços ambientalmente frágeis, inadequadas para habitação.

Essa escassez de planejamento urbano, mencionada anteriormente, em consonância com a velocidade em que os processos urbanos aconteceram, impulsionou a ocupação do lado noroeste da ilha de Vitória, e o bairro São Pedro é um exemplo dessa ocupação, que também ocorreu nos “mangues e morros dos municípios vizinhos” (MENDONÇA *et al*, 2008, p. 05). O referido bairro abrigou, entre 1970 e 1980, muitas pessoas que chegavam em Vitória sem recursos financeiros para arcar com os custos de uma moradia, fosse em um bairro planejado da capital ou em alguns bairros das cidades limítrofes (ABE, 1999), e se favoreciam da boa localização, próxima ao centro econômico de Vitória e aos serviços que a capital oferecia, como educação, que era muito limitada no interior.

Contudo, o processo de industrialização também requereu mão de obra especializada, que demandava por moradia, mas em localizações completamente diferentes da mencionada anteriormente. Esse grupo de imigrantes procurava áreas que oferecessem as maiores infraestruturas, equipamentos e amenidades naturais, dando princípio à ocupação das áreas mais valorizadas de Vitória e impulsionando o processo de verticalização (ABE, 1999).

A conformação da RMGV também foi influenciada por inúmeras instituições financeiras que atuaram na construção e financiamento de moradias de conjuntos habitacionais e residências, bem como na implementação de complexos industriais. Entre os anos de 1967 e 1971 foram compostos o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A(BANDES), o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (FUNDAI), o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), a Superintendência de Projetos de Polarização Industrial (SUPPIN), o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES), o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES) e o Banco do Estado do Espírito Santo S/A (BANESTES) (IJSN, 2018).

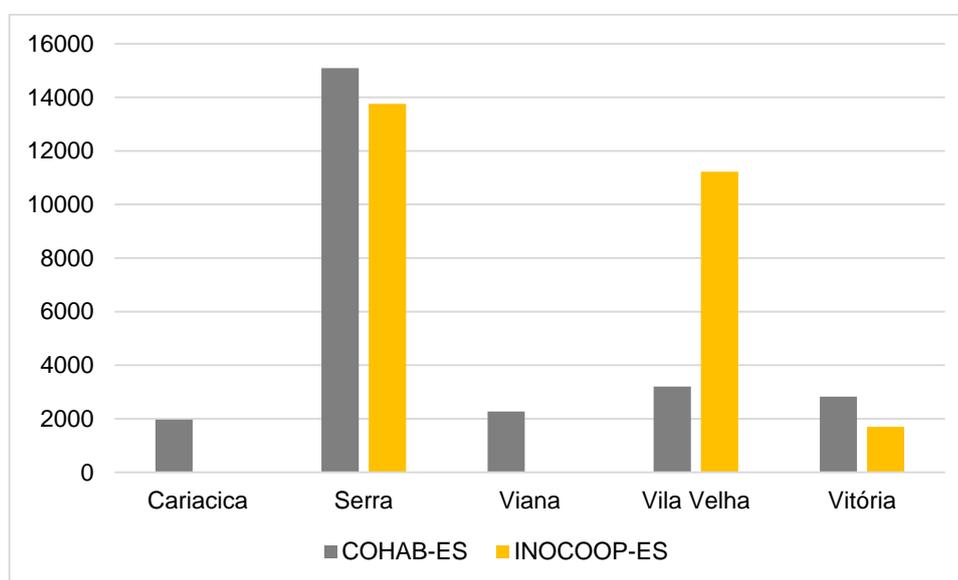
Destacam-se aqui os investimentos imobiliários produzidos pela Companhia Habitacional (COHAB) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) que iniciam as suas atividades no Brasil, e também na Grande Vitória.

Vitória recebeu investimentos da COHAB-ES e INOCOOP-ES, porém em menor volume, se comparado a Serra e Vila Velha.

O município de Serra se destaca por ter recebido os maiores investimentos da Companhia Habitacional do Espírito Santo (COHAB-ES) e do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (INOCOOP-ES) (DOTA; FERREIRA, 2019), cerca de 37,35%, entre os anos de 1965 e 1985 (OLIVEIRA JUNIOR, *et al.*, 2014); no município também se instalaram nesse mesmo período a CVRD, a CST, o CIVIT I e II e o porto de Praia Mole.

Vila Velha, polo de larga parcela de atividades portuárias, foi o segundo município da Grande Vitória que mais recebeu investimentos habitacionais da COHAB-ES e INOCOOP-ES. Cariacica se sobressaía em uma pequena parte de atividades da CVRD e atividades de siderurgia da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), hoje Arcelor Mittal Cariacica, e recebeu investimentos apenas da COHAB-ES. (ABE, 1999; SILVA, 2014), como mostra o gráfico 02.

**Gráfico 02:** Número de habitações produzidas pela COHAB-ES e pelo INOCOOP-ES na Grande Vitória até o ano de 1986



Fonte: COHAB-ES e INOCOOP-ES apud GONÇALVES, 2010.

Viana, assim como Cariacica, também recebeu investimentos apenas da COHAB-ES, e tardiamente, comparada aos outros municípios, conforme tabela 03. Foi apenas entre os anos de 1980 a 1986 que foram implantadas 2.270 unidades habitacionais, dando origem ao bairro Marcílio de Noronha (HONORATO, 2020).

Em Fundão e Guarapari não foram implantadas unidades habitacionais pela COHAB-ES e INOCOOP-ES nesse período.

**Tabela 03:** Unidades habitacionais produzidas pela COHAB-ES e pelo INOCOOP-ES entre 1966 a 1986 na RMGV

Município	Período								Total		Total geral
	1966-1969		1970-1975		1976-1979		1980-1986		COHAB-ES	INOCOOP-ES	
	COHAB-ES	INOCOOP-ES	COHAB-ES	INOCOOP-ES	COHAB-ES	INOCOOP-ES	COHAB-ES	INOCOOP-ES			COHAB-ES + INOCOOP-ES
Cariacica	0	0	488	0	0	0	1480	0	1968	0	1968
Serra	76	0	0	323	1901	2735	10247	10698	12224	13756	25980
Viana	0	0	0	0	0	0	2270	0	2270	0	2270
Vila Velha	0	0	1155	1925	1213	2024	1224	7356	3592	11305	14897
Vitória	853	0	425	1136	0	105	1552	534	2830	1775	4605
Total	929	0	2086	3384	3114	4864	21773	18588	27884	26836	54720

Fonte: IJSN, 1987 apud FERREIRA, 2018.

Na década de 1980, a Terceira Ponte foi construída, sendo inaugurada em 1989. Esse novo eixo viário promoveu uma diminuição dos engarrafamentos cotidianos no centro de Vitória, interligando Vila Velha à capital (SILVA, 2014).

Também foi implantado o sistema de transporte integrado da Região da Grande Vitória (Transcol), a partir da implementação de terminais rodoviários, funcionando em um sistema tronco-alimentador, com ônibus operando em tarifa única. Tais investimentos em transporte refletiram na mobilidade dentro da RMGV na década posterior, melhorando assim a conexão entre os municípios (SILVA, 2014).

Na década de 1990, constata-se maior importância na mobilidade entre os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e a metrópole Vitória, que, em 1995, formaram a RMGV (ALMEIDA, 2009; CASTIGLIONI, 2009; DOTA, 2016), pela Lei Complementar Nº 58<sup>10</sup>. Posteriormente foram incluídos o município de Guarapari, em 1999, e o município de Fundão, em 2001.

Dispostos de forma estratégica dentro da RMGV, os terminais rodoviários permitiram um maior deslocamento da população, uma vez que o serviço de transporte público passou a cobrir grande parte do território, inclusive atravessando grandes áreas de terra, marcadas por extensos vazios urbanos, facilitando a ocupação dessas áreas.

<sup>10</sup>Lei Complementar Estadual nº 58 de 23 de fevereiro de 1995: Instituição da Região Metropolitana da Grande Vitória. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LC%2058.html>>. Acesso em 10 de jan. de 2019.

Muito além dos terminais, o Programa Transcol, adotado pelo governo estadual, buscava apoio de bancos para promover requalificação urbana e melhoria nas vias por onde passavam as linhas de ônibus, com duplicações e pavimentação, melhorando a circulação e mitigando problemas de engarrafamentos.

A presença dos terminais rodoviários, concentrados em três dos sete municípios da RMGV, limítrofes à capital, aponta para a relevância desses municípios na consolidação do local de moradia da massa trabalhadora.

Cariacica dispõe de três terminais. O Terminal de Itacibá, localizado em Itacibá, em frente ao Instituto Tecnológico do Espírito Santo (IFES) – Campus Cariacica, o Terminal de Campo Grande, localizado em Cruzeiro do Sul, em frente ao Faça Fácil, próximo a *shopping center* e supermercado e o Terminal de Jardim América, localizado em Jardim América, em frente ao IEMA, à Estação Ferroviária Pedro Nolasco, a BR-262 e as pontes que ligam o município a Vitória e Vila Velha.

Serra também dispõe de três terminais. O Terminal de Carapina, localizado no bairro Manoel Plaza, em frente à entrada norte da Vale S/A, o Terminal de Laranjeiras, localizado no bairro Laranjeiras, próximo a shoppings, supermercados, faculdades, a BR-101 e Av. Eudes Scherrer Souza e Terminal de Jacaraípe, localizado em Castelândia, próximo ao balneário.

Vila Velha dispõe de quatro terminais. O Terminal de Vila Velha, localizado no bairro Divino Espírito Santo, próximo a faculdade, escola, *shopping center*, hospital e a Av. Luciano das Neves, o Terminal do Ibes, localizado no bairro Ibes, próximo a hospital, ao polo de moda da Glória e a Av. Carlos Lindemberg, o Terminal de Itaparica, localizado entre os bairros Jockey de Itaparica e Araçás, ao lado da rodoviária municipal, próximo a *shopping center*, escola e Av. Darly Santos e o Terminal de São Torquato, localizado no bairro São Torquato, próximo à Polícia Federal e as pontes de acesso aos municípios de Cariacica e Vitória.

Sendo que os últimos terminais a serem construídos foram os de Jacaraípe, Itaparica, São Torquato e Jardim América. A capital possuía até o ano de 2009 o Terminal de Dom Bosco, localizado no bairro Forte São João entre as Avenidas Vitória e Marechal Mascarenhas de Moraes, e foi um dos terminais mais movimentados da Grande Vitória por muitos anos. Os terminais dos municípios

vizinhos, como o Terminal de São Torquato, incorporaram as integrações entre linhas que eram realizadas no Terminal Dom Bosco (CRUZ, 2010).

Outro ponto que merece destaque é a força de atração de investimentos exercida pela presença dos terminais, uma vez que se percebe o desenvolvimento de novas centralidades metropolitanas no entorno dos mesmos, notadas principalmente ao final dos anos 2000 e ao longo da década de 2010 (IJSN, 2018).

Os primeiros terminais foram dispostos próximos a áreas onde concentravam atividades industriais. O Terminal de Laranjeiras, próximo ao CIVIT e o Terminal de Carapina, próximo à CVRD e CST. Atualmente, os terminais são próximos às centralidades e limites da mancha urbana da RMGV, induzindo o crescimento e “novas dinâmicas urbanas, como a formação de centralidades e de eixos concentradores de atividades” (CRUZ, 2010, p. 125).

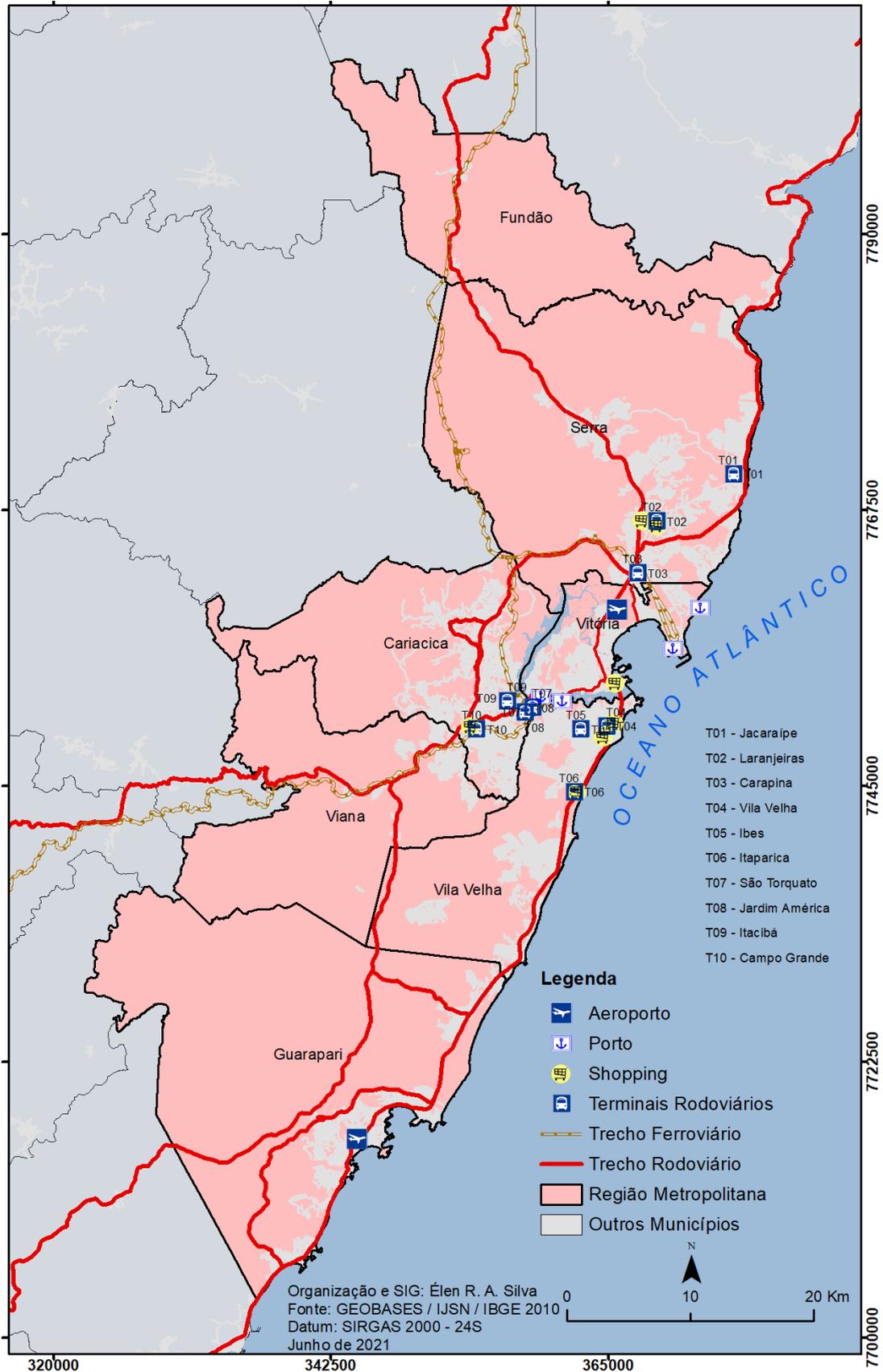
A descentralização das atividades comerciais e de serviços, que só tinham no Centro de Vitória, ocorreu a partir da década de 1980 e possibilitou que em outras áreas da Grande Vitória surgissem novas centralidades (REIS, 2007). Muniz (2016, p. 54) explica que os subcentros realizam uma função significativa na mobilidade urbana, porque recebem “importantes linhas de transporte intraurbanos”.

Tem-se como exemplo dessas novas centralidades no aglomerado urbano da Grande Vitória os subcentros de Campo Grande, em Cariacica, de Laranjeiras, em Serra, da Glória, em Vila Velha e da Praia do Canto, em Vitória, os *shoppings centers* e a o surgimento de eixos comerciais e de serviços significativos em diferentes locais (MUNIZ, 2016).

Em relação aos *shoppings centers*, houve um aumento da quantidade de *shoppings* na RMGV (DOTA; FERREIRA, 2020). O primeiro a ser inaugurado foi o *Shopping* Vitória, em 1993 (REIS, 2007), e no ano de 2015 os municípios de Serra, Vila Velha e Cariacica também já comportavam esse tipo de empreendimento (MUNIZ, 2016).

A figura a seguir apresenta a localização dos terminais rodoviários e *shoppings centers* na RMGV.

**Figura 03:** Localização dos terminais rodoviários, *shoppings centers*, portos, aeroporto, ferrovias e principais vias na RMGV

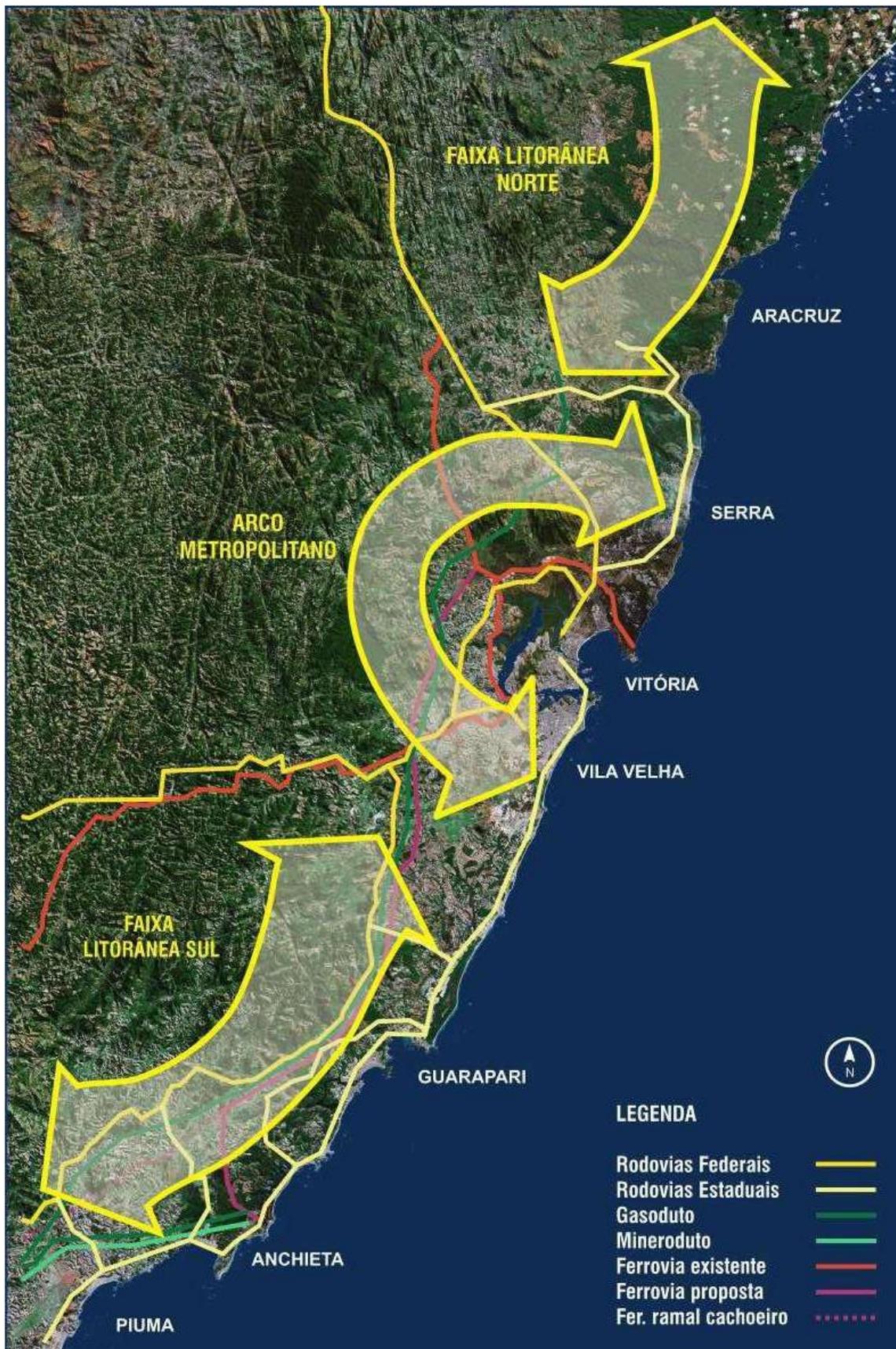


Ainda sobre a década de 1990, cabe destaque a política econômica implementada pelo estado, com foco voltado principalmente para a inserção do mesmo em uma economia globalizada, incentivando assim a produção industrial e o consumo. Foi nessa mesma época que houve a consolidação do Arco de Desenvolvimento Metropolitano pelo estado, estruturando e disponibilizando a infraestrutura portuária, ferroviária e rodoviária já implantada para o desenvolvimento da atividade logística, não só para o exterior, mas também para o interior do país (CAMPOS, 2004; SILVA, 2014). Conseguindo assim maior notoriedade na economia nacional.

Com a privatização e modernização dos portos, houve a necessidade de implantação de novas Estações Aduaneiras de Interior (EADIs) – Portos Secos – e Terminais Retroportuários Alfandegados, adentrando a malha urbana da RMGV, fortalecendo a ligação das duas pontas do arco, onde na extremidade norte, se localiza os portos de Praia Mole e Tubarão, além de áreas industriais de CIVIT, ao sul com Porto de Capuaba e as indústrias de Vila Velha, conforme figura 04.

Compreendendo uma porção do território circunvizinho à capital, abrangendo além deste, outros três municípios– Serra, Cariacica e Vila Velha – o Arco de Desenvolvimento Metropolitano é orientado pelas ligações rodo-ferroviárias (Ferrovia Vitória-Minas, Rodovia do Contorno/ BR 101 e Avenida Carlos Lindemberg) entre os portos marítimos e os portos secos, conectando regiões aduaneiras com grandes áreas de atividades industriais e logísticas, subsidiando assim a operacionalização de grupos multinacionais ligados à importação e exportação, promovendo uma ocupação descontinuada e criando novos vazios urbanos operativos (CAMPOS, 2004). Atualmente, o município de Viana também tem recebido numerosos empreendimentos ligados a atividades logísticas devido a sua grande extensão de áreas vazias dentro do contexto urbano e também por ser um município cortado pelas duas principais rodovias federais que passam pelo Espírito Santo, a BR-101 e a BR-262 (HONORATO, 2020).

Figura 04: Esquema do Arco de Desenvolvimento Metropolitano



Fonte: Espírito Santo, 2009.

Os vetores indicando crescimento, tanto ao norte quanto ao sul, apresentam uma tendência de crescimento da malha urbana futura, mostrando uma relação entre a RMGV e o Município de Aracruz, ao norte, estimulada pelas existências de grandes plantas industriais (Aracruz Celulose/ Fíbria /Suzano Aracruz) e estrutura portuária (Portocel e Estaleiro Jurong). Ao sul, na continuidade da rodovia estadual ES-010, o vetor de crescimento aponta para os municípios de Guarapari, região turística do litoral sul da RMGV e Anchieta, onde se situa a planta da Mineradora Samarco e do Porto de Ubu (FERREIRA, 2016).

A economia do estado ganhou destaque nos anos 2000. Rigotti (2012) aponta que a descoberta de petróleo no litoral capixaba influenciou diretamente nos saldos migratórios, uma vez que houve melhora na economia, quando este passou a exportar, além de produtos agrícolas, minerais e siderúrgicos, petróleo e gás natural, algo que elevou a importância do estado também a nível internacional (SILVA, 2014).

O aumento do número de postos de trabalho e a melhora na economia serviram de atrativo populacional. Esse aumento populacional, apesar de ser menor do que na década de 1980, demandou por novas moradias e interferiu na dinâmica espacial da RMGV. Parte da população ascendeu economicamente, inserindo, no mercado da construção civil, um produto com padrões construtivos distintos do realizado por volta da década de 1980, como os condomínios fechados de alta densidade (SILVA, 2014).

A década de 2000 é marcada por um novo ciclo de investimentos econômicos para o Espírito Santo, diretamente ligado ao setor de petróleo e gás natural, mas também apoiada no acréscimo das importações brasileiras de produtos primários estimuladas pelo aumento dos preços de produtos agrícolas e minerais.

A estabilidade política e econômica experimentada, a nível nacional nessa mesma década, principalmente na segunda metade, onde houve crescimento econômico considerável, além de avanços em políticas sociais, apresentou-se como um momento positivo para atrair investimentos para o Espírito Santo, tanto estatal, quanto do grande capital que alavancaram o desenvolvimento econômico do estado. Contudo, essa “segurança econômica” se apresentava sobremaneira frágil, uma vez que se apoiava na extração e venda de recursos não renováveis, com baixa

diversificação produtiva e baixa capacidade de absorção e utilização de novas tecnologias, ligados principalmente à cadeia produtiva de petróleo e gás natural, que passou a ser a maior força da economia capixaba naquele momento (FERREIRA, 2016).

No Espírito Santo, foi a década de 1970 que marcou o início da exploração de petróleo em terras capixabas, localizadas ao norte do estado, no município de São Mateus. Houve, na década de 1980, descoberta de novas fontes de petróleo e gás natural junto à foz do Rio Doce, incentivando assim o desenvolvimento da indústria de gás natural. A partir da década de 1990, o estado passou a ser considerado como um potencial produtor de petróleo e gás natural no cenário nacional, com a descoberta de novos campos para exploração (FERREIRA, 2016). Mas foi a década de 2000 que passou a se configurar como um novo estágio para a economia ligada às atividades petrolíferas no estado, com o início da implantação da sede da Petrobras, na capital Vitória, e extração de petróleo da camada pré-sal, nas costas capixabas.

A cadeia de extração e produção de produtos derivados de petróleo envolve um número extenso de atividades complementares, com necessidade de altas tecnologias e recurso humano de diferentes graus de conhecimento. A atividade, além de bastante lucrativa, “torna-se um produto estratégico e, enquanto tal, sua análise envolve questões macroeconômicas, onde o jogo político e o âmbito nacional e internacional tornam-se centrais” (FERREIRA, 2016; p. 189).

Mesmo que a atividade possua baixa relação com o território do entorno, tendo maior foco nos mercados internacionais, onde a infraestrutura utilizada no processo traga poucos benefícios a âmbito local, ainda assim contribui no enriquecimento local, uma vez que diretamente ou indiretamente gera novos postos de trabalho, além do aumento de arrecadação dos municípios que se desenvolve, mas também devido a compensações financeiras que são repassadas aos municípios, oriundas da atividade (FERREIRA, 2016). Porém não é garantido que esse repasse de riquezas seja traduzido em melhoria de qualidade de vida nos municípios que a recebem.

Os impactos da indústria de petróleo e gás natural na RMGV, muito além da escala local/regional se estabelece no âmbito nacional e global. Na capital, diversas

intervenções urbanísticas foram implementadas, a fim de melhorar a qualidade de vida da população e também de aumentar o *status* da cidade frente a investidores internacionais (SILVA, 2014).

A referida autora ainda aponta que as melhorias que ocorreram na capital refletiram diretamente no preço das moradias, que condicionaram muitos habitantes a migrarem para municípios vizinhos, em busca de moradias e custo de vida mais acessíveis.

Objetivando a maior rentabilidade, os promotores imobiliários adquiriam terrenos em regiões periféricas com baixos custos e com pouca infraestrutura urbana (SILVA, 2014), provocando uma ocupação ou mesmo ampliando os vazios urbanos, que foram gerados a partir do espraiamento da mancha urbana na região metropolitana, onde muitos foram consolidados ainda nas décadas de 1960 e 1970, na implantação de loteamentos.

Os vazios urbanos podem ser entendidos como áreas não ocupadas, parceladas ou não, localizadas no perímetro urbano, podendo ser um lote, uma área não parcelada, uma fazenda em área urbana, e até mesmo espaços vazios dentro de grandes lotes que possuem pequenas edificações, ou mesmo “terrenos baldios, áreas remanescentes da ocupação de lotes, áreas de interesse ambiental dentro das cidades, terras sem uso definido próximo a infraestruturas industriais, ferroviárias, portuárias e etc.” (FERREIRA; ZANOTELLI, 2017, p. 43).

Tardin (2008) define espaços livres como espaços não ocupados por edificações ou infraestrutura viária, conectados com a área urbana, sendo uma definição aproximada de vazios urbanos. Para a autora, esses espaços na cidade teriam grande valor, uma vez que podem ser utilizados na qualificação do espaço urbano, ampliando a qualidade de vida nas cidades.

A tabela 04 apresenta os vazios urbanos existentes dentro da mancha urbana da RMGV, em 2010.

**Tabela 04:** Vazios urbanos dentro mancha urbana densa da RMGV identificados pela análise da ortofoto do IEMA de 2007/2008 seguindo os limites da mancha urbana de 2010 (IJSN 2010).

Município	(I) Área da mancha urbana consolidada (km <sup>2</sup> )	(II) Vazios com elevado potencial de edificação (km <sup>2</sup> )	(III) Áreas de interesse ambiental dentro da mancha urbana (km <sup>2</sup> )	(IV) Vazios de uso coletivo (km <sup>2</sup> )	(V) Vazios complexos (km <sup>2</sup> )	(VI) = (II + III+IV+V) Total de vazios urbanos dentro da mancha urbana densa (km <sup>2</sup> )	Percentual total de área dos vazios urbanos dentro da mancha urbana densa (%)
CARIACICA	64	12,93	0,55	0,39	0	13,87	21,67
FUNDÃO	5	1,51	0,05	0,018	0	1,578	31,56
GUARAPARI	34	6,93	0,3	0,15	0,34	7,72	22,7
SERRA	100*	31,95	12,8**	0,63	0,49	45,9	45,9
VIANA	16	11,34	0	0,12	0	11,46	71,6
VILA VELHA	66	10,81	1,5	0,32	0,15	12,78	19,36
VITÓRIA	45	3,06	0,8	0,21	0	4,07	9,04
<b>TOTAL RMG</b>	<b>330</b>	<b>78,56</b>	<b>16</b>	<b>1,84</b>	<b>0,98</b>	<b>97,38</b>	<b>29,51</b>

\*Inclui a APA de Praia Mole.

\*\*As áreas não ocupadas da APA de Praia Mole fazem parte desta área.

Fonte: IJSN (2010) e IEMA (2008) apud FERREIRA; ZANOTELLI, 2017.

A definição das categorias de vazios urbanos foi utilizada por Ferreira e Zanotelli (2017, p. 50) a fim de classificar a tipologia destes, dentro da RMGV, ficando definido que:

- **Os vazios com elevado potencial de edificação** são aqueles que têm condições favoráveis à edificação: lotes vagos (terrenos baldios), glebas vagas, grandes quintais remanescentes de pequenas edificações em grandes lotes, fazendas, etc.
- **As áreas de interesse ambiental dentro da mancha urbana** são áreas identificadas na fotografia aérea (ortofoto) que apresentam densa vegetação de porte médio ou alto, podendo ser resquícios de mata Atlântica, áreas brejosas, de mangues, restingas, lagoas e áreas de alagados. A classificação desta categoria se baseou nos zoneamentos apresentados pelos PDMs dos respectivos municípios da RMGV. Entretanto, a delimitação dos limites dessas áreas não ocorreu seguindo os limites estabelecidos nos PDMs, mas, seguiu as condições apresentadas pelo ambiente, baseado no padrão da vegetação, nas formas de ocupações das áreas, etc.
- **Vazios de uso coletivo** são representados aqui pelos campos de futebol identificado na mancha urbana. A opção por alocar essas áreas em uma categoria especial ocorreu em função de suas condições, podendo ser áreas públicas ou privadas que em um determinado momento são utilizadas coletivamente para o lazer, mas que mesmo em função disso, elas não perdem seu potencial construtivo.
- **Vazios complexos** são áreas que não são de interesse ambiental e nem de pleno uso coletivo, mas que se apresentam como espécies de “nós” para o planejamento, são espaços de lavra de pedreiras, aeroclubes, etc.

Na tabela anterior destaca-se o município de Viana, que apresentou o maior percentual de vazios urbanos na RMGV, com 71,6% do total de sua área urbana consolidada. Honorato (2020) aponta para o fato de que no ano de 2016 houvera um aumento considerável no perímetro urbano do município, que passou de 32 km<sup>2</sup>

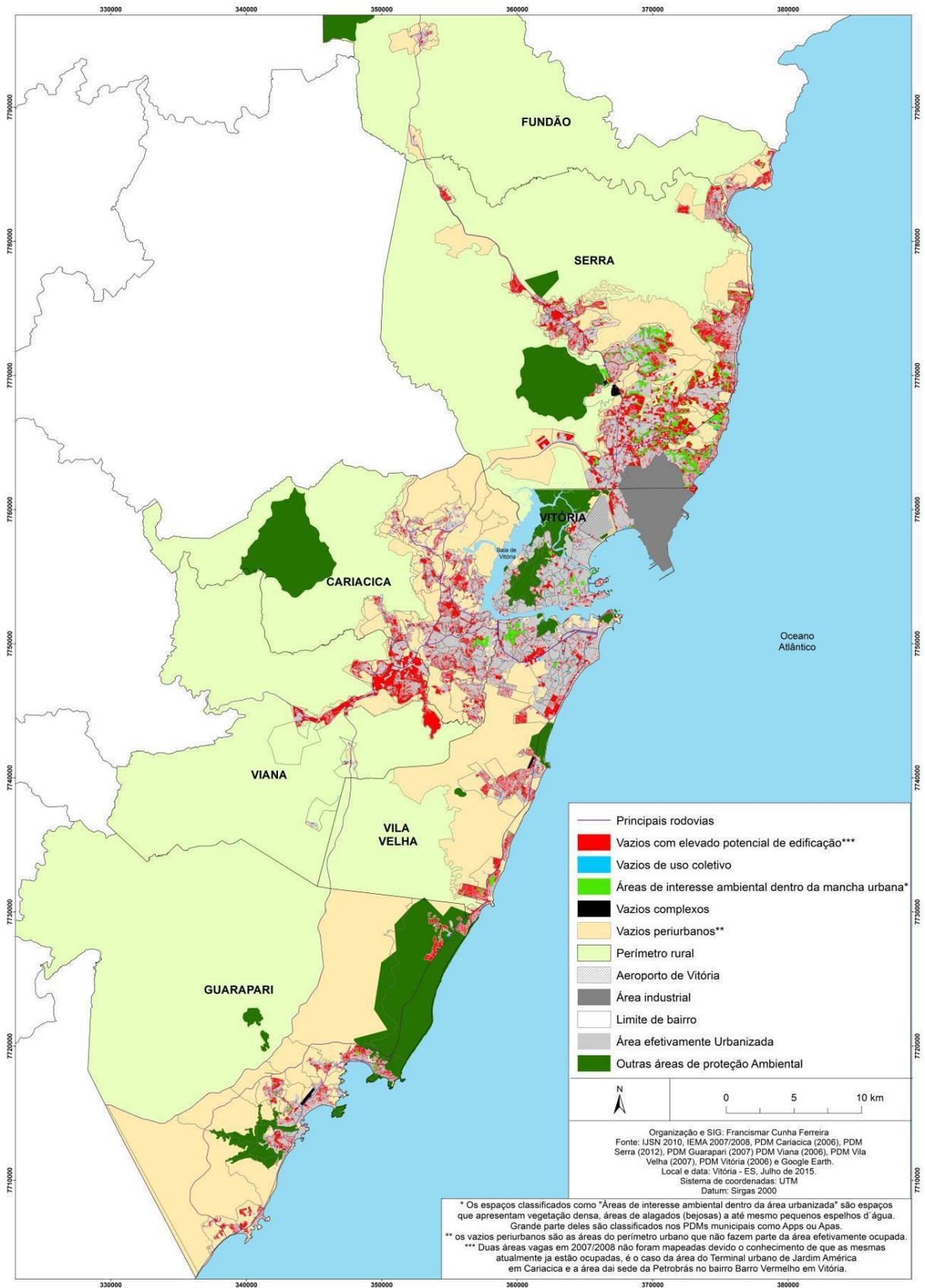
para mais de 110 km<sup>2</sup>, possibilitando ainda mais a ocupação dispersa e a criação de novos e extensos vazios urbanos.

Serra também se destaca por possuir 45,9 km<sup>2</sup> de vazios, ou seja, quase metade de sua área urbana densa, contudo uma parcela considerável de 12,8 km<sup>2</sup> de vazios urbanos é composta por áreas de interesse ambiental. A somatória dos vazios urbanos de Serra é maior que a área urbana de Vitória, e também de Guarapari.

O município de Vitória, sendo densamente ocupado, apresentou pouco mais de 4 km<sup>2</sup> de vazios urbanos localizados em sua mancha urbana adensada, algo próximo de 9% do total. Em Vila Velha os vazios urbanos compreendiam 12,78 km<sup>2</sup>, ou seja 19,36% do total da mancha urbana densa. O município de Guarapari apresentou a terceira menor área de vazios urbanos na RMGV, com pouco mais de 7 km<sup>2</sup>. Cariacica, por sua vez, apresentou uma área de vazios de 13,87 km<sup>2</sup>, o equivalente a 21,67% da mancha urbana densa. E Fundão, apesar de possuir uma área pequena de vazios, pouco mais de 1,5 km<sup>2</sup>, tornou-se expressivo uma vez que esses vazios representavam 31% de sua mancha urbana densa.

A figura 05, a seguir, espacializa os dados da tabela anterior, referentes aos vazios urbanos na mancha urbana densa da RMGV.

**Figura 05:** Vazios urbanos no interior da mancha urbana densa da RMGV em 2010.



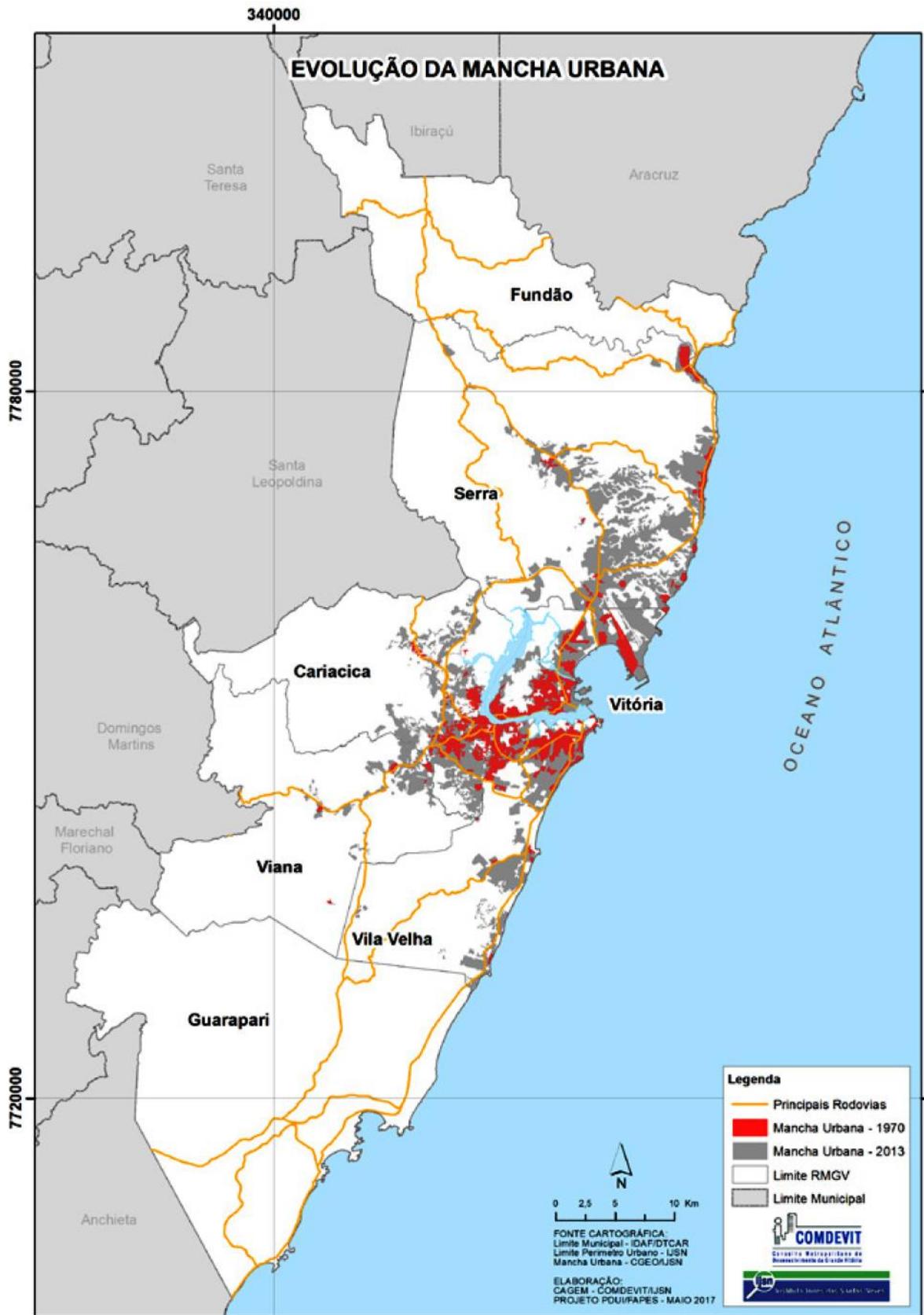
Fonte: FERREIRA; ZANOTELLI, 2017.

A intensidade da urbanização, bem como a integração entre os municípios de determinada aglomeração podem ser apontadas a partir da análise da mancha urbana e auxiliam na caracterização de vazios urbanos, barreiras de crescimento, vetores de expansão, entre outros (OLIVEIRA JUNIOR, *et al.*, 2014). Villaça (1998) defende que o processo de conurbação acontece quando há a integração de áreas urbanas, mesmo que pertençam a municípios distintos, muitas vezes ocasionando espraiamento da cidade.

A figura 06 e o gráfico 03 mostram a evolução da mancha urbana da RMGV a partir da década de 1970 até o ano de 2013, onde é possível notar uma intensa conurbação entre Vitória e os municípios ao redor e a segmentação de Guarapari e Fundão, separados do restante da RMGV por vastas áreas desocupadas (OLIVEIRA JUNIOR, *et al.*, 2014).

Na figura abaixo é possível notar que a expansão da mancha urbana se deu acompanhando a faixa litorânea de Vila Velha e Serra. Algo que pode ser notado também na comparação entre os períodos analisados é o que se deu entre os limites de Cariacica e Vila Velha, pela proximidade com o centro de Vitória, que nas décadas anteriores era bastante dinâmico.

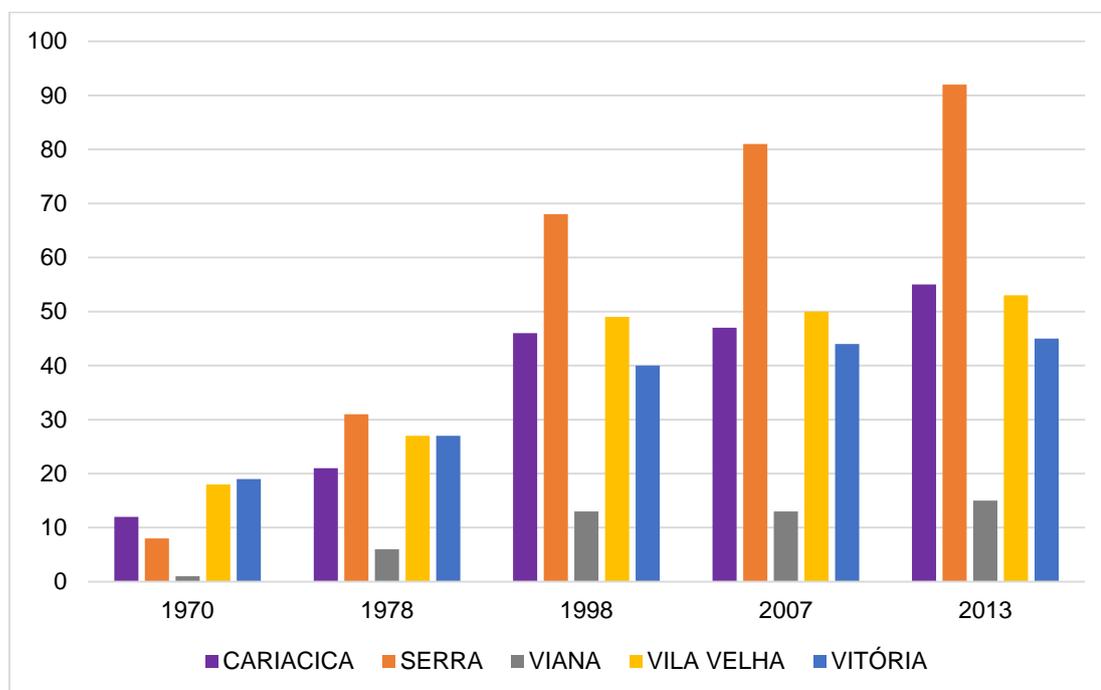
**Figura 06:** Evolução da mancha urbana na RMGV, entre os anos de 1970 e 2013



Fonte: IJSN, 2018.

E o gráfico a seguir apresenta a evolução que ocorreu em cada município nos anos 1970, 1978, 1998, 2007 e 2013.

**Gráfico 03:** Evolução da mancha urbana (área em km<sup>2</sup>) em cinco municípios da RMGV, entre 1970 e 2013.



Fonte: MONTEIRO; BERTOLANI; BERGAMASCHI, 2014.

Entre 1970 e 1978 o município que apresentou maior crescimento da mancha urbana foi Serra, com um aumento de 23 km<sup>2</sup>. Viana, no mesmo período, saltou de 1 km<sup>2</sup> para 6 km<sup>2</sup>, apresentando um crescimento proporcional de 500% da mancha urbana. No período compreendido entre 1978 e 1998, destacam-se os crescimentos de Serra, contabilizando 37 km<sup>2</sup>, seguido por Cariacica, com 25 km<sup>2</sup> e Vila Velha, que teve sua mancha urbana ampliada em 22 km<sup>2</sup>. No ano de 2007, o destaque está no crescimento de Serra, que mesmo diminuindo, ainda manteve um aumento de 13 km<sup>2</sup> em sua mancha urbana, que se conservou nos anos 2013 com 15 km<sup>2</sup>. Ainda no ano de 2013, o município de Cariacica destaca-se com um crescimento de 8 km<sup>2</sup>, após um tímido crescimento no ano de 2007 (somente 1 km<sup>2</sup>).

Na RMGV, dentro do período analisado, o município de Serra apresentou o maior crescimento da mancha urbana, algo que pode ser observado inclusive no crescimento populacional do mesmo. Na década de 1970, o município possuía uma mancha urbana ocupando 13,4% do município, e em 2013 sua mancha urbana

aumentou para 31,1%, podendo ser parcialmente justificada pelo grande número de conjuntos habitacionais implantados até a década de 1980.

Entre os anos de 1998 e 2007, destaca-se o fato de Vitória, mesmo com uma faixa territorial bastante limitada, apresentar um crescimento da mancha urbana maior que os municípios de Vila Velha e Cariacica que marcaram somente 0,7 e 1,2 km<sup>2</sup> respectivamente. Cariacica apresentou um crescimento demográfico menor que o de Vitória, e Vila Velha, mesmo com baixo crescimento da mancha urbana, possivelmente concentrou seu crescimento demográfico em áreas urbanizadas que passaram por um processo de verticalização, resultando em um adensamento populacional.

Entre 2007 e 2013, Cariacica superou Vila Velha e Vitória com relação a expansão da área urbana, ficando atrás apenas de Serra.

A instalação de indústrias ao longo das principais avenidas e rodovias (BR-101 e BR-262) também promoveu a intensificação da ocupação do solo nos municípios de Cariacica, Viana e Serra, acompanhando a lógica determinada pelos consecutivos planos que ordenam as ocupações na RMGV.

A dinâmica urbana capixaba, de modo geral, está sempre em transformação, sendo influenciada pelas condições socioeconômicas da época, promovendo forças de crescimento desiguais nos municípios e regiões. A lógica de concentração de investimentos acompanha o padrão acumulativo em áreas que apresentam avançada infraestrutura e promove uma hierarquização de atribuições, podendo ser alteradas por decisões institucionais, aliadas à organização social e aos demais agentes produtores do espaço urbano. Evidenciando o poder que as localizações dos empreendimentos, bem como das infraestruturas, exercem sobre a dinâmica urbana na RMGV, promovendo a diferenciação entre regiões, com base na concentração das estruturas administrativas, que influenciam diretamente nas relações entre os municípios.

A economia exerce influência sobre a população, sua mobilidade e direcionamento. Ao longo dos períodos em que houve intenso crescimento urbano e populacional no Espírito Santo, e principalmente na RMGV, as ações do Estado, com planos e programas, também serviram para atrair a população migrante, e para amenizar os problemas urbanos causados pelo crescimento populacional acelerado.

O crescimento populacional urbano foi bastante acentuado, nas décadas de 1960 e 1970, por conta da migração rural-urbana e do crescimento vegetativo. E o que se observou nas décadas posteriores, mesmo que o volume migratório tenha diminuído, foram as consequências dessa migração exacerbada. Apesar de ser em menor escala, a migração, nas últimas décadas, ainda se mantém importante na participação do crescimento populacional na dinâmica espacial da RMGV, e isso será detalhado no próximo subcapítulo.

### 3.2 O incremento migratório e crescimento vegetativo na RMGV

As alterações populacionais têm de ser analisadas pela fecundidade e mortalidade, que são comportamentos vegetativos e também pela migração, que altera o tamanho da população com as entradas e saídas de pessoas em um local definido (MIRANDA *et al.*, 2014).

A fecundidade humana vai muito além do mero fenômeno biológico. Ela é um componente fundamental da história das sociedades e se modifica com as transformações sociais (CAMPOS, 2009). O custo da criação de um filho, a religião, os níveis de escolaridade e de renda, o trabalho feminino, a vida no campo ou na cidade, entre outros fatores, podem afetar a decisão de ter filhos e a quantidade deles.

O século passado, em especial a segunda metade, experimentou uma das modificações mais significativas na história das populações, a transição demográfica (CASTIGLIONI, 2009). O processo de transição demográfica baseia-se na redução dos altos níveis de natalidade e mortalidade e, coincidentemente, gera o aumento do tempo de vida, ocasionando expressivos impactos na estrutura da população. Além de estar relacionada com a transição epidemiológica e a transição migratória, esta última marcada pelo forte êxodo rural na fase de rápido crescimento (MIRANDA *et al.*, 2014). Castiglione (2009, p. 93) explica que o processo de transição demográfica

[...] consiste na passagem de uma situação caracterizada por níveis elevados de natalidade e mortalidade a uma situação em que os níveis dos dois componentes do crescimento são baixos, ocorre em todo o mundo: os países de desenvolvimento mais avançado iniciaram a transição há cerca de dois séculos atrás e já completaram o processo, todos os demais países estão passando atualmente pelas fases da transição.

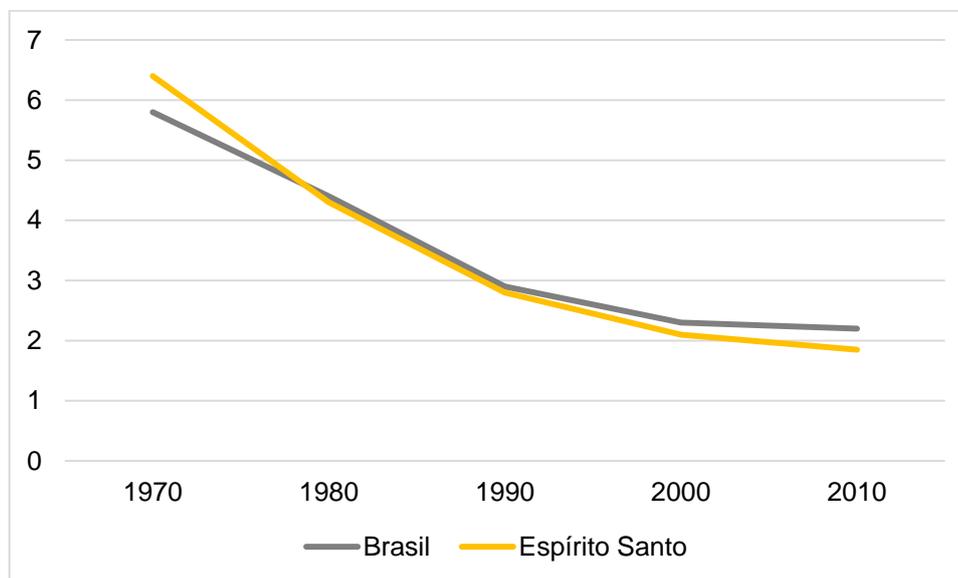
No Brasil, especificamente, ocorreram acentuadas transformações demográficas no século XX. Entre 1940 a 2010 a população se multiplicou, a esperança de vida ao nascimento se elevou, ao mesmo tempo que o número de filhos por mulher diminuiu (MIRANDA *et al.*, 2014).

No Espírito Santo, a queda da fecundidade e a urbanização se deram mais tardiamente, quando comparado ao comportamento médio do país. A evolução demográfica que ocorreu no estado, durante a segunda metade do século XX, revelou as mudanças dos componentes do crescimento natural simultaneamente a um volumoso êxodo rural, sobretudo para a região da capital (CASTIGLIONI, 2009). Nesse período a média de filhos por mulher era maior que sete, porém as expressivas mudanças estruturais que ocorreram, como a inserção e a difusão dos métodos contraceptivos, o planejamento familiar, a inserção da mulher no mercado de trabalho e a urbanização, a partir dos anos de 1960, geraram impactos na sociedade, e, com isso, a queda da fecundidade se deu de maneira mais rápida que a média nacional (MIRANDA *et al.*, 2014).

Entre as décadas de 1960 e 1970 a taxa de fecundidade sai de 7,6 para 6,4 filhos por mulher e nas décadas seguintes as taxas continuam caindo. No fim do século XX o Espírito Santo já apresentava níveis próximos aos demais da região Sudeste (CASTIGLIONI, 2009), e, em 2000 o estado atingiu o nível de reposição de 2,1 filhos por mulher, conforme o gráfico 04.

Porém, em 2010, a taxa de fecundidade caiu de 2,1 para 1,8 filhos por mulher, ou seja, o número de nascimentos no estado estava abaixo do nível de reposição populacional, mostrando que no ES, o processo de transição está em uma fase mais adiantada que a média do Brasil. O nível de reposição populacional é de 2,1 filhos por mulher, e essa taxa de fecundidade garante que a população seja reposta, ou seja, o crescimento populacional será nulo a longo prazo.

**Gráfico 04:** Taxas de fecundidade total<sup>11</sup> no Brasil e Espírito Santo, entre 1970 a 2010



Fonte: CASTIGLIONI, 2009.

Assim como no Espírito Santo, na RMGV as taxas de fecundidade caíram em todos os municípios de 2000 para 2010, chegando a níveis abaixo ao de reposição na maioria dos municípios.

O município de Fundão destaca-se por possuir a maior taxa de fecundidade nos dois períodos (2,29 e 2,16 filhos por mulher, respectivamente), por ser o único a não atingir uma taxa abaixo do nível de reposição em 2010 e também por dispor da maior taxa de crescimento populacional entre 2000 e 2010.

Vitória e Vila Velha já apresentavam taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição em 2000, e em 2010 elas caíram ainda mais, atingindo o valor de 1,38 e 1,64, nessa ordem.

Esse padrão justifica a transição demográfica da capital, que é a mais adiantada da RMGV, com o crescente envelhecimento da população, um dos responsáveis pela pequena taxa de crescimento populacional nesse período (MIRANDA *et al.*, 2014).

Nos demais municípios metropolitanos (Cariacica, Guarapari, Serra e Viana) evidencia-se uma diminuição das taxas de fecundidade, que em 2000 estava acima

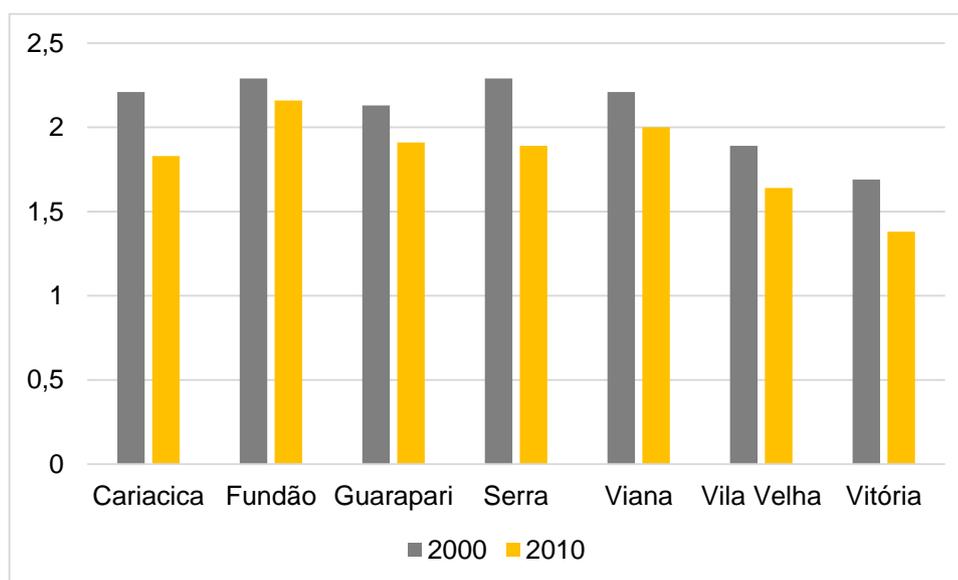
---

<sup>11</sup>A Taxa de Fecundidade Total é um indicador que mede o número médio de filhos que uma mulher teria ao final do seu período reprodutivo, registrando a condição reprodutiva em uma determinada população, refletindo em alterações no padrão etário e no crescimento da população. (MIRANDA *et al.*, 2014).

do nível de reposição, já em 2010, ficaram abaixo do nível, sendo registradas as taxas de 1,83, 1,91, 1,89 e 2,00 filhos por mulher, respectivamente.

Serra teve uma redução em suas taxas de 2,29 para 1,89 filhos por mulher, sendo o município com maior diminuição da fecundidade na região metropolitana. Posteriormente, Cariacica foi o que obteve maior redução das taxas, passando de 2,21 para 1,83 filhos por mulher, conforme o gráfico 05.

**Gráfico 05:** Taxa de fecundidade total dos municípios da RMGV em 2000 e 2010



Fonte: MIRANDA *et al.*, 2014.

A diminuição das taxas de crescimento demográfico, observadas nos municípios da RMGV, foi transformada, também, pela tendência à baixa fecundidade observada no período, sendo esta uma das responsáveis pela alteração na estrutura etária. Porém, o comportamento vegetativo (nascimentos e óbitos) não explica, por si só, as variações populacionais de uma região, pois elas também são alteradas pelas migrações.

A importância da migração na composição da população do Espírito Santo nas últimas décadas pode ser observada na tabela 05. Nela, é possível analisar os dados de imigração, emigração, saldos migratórios e IEM<sup>12</sup>.

<sup>12</sup>O Índice de Eficácia Migratória (IEM) é calculado quando se divide o saldo migratório pela soma do número de imigrantes e emigrantes, com valores variando entre -1 a 1, indicando evasão e retenção migratória

**Tabela 05:** Imigração, emigração, saldos migratórios e IEM do Espírito Santo nos períodos de 1970/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Período	Imigração	Emigração	Saldos migratórios	Índice de eficácia migratória - IEM
1970-1980	155.114	163.028	-7.914	-0,0249
1980-1990	135.421	90.909	44.511	0,1967
1990-2000	129.169	95.168	34.001	0,1516
2000-2010	130.820	70.120	60.700	0,3021

Fonte: CASTIGLIONI, 2019.

Castiglioni (2019) aponta que a inversão na tendência migratória da década de 1980 foi proporcionada pelas mudanças nas estruturas produtivas do Estado, quando o saldo migratório volta a ser positivo, o que se confirmou nas décadas posteriores, devido à melhora na economia do ES. O estado teve como base o crescimento das atividades portuárias e industriais, principalmente siderurgia e petróleo, além de mármore e granito, sem deixar de lado a importância da produção agrícola na participação econômica. Para Dota (2016), alguns dos fatores que garantiram a eficiência da economia, principalmente entre os anos de 2005 e 2010, foram as altas dos preços de *commodities* nos mercados internacionais, que possibilitaram a geração de empregos e maiores investimentos.

Os valores do IEM apontam que o estado passou de um contexto de área de rotatividade migratória entre 1970 e 1980, para um contexto de baixa absorção migratória entre 1986 e 1991 e 1995 e 2000, convertendo-se em área de média absorção migratória no período de 2005 e 2010, “com quinta posição no ranking de absorção migratória no cenário nacional” (IBGE, 2012 apud CASTIGLIONI, 2019).

Na tabela anterior é possível observar que, no período de 2005 a 2010, o estado contou com 130.820 entradas e 70.120 saídas de migrantes, contabilizando um saldo positivo de 60.700 pessoas.

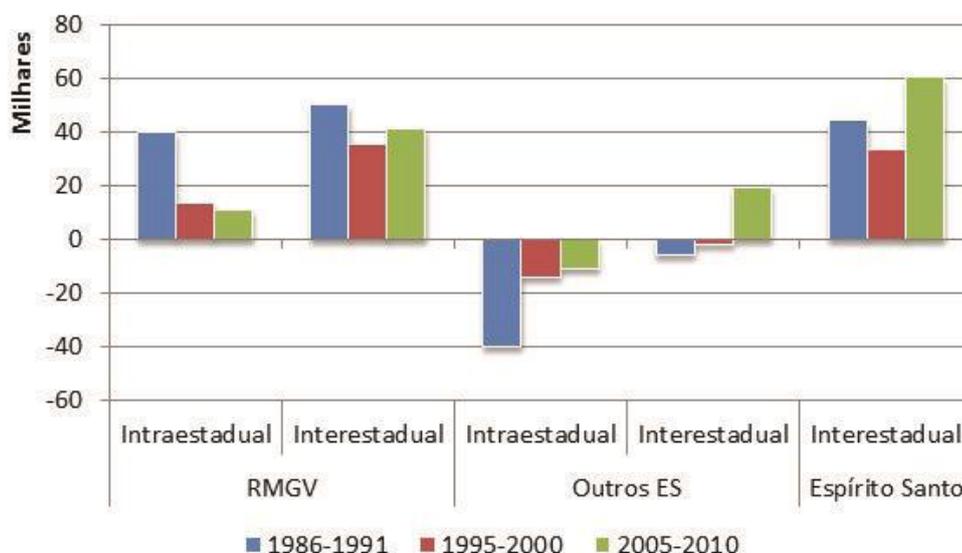
A figura 07 apresenta o saldo migratório nos períodos de 1986 a 1991, 1995 a 2000 e 2005 a 2010. Nela se observa a diferença de saldos entre a RMGV e os outros municípios do Espírito Santo. Na RMGV foi registrado saldo migratório positivo tanto para a migração intraestadual, quanto para interestadual, enquanto os outros municípios do estado (Outros ES) apresentam saldo negativo para as

---

respectivamente, e quando os valores são próximos a 0, entende-se que há uma rotatividade migratória na região analisada (BRITO, RIGOTTI, CAMPOS, 2012; CASTIGLIONI, 2019).

migrações intraestaduais e positivo para as interestaduais, no período de 2005 a 2010.

**Figura 07:** Saldo migratório das trocas com origem e destino nos municípios do Estado do Espírito Santo, RMGV e Outros municípios do Estado. 1986-1991, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte: DOTA, 2016.

A RMGV apresentou diminuição constante nas trocas intraestaduais, mas ainda assim, ela se manteve positiva, no período analisado, enquanto que as trocas interestaduais, após uma diminuição nos anos de 1995 a 2000, voltaram a crescer entre 2005 e 2010.

Em relação aos outros municípios do estado (Outros ES), o saldo migratório nas trocas intraestaduais aumentou, mas ainda assim se manteve negativo, que segundo Castiglioni (2009) foram reflexos ainda das alterações no eixo produtivo do Estado, e mostram certa estagnação nessas últimas décadas, enquanto a participação nas trocas interestaduais, mesmo com saldo negativo, manteve o crescimento, até apresentar uma inversão de trocas no período de 2005-2010.

Dota (2016) coloca em destaque a importância do incremento populacional pela migração, sendo responsável por 17% no crescimento da população no estado, entre os anos de 2000 e 2010. Na RMGV a participação da migração no crescimento populacional representou 32% do total, com cerca de 80 mil imigrantes, somente na década de 2000 (DOTA, 2016).

Entre os anos de 2000 e 2010, momento em que houve a diminuição na taxa de fecundidade – estando abaixo da linha de reposição –, fica evidente a relevância da migração para o crescimento populacional na RMGV, que somado às alterações econômicas dessa década, fez deste período um momento singular nas últimas décadas analisadas (DOTA, 2016).

Na RMGV, o único município que apresenta saldo migratório negativo, em 2000 e 2010, é a capital Vitória, fato que contribui para a compreensão de seu pequeno crescimento populacional.

Serra e Vila Velha apresentaram os maiores saldos migratórios nos períodos analisados conforme o gráfico 06. Contudo, o município de Serra apresentou crescimento entre 2000 e 2010, enquanto Vila Velha apresentou uma diminuição no mesmo período.

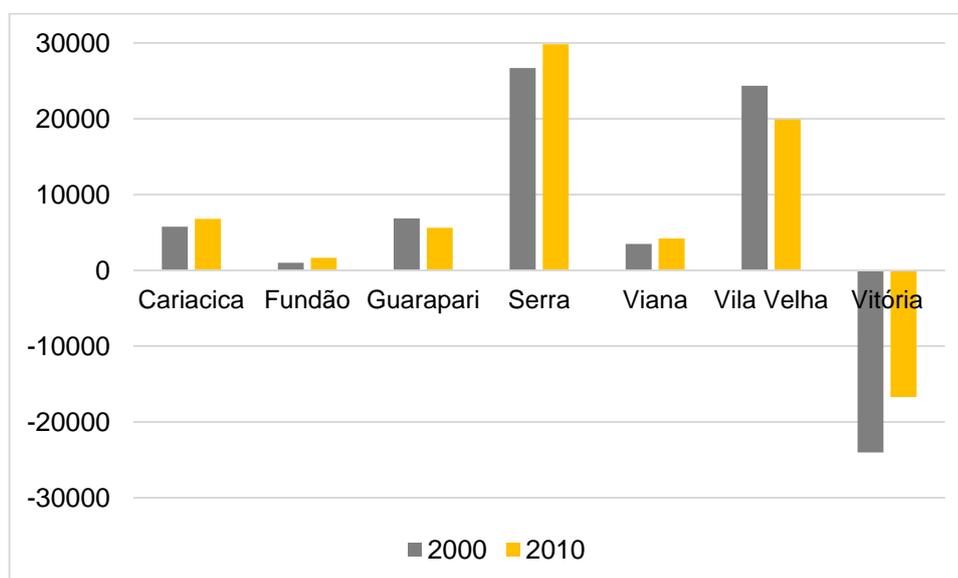
Cariacica, Fundão e Viana também apresentaram crescimento no saldo migratório, mas em menor escala. Guarapari apresentou diminuição no saldo migratório em 2010. Mesmo com um significativo aumento, Vitória permanece com saldo migratório negativo.

O gráfico mostra uma significativa importância dos municípios limítrofes à capital para o crescimento populacional da RMGV, como um todo, por meio da migração.

Como fenômeno, a análise da migração é imprescindível para entender a dinâmica demográfica de um determinado local (MIRANDA *et al.*, 2014), e nas últimas décadas ganha mais destaque.

No momento em que há na RMGV uma diminuição generalizada das taxas de fecundidade, com níveis abaixo da taxa de reposição, atribui-se ainda mais relevância ao estudo do processo migratório, como principal fator para explicar as alterações demográficas (MIRANDA *et al.*, 2014).

**Gráfico 06:** Saldo migratório total (data-fixa) dos municípios da RMGV em 2000 e 2010



Fonte: MIRANDA *et al.*, 2014.

Como apresentado anteriormente neste capítulo, nos meados do século XX ocorreu um grande crescimento da população urbana proporcionado pela migração – época em o Estado investiu em promoção das atividades industriais e políticas de promoção de habitação –, novamente se observa a participação da migração na composição populacional, contudo sem a mesma intensidade. Uma vez que se registra, em 2010, uma taxa de reposição abaixo de 2,1 filhos por mulher, a migração assume importante papel no equilíbrio e crescimento populacional da RMGV.

O capítulo a seguir mostrará com maior profundidade a dinâmica migratória na RMGV em 2010, além da distribuição espacial e as características da população nessa década, destacando a importância, já citada, desse período para o crescimento populacional da RMGV e as características peculiares de cada município na dinâmica migratória.

## **4 MIGRANTES NA RMGV: DISTRIBUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS SOCIAIS**

Este capítulo apresenta os volumes migratórios na RMGV, a distribuição dos imigrantes em cada município metropolitano, bem como as características populacionais dessa região. Destaca as características dos imigrantes, e por fim faz uma análise intramunicipal com o intuito de entender a espacialização desses imigrantes, por meio da área de moradia, e as possíveis relações com suas características.

O primeiro subcapítulo trata da migração nos municípios da RMGV, apresentando os volumes migratórios em três modalidades, a interestadual, a intraestadual e a intrametropolitana nos anos de 2000 e 2010. Comparando-as e analisando os ganhos e perdas de cada município e os fatores de atração supostamente relacionados.

O segundo subcapítulo trata das características da população na RMGV, fazendo distinção entre migrantes e restante da população, a fim de entender as suas possíveis distinções e se o fato de ser migrante na RMGV interfere na qualidade de vida, acesso a serviços, entre outros, em relação ao restante da população.

E o terceiro subcapítulo trata sobre a distribuição espacial dos imigrantes nas AP's da RMGV. Este subcapítulo, em especial, tem como objetivo identificar quais AP's receberam a maior parte dos imigrantes e correlacionar esse dado com outros dados, como a renda, escolaridade e cor ou raça.

### **4.1 A migração nos municípios da RMGV**

Um questionamento intrigante em algumas teorias sobre migração tem relação com as condições que levam as pessoas a migrarem. Mesmo enfrentando grandes obstáculos com custos, barreiras legais e mesmo os perigos da viagem, quando o indivíduo se decide, ele migra (CARLING; SCHEWEL, 2018). Segundo os mesmos autores, contudo, outros tantos indivíduos, mesmo quando o desejo por migrar é uma realidade, as dificuldades no processo os colocam em condição de imobilidade involuntária

As motivações que levam o indivíduo a migrar em distâncias curtas, como a migração intrametropolitana, e distâncias médias e longas, como as migrações

intraestaduais e interestaduais, nem sempre são as mesmas (COURGEAU, LELIÈVRE, 2006).

Os autores supracitados salientam que os motivos relacionados à família, aquisição de moradia própria ou preço do aluguel, são mais comuns em migração de curta distância. Por sua vez, em migrações de média e longa distância, a relação com o trabalho tem se revelado mais significativa (COURGEAU, LELIÈVRE, 2006).

No Espírito Santo, a migração foi responsável por quase um terço do incremento populacional na RMGV nos anos 2000. E o modo como se difundem os migrantes nos municípios é capaz de apontar as consequências de medidas que tanto podem auxiliar quanto obstaculizar o acesso desses à moradia em cada um dos municípios da RMGV, com intensidades distintas (DOTA, 2015).

Mais uma vez, se apresenta necessária a análise dos dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010, com o propósito maior de comparação de resultados e observação de possíveis tendências explicitadas. Importante também são as análises das modalidades migratórias, que permitem um apontamento dos aspectos relacionados diretamente com a orientação dos fluxos migratórios, tanto em intensidade quanto em direcionamento, no intervalo de tempo analisado (DOTA, 2015).

A tabela 06, a seguir, apresenta os dados de migração interestadual na RMGV do Censo de 2000 e 2010, referentes às décadas de 1990 e 2000.

O município de Vila Velha recebeu maior número de imigrantes, nos anos 1995-2000, com 28,81%, mas Serra, que recebeu o segundo maior número de imigrantes (27,88%), teve uma quantidade menor de emigrantes, e por isso, apresentou o maior saldo migratório da RMGV (16.033).

Em 2010, Serra e Vila Velha continuaram recebendo os maiores volumes de imigrantes da RMGV, mas, desta vez, Serra apresentou os maiores números e se manteve como o município com maior saldo migratório (22.814). Cariacica foi o município com o terceiro maior saldo migratório nas duas décadas. Sendo estes três, limítrofes a capital e os mais populosos da RMGV.

A capital, nas duas décadas, foi o município a apresentar as maiores perdas migratórias, sendo o único a ter saldos negativos de -7.496 e -4.820 nas duas respectivas décadas.

Em 2000, Fundão recebeu a menor proporção de imigrantes na RMGV. Viana teve saldos migratórios superiores a Guarapari e Fundão, apenas. E em 2010, Viana, Fundão e Cariacica tiveram aumento na sua retenção migratória.

Já Guarapari foi o único município da RMGV em 2010, que teve diminuição no saldo migratório, pois o número de imigrantes diminuiu em comparação com 2000, mas o número de emigrantes permaneceu com seu volume praticamente inalterado.

**Tabela 06:** Migração interestadual nos municípios da RMGV, 1995-2000 e 2005-2010

	Interestadual 2000					Interestadual 2010				
	Imigração	%	Emigração	%	Trocas	Imigração	%	Emigração	%	Trocas
<b>Cariacica</b>	10052	12,44	4105	9,27	5947	9305	10,75	2156	5,82	7149
<b>Fundão</b>	499	0,62	93	0,21	406	754	0,87	165	0,45	589
<b>Guarapari</b>	9178	11,36	3543	8,00	5635	7596	8,78	3308	8,93	4288
<b>Serra</b>	22526	27,88	6493	14,66	16033	27040	31,25	4226	11,41	22814
<b>Viana</b>	1453	1,80	711	1,61	742	2118	2,45	291	0,79	1827
<b>Vila Velha</b>	23278	28,81	8025	18,12	15253	24483	28,29	6841	18,47	17642
<b>Vitória</b>	13823	17,11	21319	48,14	-7496	15236	17,61	20056	54,14	-4820

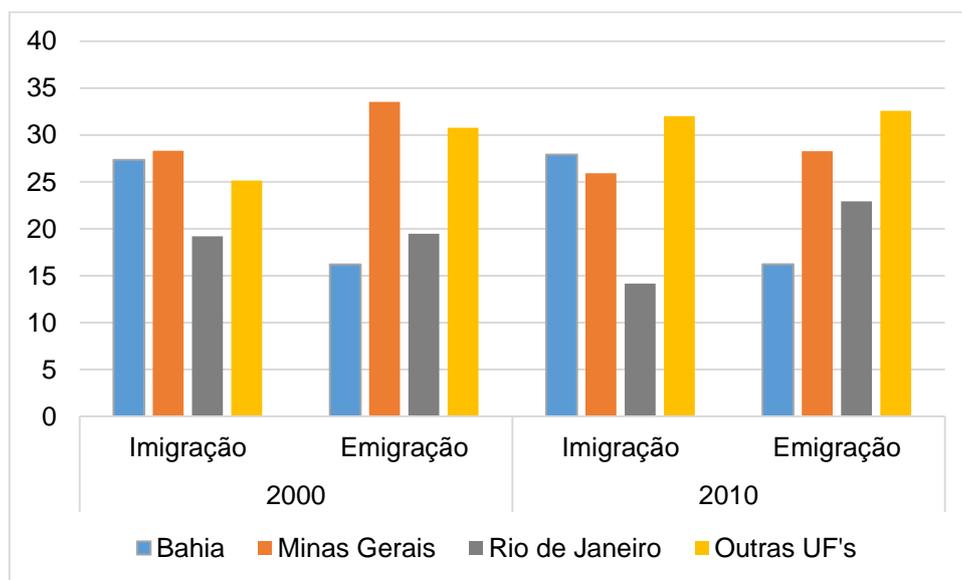
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Os estados limítrofes ao Espírito Santo tiveram uma importante participação migratória interestadual nos municípios da RMGV, com números muito mais significativos que os outros estados do país. Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram os principais locais de origem e destino dos migrantes nas últimas décadas. Dota (2016) explica que essas trocas se dão, principalmente, pela relação de vizinhança entre os estados e formação de redes migratórias, de negócios e sociais.

E Courgeau e Lilièvre (2006) apontam que os indivíduos tendem a escolher seus destinos não de modo aleatório, mas a partir das informações obtidas pela sua rede de contatos, se municiando de informações sobre as condições de vida e comparando-as ao seu local de origem, além das já obtidas pelos meios de comunicação em massa.

O gráfico 07 dá destaque à migração interestadual na RMGV em 2000 e 2010. Nota-se que o volume de emigrantes da RMGV com destino a outras UF's (Unidades da Federação) se mantém muito próximos nos dois períodos, apresentando pequenas alterações. Já o volume de imigrantes aumenta em 2010, saindo de 25,14% para 32%.

**Gráfico 07:** Imigração e emigração interestadual com a RMGV, 1995-2000 e 2005-2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Nos anos 2000 a maior parte dos imigrantes veio de Minas Gerais (28,32%), seguido da Bahia (27,35%) e Rio de Janeiro (19,2%). Verifica-se a menor participação do Rio de Janeiro na RMGV em relação a Minas Gerais e Bahia, tanto em 2000 como em 2010.

Já em 2010 as posições do estado mineiro e do estado baiano se invertem. Minas Gerais diminui sua contribuição com 26% e a Bahia aumenta sua participação com 28% dos imigrantes brasileiros.

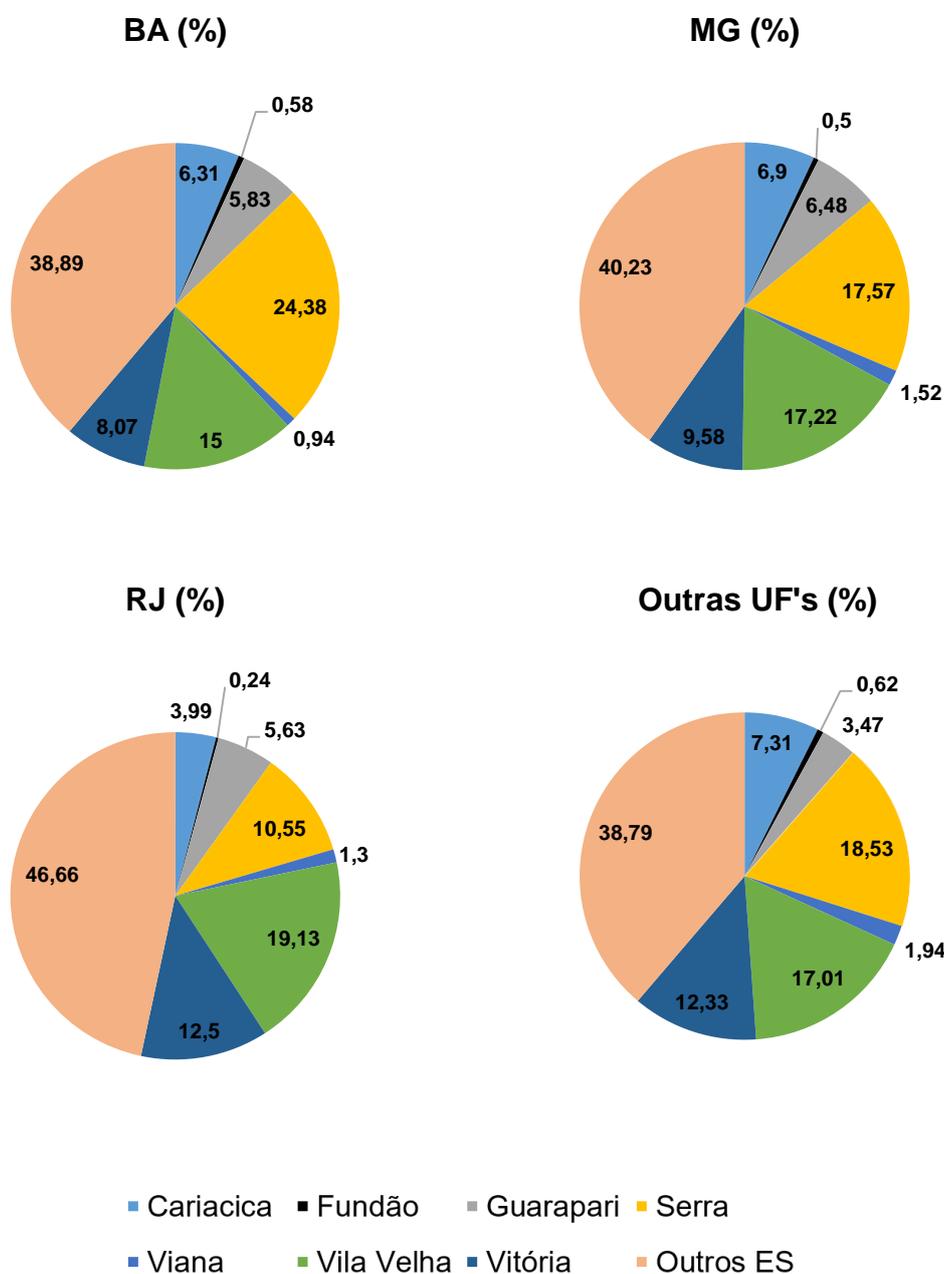
Quanto a emigração para esses três estados, Bahia mantém seu volume nos dois períodos, Rio de Janeiro passou a receber 3,44% a mais de emigrantes em 2010 e Minas Gerais diminuiu seus ganhos da RMGV, com uma baixa de 5,26% de emigrantes em relação a 2000.

O Gráfico 08 apresenta o destino dos imigrantes interestaduais em 2010, dando foco, assim como o gráfico anterior, nos estados vizinhos do Espírito Santo.

Dentro da RMGV, o estado da Bahia contribuiu com mais imigrantes em Serra e Vila Velha, sendo que de todos os imigrantes deste estado que vieram para o Espírito Santo, mais de 61% se destinaram aos municípios metropolitanos. Vitória, Cariacica e Guarapari apresentaram percentuais bastantes próximos. Viana e Fundão tiveram a menor participação, com 0,94 e 0,58 pontos percentuais respectivamente.

No caso dos imigrantes vindos do estado de Minas Gerais, novamente o destaque se dá para Serra (17,57%) e Vila Velha (17,22%), que sozinhos captaram quase 35% dos migrantes vindo dessa região. Viana e Fundão novamente apresentaram as menores participações. Sendo que pouco menos de 60% de todos os imigrantes desse estado tiveram como destino a região metropolitana. Mais uma vez, Vitória, Cariacica e Guarapari apresentam percentuais próximos, variando em 3% entre eles.

**Gráfico 08:** Imigração Interestadual em relação aos municípios da RMGV, em porcentagem (%), 2005-2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Uma característica mais acentuada em Guarapari é a ampliação do número de residências secundárias, ou casas de veraneio, devido à forte presença do turismo na região litorânea, que se favorece dos investimentos em infraestrutura viária e da proximidade com a capital Vitória e os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que contribuíram para a valorização da orla e das residências e o aumento da produção imobiliária (PIRES, 2016).

Pires (2016) aponta que a origem dos fluxos migratórios mais atuais para o município retrata aos ciclos das décadas de 1980 e 1990 e evidencia que, aproximadamente 30% dos imigrantes tem suas origens em outros estados, principalmente Minas Gerais e Bahia, e os mesmos migraram devido à atividade turística que afetou outros setores, como o comércio e a construção civil. A mesma autora destaca que, os imigrantes da região nordeste brasileira se fixaram, em sua maioria, nas periferias do município, em áreas que apresentam precariedades na infraestrutura urbana e nos serviços básicos. E, entre os imigrantes de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e de outros municípios do próprio estado, há um grupo de aposentados, mas também de não aposentados que adquiriram imóveis com o intuito de investir ou utilizar como segunda residência para o lazer.

Os imigrantes que vieram do estado do Rio de Janeiro apresentaram um fluxo um pouco diferente, com a maioria deles se destinando à Vila Velha (19,13%) e Vitória (12,5%). Serra, que apareceu como local que mais recebeu imigrantes tanto de Bahia quanto de Minas Gerais, recebeu 10,55% dos imigrantes cariocas. Também é possível notar uma diminuição considerável na participação de Cariacica, bem como um aumento para o município de Guarapari. Viana e Fundão apresentam baixas porcentagens, com destaque para Fundão que foi destino de somente 0,24% dos imigrantes do Rio de Janeiro. Os outros municípios do estado também merecem uma atenção maior, pois receberam mais de 46% dos emigrantes do Rio de Janeiro.

As diferenças entre os locais de destino dos imigrantes do Rio de Janeiro, comparados com Bahia e Minas Gerais, indo, em sua maioria, para Vila Velha e Vitória, pode indicar, conforme será exposto ao longo deste capítulo, um perfil de imigrantes com maiores níveis de escolaridade, podendo ocupar cargos que demandam mão de obra qualificada com remunerações mais altas, permitindo-os morar em locais com melhor infraestrutura, que geralmente concentram maior renda. Tais analogias podem ser explicadas devido ao ciclo do petróleo, que foi fortalecido nessa década analisada.

Nas últimas décadas novos fatores produtivos, indústrias, expansão do complexo portuário, exploração de rochas ornamentais e ultimamente o aumento expressivo da exploração do petróleo em águas profundas, entre

outros, passou a impulsionar a economia capixaba (Castiglioni, 2009). A autora salienta que ocorreu um crescimento do mercado primário, que é definido por ocupações qualificadas e maiores remunerações, atraindo assim, imigrantes com maior grau de qualificação, vindos de outras regiões.

Ações políticas de incentivos, com base na inserção do estado na economia globalizada, a partir da década de 1990, promoveram avanço na estruturação rodo-ferro-portuárias, onde Ribeiro e Siqueira (2014, p. 231) apontaram que:

[...] os portos capixabas movimentam em torno de 45% do PIB estadual, sendo o segundo maior complexo exportador em valor e o segundo maior importador do Brasil em termos de impostos arrecadados. É também o maior complexo em movimentação de cargas e o que tem o maior número de berços, portos organizados (incluindo os portos secos) do Brasil e da América Latina.

As intervenções nas estruturas logísticas e consolidação de novas plantas industriais colaboraram para mudanças no perfil socioespacial do estado, tanto na RMGV quanto em municípios situados no litoral norte, como Aracruz, São Mateus e Linhares, indicando um vetor de expansão metropolitana (DOTA; FERREIRA, 2020). A geração de novos postos de trabalhos nos limites metropolitanos ou em sua expansão, ligados direta ou indiretamente à essas atividades, incentivou um rearranjo populacional, com migrações tanto para a RMGV quanto para outros municípios ligados à estas atividades, influenciando também nas produções imobiliárias, comércios e serviços.

Quando analisadas as migrações de outras UF's, mais de 61% dos imigrantes se direcionaram para a RMGV, e os demais se destinaram para os outros 71 municípios do estado. Serra, Vila Velha e Vitória foram os principais destinos, respectivamente.

Observa-se que Vitória é o terceiro município que mais recebeu imigrantes, contudo, devido aos altos custos com moradia, não retém a maior parte de seus imigrantes, apresentando saldos migratórios negativos, como visto na tabela 06 e mais à frente nas tabelas 07 e 08, pois muitos chegam no estado pela capital e, a partir daí, se direcionam para outros municípios da

RMGV, se adequando à locais de moradia compatíveis com sua renda, assim como ocorre em outras capitais brasileiras (MARTINE; MCGRANAHAM, 2010).

Devido à limitação territorial da capital e o elevado preço da terra, as produções do mercado imobiliário se deslocaram para os municípios vizinhos (SILVA, 2014). Em Vila Velha, ocorreu ocupação e certa verticalização próximo à orla marítima, onde, além das amenidades naturais, ainda existia a proximidade com as áreas centrais desse município, contando com equipamentos públicos, comércio e serviços.

Em Serra, Ferreira (2015) explica que o crescimento do município está ligado também à procura por terra para construção e também políticas municipais implementadas com a intenção de aumentar o número de empreendimentos imobiliários, orientados à classes de renda mais altas, a fim de alterar o perfil sócio econômico dos munícipes, conforme o depoimento de um servidor da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDU) da PMS:

A estratégia é colocar moradia de alta renda, porque vindo moradia de mais alta renda a gente trabalha o setor de serviços e comércio que é o que emprega e é o que distribui renda (...) nós precisamos de incrementar a riqueza da população para aumentar a possibilidade dessa população ter mais renda. E crescer, mas não crescer naquele nível de população de menor renda. E o que tem isso haver com a política urbana? Tem haver porque a forma como foi encontrada na Serra foi através dos condomínios e loteamentos. (FERREIRA, 2015, p. 139).

A disseminação desses empreendimentos imobiliários pelo município de Serra está ligada tanto aos interesses públicos quanto aos privados, por meio das empresas de construção locais, proprietários de terra, etc., e, em 2008, foi o município metropolitano com o maior número de lançamentos de unidades habitacionais (FERREIRA, 2015).

A tabela 07 apresenta os dados da migração intraestadual nos municípios da RMGV em 2000 e 2010, referentes às décadas de 1990 e 2000.

Nela, se pode observar que os municípios de Serra, Vila Velha e Cariacica, nessa ordem, apresentaram os três maiores saldos migratórios. A capital apresentou saldo negativo também nessa modalidade, enquanto Fundão, Guarapari e Viana apresentaram resultados menos expressivos.

Na década seguinte, Serra se mantém com o maior saldo migratório, com um aumento de quase duas vezes o registrado anteriormente, saindo de 5.364 para 10.003. Resultado da maior retenção de migrantes no município, pois o número de imigrantes nos dois períodos em porcentagem foi praticamente o mesmo, mas de emigrantes em 2010 diminuiu 3,26%.

Percebe-se um aumento considerável nas emigrações do município de Cariacica, que mesmo com o aumento da imigração de 8.116 em 2000 para 14.227 em 2010, a emigração também aumentou consideravelmente de 3.565 para 13.342, bem como de Vila Velha, saindo de 3.779 emigrantes em 2000 para 13.079 em 2010. Vitória teve o saldo negativo aumentado em quase 4 vezes em relação a década anterior, evidenciando sua baixa retenção migratória. Percebe-se também um aumento relativamente grande no saldo de Fundão, Guarapari e Viana, esse último tendo seu saldo aumentado quase três vezes o da década anterior.

A imigração intrametropolitana representa uma distância menor entre a área de origem e destino, em relação às demais modalidades. Ela está ligada, muitas vezes, à mudança de residências, por exemplo, a mudança no ciclo vital de um jovem pelo casamento e mudança de residência por pelo menos um dos cônjuges, de um casal com a chegada de um filho e a mudança para uma residência maior ou a aquisição de um domicílio próprio em uma área distinta da que já está estabelecido. É também menos custosa, e muitas vezes não acarreta na mudança do espaço de vida, com a mudança de emprego, escola, e locais frequentados para lazer e serviços (COURGEAU; LILIËVRE, 2006; DOTA, 2015).

Os dados sobre a migração intrametropolitana nos municípios da RMGV em 2000 e 2010, referentes às décadas de 1990 e 2000, são apresentados na tabela 08.

Os maiores volumes de trocas migratórias foram observados em Serra, tanto em 2000 quanto em 2010, porém com uma redução de 22,19% entre as duas décadas.

Vila Velha, município que mais recebeu imigrantes na década de 2000, teve a maior queda de saldos migratórios entre 2000 e 2010, passando de 5.680 para 1.464

Apesar de Vitória e Cariacica terem os saldos negativos nos dois períodos, eles, juntamente com Fundão, foram os únicos que não apresentaram decréscimo das trocas em relação a 2000.

Viana expressou certa estabilidade em suas trocas migratórias durante as duas décadas. E Guarapari, apesar de manter o número de emigrantes próximos, teve seu número de imigrantes reduzidos na última década, acarretando na diminuição de suas trocas em 2010.

**Tabela 07:** Migração intraestadual nos municípios da RMGV, 1995-2000 e 2005-2010

	Intraestadual 2000					Intraestadual 2010				
	Imigração	%	Emigração	%	Trocas	Imigração	%	Emigração	%	Trocas
<b>Cariacica</b>	8116	21,15	3565	14,63	4551	14427	17,66	13342	18,80	1085
<b>Fundão</b>	944	2,46	489	2,01	455	2148	2,63	976	1,38	1172
<b>Guarapari</b>	2468	6,43	1865	7,65	603	4698	5,75	3207	4,52	1491
<b>Serra</b>	10046	26,19	4682	19,21	5364	21262	26,02	11259	15,87	10003
<b>Viana</b>	1481	3,86	548	2,25	933	5558	6,80	2763	3,89	2795
<b>Vila Velha</b>	8439	22,00	3779	15,50	4660	17525	21,45	13017	18,35	4508
<b>Vitória</b>	6871	17,91	9448	38,76	-2577	16088	19,69	26387	37,19	-10299

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

**Tabela 08:** Migração intrametropolitana nos municípios da RMGV, 1995-2000 e 2005-2010

	Intrametropolitana 2000					Intrametropolitana 2010				
	Imigração	%	Emigração	%	Trocas	Imigração	%	Emigração	%	Trocas
<b>Cariacica</b>	11113	18,50	14567	24,25	-3454	8979	18,40	10777	22,08	-1798
<b>Fundão</b>	691	1,15	429	0,71	262	1172	2,40	480	0,98	692
<b>Guarapari</b>	3145	5,24	1802	3,00	1343	2568	5,26	1749	3,58	819
<b>Serra</b>	16017	26,67	8633	14,37	7384	13277	27,20	7532	15,43	5745
<b>Viana</b>	4951	8,24	2944	4,90	2007	4269	8,75	2292	4,70	1977
<b>Vila Velha</b>	17151	28,56	11471	19,10	5680	10998	22,53	9534	19,53	1464
<b>Vitória</b>	6994	11,64	20216	33,66	-13222	7543	15,46	16442	33,69	-8899

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Até aqui, foram apresentados os resultados da migração na RMGV em três modalidades migratórias e os prováveis estímulos e influências do/no espaço urbano, modificando o tamanho da população, mas também apontando as heterogeneidades na RMGV, e assim, indicando a forte relevância que as características sociodemográficas assumem nos processos mais abrangentes na RMGV.

Deste modo, o próximo subcapítulo apresentará as características dos migrantes e do restante da população da RMGV, como um todo, nos anos 2000 e 2010, comparando-os e verificando as possíveis alterações entre as duas décadas.

#### 4.2 As características da população na RMGV

Neste subcapítulo serão apresentados dados relativos às características sociodemográficas dos migrantes e do restante da população da RMGV, comparando os dois grupos por dois períodos, 2000 e 2010, segundo os dados dos Censos do IBGE, para entender o perfil desses dois grupos, as alterações entre as duas décadas que tem potencial de mostrar processos mais recentes que ocorreram na RMGV e descrevê-las.

Estão incluídos no grupo de Migrantes os indivíduos que residiam em outro município cinco anos antes da data de referência do recenseamento (quesito data-fixa). Já o grupo Restante da população inclui os naturais do município e também os não naturais, como os indivíduos migrantes que residem nos municípios metropolitanos por até dez anos (quesito última etapa) e também os migrantes mais antigos.

Incluiu-se os migrantes antigos no mesmo grupo dos naturais dos municípios (Restante da população), pois estes, em sua maioria, têm características parecidas com a população natural, por já estarem consolidados, sendo assim, as diferenças não seriam tão evidentes, não expondo as particularidades do movimento migratório, principalmente dos mais recentes (DOTA 2015).

No grupo dos Migrantes incluíram-se os migrantes captados pelo quesito “data-fixa”, ou seja, os que residiam a até cinco anos na região e este quesito permite a comparação entre os dois censos mais recentes.

As tabelas apresentadas neste subcapítulo, comparam os migrantes com o restante da população sem distinguir as modalidades migratórias. Isto significa que o grupo de migrantes compreende as modalidades interestadual, intraestadual e intrametropolitana, pois o objetivo das mesmas é apresentar a análise apoiada nas condicionantes da migração, com base nas características dos migrantes e o restante da população. Baseado em Dota (2015), a utilização do termo “condicionantes” exprime a noção de que as características analisadas condicionam, e não determinam efetivamente a migração.

Mesmo que de modo direto ou não, as observações das dissemelhanças entre os migrantes e o restante da população permitem compreender de que maneira a migração pode estar influenciando na (re) produção do espaço urbano e na composição da população da RMGV.

As variáveis sociodemográficas utilizadas nas tabelas adiante são frequentemente relacionadas ao fenômeno migratório pela bibliografia.

Dentro da realidade em um âmbito metropolitano, entender os perfis de idade da população é relevante para a elaboração de medidas que mitiguem as necessidades ligadas a educação, saúde, habitação, segurança, mobilidade, entre outras, uma vez que a análise desses perfis pode apontar comportamentos demográficos atrelados a nascimentos, óbitos e casamentos, que são eventos vitais que influenciam no modo como a população se organiza no espaço.

A tabela 09 mostra a proporção dos grupos de migrantes e restante da população por níveis de idade, nos anos de 2000<sup>13</sup> e 2010. Entre os migrantes, a maioria da população se encontra no intervalo de 15-29 anos, e representam 38,5%, tanto em 2000 quanto em 2010, seguido pelo de 30-44 anos, com um pequeno aumento de 0,7% entre as duas décadas. Houve uma diminuição de

---

<sup>13</sup> Em 2000 Fundão não pertencia a RMGV, portanto os dados desse município não foram incluídos nesse período em todas as tabelas apresentadas neste subcapítulo.

3% no grupo de 0-14 anos. Já o grupo de 45-59 aumentou 2% e o de 60 anos e mais se manteve, com um aumento de somente 0,2%.

**Tabela 09:** Migrantes e restante da população por grupos de idade, RMGV, 2000 e 2010

Idade	Migrantes				Restante da população			
	2000		2010		2000		2010	
	População	%	População	%	População	%	População	%
0-14	34756	19,6	35933	16,5	349521	28,3	345705	23,6
15-29	68105	38,5	83737	38,5	348309	28,2	379463	25,9
30-44	46367	26,2	58442	26,9	283180	22,9	331652	22,6
45-59	17775	10,0	26506	12,2	161462	13,1	259322	17,7
60 e mais	10098	5,7	12883	5,9	92349	7,5	149824	10,2
<b>Total</b>	<b>177101</b>	<b>100,0</b>	<b>217501</b>	<b>100,0</b>	<b>1234821</b>	<b>100,0</b>	<b>1465965</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Para o restante da população, entre 2000 e 2010, houve um equilíbrio no grupo de 30-44, com uma diminuição de apenas 0,3% e a população com 15-29 anos diminuiu pouco mais de 2%. Já em relação aos grupos de 45-59 houve um aumento de 4,5% e de 60 anos e mais de 3%. E o grupo de 0-14 anos diminuiu quase 5%.

A população migrante com 15-29 e 30-44 anos somavam, nas duas décadas, pouco mais de 65% e o restante da população aproximadamente 50%, indicando que a proporção da população em idade ativa é maior entre os migrantes e pode demonstrar que a faixa etária dos migrantes está vinculada ao mercado de trabalho.

Chama atenção também, a população de 60 anos e mais em 2010, que é o dobro maior entre o restante da população em relação aos migrantes. E a porcentagem de pessoas com idades entre 0-14 anos no restante da população era maior tanto em 2000, quanto em 2010 em relação aos migrantes, com valores de 10% e 7% a mais, respectivamente.

Bernard, Bell e Charles-Edwards (2014) apontam que os adultos mais jovens geralmente são o grupo mais móvel, sendo a migração um processo seletivo por idade, que alcança o ápice na idade jovem adulta e decresce com o avanço da idade. Os autores citam a possibilidade de um novo aumento da migração de crianças pequenas e adultos mais velhos ou idosos, em idade de

aposentadoria. Esse perfil de idades propensas a migrar é comumente observado em diversos países e recortes espaciais (COURGEAU, LILIÈVRE, 2006; BERNARD; BELL; CHARLES-EDWARDS, 2014).

As ações do Estado em relação à idade mínima legal para o casamento e ampliação da escolaridade, inclusive para idades mais avançadas que refletem no retardamento da entrada de jovens no mercado de trabalho e formação de família, podem ser usadas como exemplos para as alterações nos perfis de idade nas transições no decurso da vida (BERNARD; BELL; CHARLES-EDWARDS, 2014).

O resultado indireto da migração é um ponto a ser observado dentro do grupo “restante da população”, pois muitos indivíduos podem ser filhos de migrantes antigos que nasceram na RMGV. Em contrapartida, uma das justificativas da imobilidade territorial deste grupo é consequência da dependência, principalmente, de crianças e adolescentes (0-14 anos), que ampliam os custos da mobilidade (DOTA, 2015).

O envelhecimento da população é um forte indicativo de diferenciação social, uma vez que o mesmo apresenta o aumento da longevidade e redução da fecundidade, que estão relacionados com assuntos ligados às características socioeconômicas da população.

A tabela 10 analisa a condição do migrante e restante da população com relação ao sexo. O que logo se percebe é uma predominância do sexo feminino tanto na população migrante quanto do restante da população. Destaca-se também a diminuição da porcentagem de pessoas do sexo feminino na população migrante, que em 2000 registrou-se 52,1%, e em 2010 passou para 50,8% do total. No restante da população, ocorreu o inverso, onde em 2000 51,4% da população era feminina, passando para 51,7% em 2010. A diminuição da população feminina migrante pode, de algum modo, influenciar a taxa de natalidade nos próximos censos.

Entre os migrantes houve aumento da população masculina em 1,2% e para o restante da população uma diminuição de 0,3% em uma década. A

diferença entre pessoas do sexo feminino e masculino, em 2000, era maior em relação a 2010.

**Tabela 10:** Migrantes e restante da população segundo o sexo, RMGV, 2000 e 2010

Sexo	Migrantes				Restante da população			
	2000		2010		2000		2010	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Masculino	84905	47,9	107061	49,2	600682	48,6	708271	48,3
Feminino	92196	52,1	110440	50,8	634139	51,4	757694	51,7
<b>Total</b>	<b>177101</b>	<b>100,0</b>	<b>217501</b>	<b>100,0</b>	<b>1234821</b>	<b>100,0</b>	<b>1465965</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Segundo Bacelar (2020), a maior proporção de mulheres na população tende a ser explicada por dois fatores, o primeiro está relacionado à morte de jovens e adultos do sexo masculino causados pela violência e o segundo está relacionado à maior longevidade do sexo feminino, que normalmente é superior à dos homens, embora a expectativa de vida da população geral tenha aumentado.

A tabela a seguir mostra a proporção de migrante e restante da população, que vivia em companhia de cônjuge ou de companheiro. Dentre os migrantes, houve uma diminuição de 1,5% entre 2000 e 2010 no caso dos que responderam que possuíam cônjuge ou companheiro, marcando um total de 60,5% em 2010. Para o restante da população, a diminuição foi de 2,0%, indicando para 2010 um total de 58,8% da população com respostas positivas sobre possuir cônjuge ou companheiro. Em 2010, do total de migrantes, 39,5% deles respondeu que não possuíam cônjuge ou companheiro, e entre o restante da população, 41,2% dos entrevistados responderam que não possuíam.

**Tabela 11:** Migrantes e restante da população que vivem em companhia de cônjuge ou companheiro<sup>14</sup>, RMGV, 2000 e 2010

Cônjuge ou companheiro	Migrantes				Restante da população			
	2000		2010		2000		2010	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Possui	80440	62,0	103339	60,5	491487	60,8	616215	58,8
Não possui	49343	38,0	67556	39,5	316878	39,2	431893	41,2
<b>Total</b>	<b>129783</b>	<b>100,0</b>	<b>170896</b>	<b>100,0</b>	<b>808365</b>	<b>100,0</b>	<b>1048107</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

No Brasil, a conjuntura socioeconômica e o processo de urbanização influenciam as relações pessoais e de trabalho da população, podendo orientar comportamentos ligados ao número de matrimônios e também na formação de arranjos domiciliares, que muitas vezes são favorecidos pela estabilidade no emprego, aumento de renda e maiores oportunidades no mercado de trabalho. Também, as despesas com a formalização de uniões fazem com que as pessoas com menores rendimentos tenham uma menor proporção destas (BACELAR, 2020).

Courgeau e Lilièvre (2006) apontam que, a mobilidade tem relação com o emprego, segundo os autores quando um casal migra, há chances maiores de um dos parceiros ficar desempregado quanto maior for a distância percorrida, e a decisão do casal costuma priorizar o destino onde os ganhos sejam potencializados (SANTOS *et al.*, 2010).

Segundo Courgeau e Lilièvre (2006), normalmente o casamento converte-se em uma mudança de domicílio por parte de pelo menos um dos parceiros, ao passo que o divórcio segue a linha contrária, onde pelo menos um dos parceiros tende a sair do domicílio. Os mesmos autores ainda fazem uma relação entre mobilidade e paternidade, uma vez que o nascimento de uma criança pode levar os pais a mudarem para uma residência melhor adaptada para a nova realidade do grupo familiar, ou seja, moradias maiores, com mais quartos.

<sup>14</sup>Foram selecionadas as pessoas acima de 18 anos de idade. Foram incluídas dentro da opção “Não possui” as pessoas que nunca viveram em união e não viviam, mas já viveram em união.

Os autores supracitados ainda comentam sobre a atração que ofertas de trabalho com altas remunerações exercem sobre os jovens adultos solteiros, pois esse grupo tem maior facilidade para migrar, principalmente em longas distâncias, quando comparados a um casal com filhos, onde os dois trabalham, e a migração pode acarretar no desemprego de um dos cônjuges e em dificuldades financeiras e sociais de se migrar com filhos, principalmente em idade escolar (SANTOS *et al.*, 2010).

Em relação ao nível de instrução (tabela 12) algo que fica em destaque é a diminuição da população que possuía somente o ensino fundamental, que no caso dos migrantes diminuiu quase 17%, e para o restante da população essa diminuição foi de quase 15%, ocasionando um aumento da população com ensino médio completo, que aumentou quase 9% entre os migrantes e 7% entre o restante da população. Tal comportamento pode indicar que houve uma melhoria nas condições de acesso à educação nesse período, refletindo diretamente nos graus de formação da população.

**Tabela 12:** Migrantes e restante da população por curso mais elevado que frequentou<sup>15</sup>, RMGV, 2000 e 2010

Nível de instrução	Migrantes				Restante da população			
	2000		2010		2000		2010	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Ensino fundamental	60817	57,7	58149	40,9	389902	59,8	404693	45,6
Ensino médio	32333	30,7	54749	38,5	201911	31,0	339084	38,2
Graduação	11757	11,2	21441	15,1	57314	8,8	110778	12,5
Pós-graduação	535	0,5	7948	5,6	2514	0,4	32554	3,7
<b>Total</b>	<b>105443</b>	<b>100,0</b>	<b>142287</b>	<b>100,0</b>	<b>651641</b>	<b>100,0</b>	<b>887109</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

A proporção de graduados também teve aumento. Os migrantes graduados aumentaram em, aproximadamente, 4%, e o restante da população em 3,7%. O número de migrantes graduados foi 2% maior nas duas décadas em comparação com o restante da população.

A porcentagem de migrantes, no ano de 2010, com cursos de pós-graduação foi superior à porcentagem do restante da população,

<sup>15</sup> Foram selecionadas as pessoas acima de 18 anos, uma vez que esses já possuem idade suficiente para conclusão do ensino fundamental e médio.

principalmente pelo fato de que em 2000 os migrantes que possuíam pós-graduação representavam somente 0,5% do total, ao passo que em 2010 aumentou para 5,6%, sendo superior à marca do restante da população para o mesmo período.

Também indica que houve a migração seletiva quanto ao nível de escolaridade, com atração de uma população profissionalmente mais qualificada para se colocar em atividades específicas, ocupando postos de trabalho que exigiam maiores conhecimentos técnicos.

Em 2010, seguindo um comportamento observado na população brasileira em geral, os indivíduos apresentaram uma significativa melhora nos níveis de escolaridade em relação a 2000, podendo ser resultado dos investimentos governamentais relacionados à educação nos anos 2000.

O perfil da população migrante, quanto à declaração de raça ou cor em 2010, mostra uma população predominantemente parda, representando aproximadamente 50% dos migrantes e restante da população, com uma variação entre as duas décadas de 3% para os migrantes e 4% para o restante da população, acompanhada de um grande grupo de população autodeclarada branca, representando aproximadamente 40% nos dois grupos analisados.

Percebe-se que houve uma diminuição, em relação a 2000 e 2010, de 6% da população branca entre os migrantes, ao passo que para o restante da população, essa diminuição foi de 6,8%. A população preta teve um aumento de 2% para migrantes e 2,3% para o restante da população. Já a população amarela teve um aumento de 0,7% para migrantes e 0,6% para o restante da população. E a população indígena diminuiu 0,2% nos dois grupos, mas para o restante da população representou queda de metade da população. Comparando as variações percentuais de cada cor ou raça entre os migrantes e o restante da população, nas duas décadas, percebe-se que os resultados foram homogêneos, conforme tabela 13.

**Tabela 13:** Migrantes e restante da população por cor ou raça, RMGV, 2000 e 2010

Cor ou raça	Migrantes				Restante da população			
	2000		2010		2000		2010	
	População	%	População	%	População	%	População	%
Branca	81237	46,2	87651	40,3	550778	44,9	557908	38,1
Preta	13040	7,4	20912	9,6	82441	6,7	133748	9,1
Amarela	407	0,2	1875	0,9	1499	0,1	10207	0,7
Parda	80276	45,6	106262	48,9	587303	47,8	760512	51,9
Indígena	1068	0,6	802	0,4	5457	0,4	3574	0,2
<b>Total</b>	<b>176028</b>	<b>100,0</b>	<b>217501</b>	<b>100,0</b>	<b>1227478</b>	<b>100,0</b>	<b>1465948</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

A composição familiar das diferentes classes sociais supre sua demanda por habitação com base nos seus rendimentos, podendo ser utilizados na compra e/ou construção de um imóvel próprio ou no pagamento de aluguel (KOWARICK, 1979).

Outro fator ligado ao perfil populacional aponta para a relação que existe entre a migração e o modo como os indivíduos se distribuem no espaço, criando demandas sobre a produção da habitação, que tende a ser orientada pelas disponibilidades ofertadas, tanto pelo mercado formal quanto pelo informal, e geralmente permite uma aproximação das questões que indicam o agravamento da segregação socioespacial (CORREA, 1989).

A tabela a seguir apresenta a condição do domicílio de migrantes e restante da população com base nos censos de 2000 e 2010, dentro da RMGV.

**Tabela 14:** Domicílios particulares permanentes por condição de ocupação, de migrantes e restante da população, RMGV, 2000 e 2010

Condição do domicílio	Migrantes				Restante da população			
	2000		2010		2000		2010	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Próprio	21996	41,0	23261	32,1	257222	75,0	340670	74,2
Próprio (ainda pagando)	5267	9,8	5219	7,2	24328	7,1	19414	4,2
Alugado	20772	38,7	38735	53,4	37733	11,0	70096	15,3
Outro	5663	10,5	5346	7,4	23659	6,9	28851	6,3
<b>Total</b>	<b>53697</b>	<b>100,0</b>	<b>72561</b>	<b>100,0</b>	<b>342941</b>	<b>100,0</b>	<b>459031</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

O número de domicílios próprios diminuiu em 8,9% entre os migrantes e 0,8% entre o restante da população. Houve também uma diminuição de 2,6%

entre os migrantes e 2,9% no restante da população entre os que possuíam um domicílio próprio, mas ainda estavam pagando.

A porcentagem de domicílios denominados “outros”<sup>16</sup> também diminuiu entre os migrantes, em 3,1%, e restante da população, em 0,6%. O único aumento foi percebido em imóveis alugados, sendo de 14,7% para os migrantes e 4,3% para o restante da população. A aquisição de imóveis diminuiu para a população em geral, mas foi com mais relevância entre os migrantes.

O que mais chama a atenção, quando comparados os migrantes com o restante da população é o percentual de migrantes vivendo em domicílios alugados, sendo 53,4% em 2010, frente aos 15,3% do restante da população. Diferença também notada na proporção de domicílios próprios, marcando 74,2% para o restante da população e apenas 32,1% no caso dos migrantes. A maior porcentagem dos imigrantes que ocupam domicílios alugados é normalmente esperada, uma vez que a aquisição de residência própria se inclui em um processo de territorialização (DOTA, 2015).

A tabela 15 mostra a condição de moradia da população, com base no número de banheiros presentes no imóvel. Em relação ao número de banheiros, observa-se melhora em termos gerais, com a redução daqueles domicílios sem nenhum banheiro, que entre os migrantes se destaca o fato de ter diminuído 4,0%, enquanto para o restante da população a diminuição foi de 3,2 pontos percentuais. Chama atenção também o aumento daqueles domicílios que possuem dois banheiros, que também apresentou um aumento tanto para migrantes, com 2,8% entre 2000 e 2010, quanto para o restante da população, com 3,9%. Contudo a parcela mais expressiva da população, nas duas categorias, reside em domicílios com 1 banheiro.

Para os migrantes, houve aumento de 1% dos domicílios com 1 banheiro, e para o restante da população houve uma diminuição de 0,8%. A melhoria nas condições mínimas de habitabilidade, com o acesso da população à domicílios com ao menos 1 banheiro pode indicar também uma melhora nas

---

<sup>16</sup> “Outro” refere-se aos domicílios cedidos por empregador, cedidos de outra forma ou outra condição.

condições de vida da população, como reflexo de ações políticas adotadas pelo Estado que visaram atenuar as desigualdades socioespaciais.

**Tabela 15:** Domicílios particulares permanentes por número de banheiros de uso exclusivo, migrantes e restante da população, RMGV, 2000 e 2010

Número de banheiros	Migrantes				Restante da população			
	2000		2010		2000		2010	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
0	2558	4,8	555	0,8	13518	3,9	3345	0,7
1	37195	69,3	51197	70,3	232726	67,9	308310	67,1
2	8859	16,5	14053	19,3	65874	19,2	106140	23,1
3 e mais	5086	9,5	7069	9,7	30823	9,0	41944	9,1
<b>Total</b>	<b>53697</b>	<b>100,0</b>	<b>72874</b>	<b>100,0</b>	<b>342941</b>	<b>100,0</b>	<b>459739</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

A densidade de morador por cômodo, analisada na tabela a seguir, mostra um aumento de 8,2% para os migrantes e 9,6% para o restante da população, para aqueles que residem em domicílios com densidade variando entre 0,00-0,50. Comparado os anos de 2000 e 2010, houve uma diminuição em todas as outras demais categorias. Ainda assim, quando comparada à situação dos migrantes, se percebe uma maior proporção daqueles domicílios com densidade 0,00-0,50 morador por cômodo. Nota-se também uma diminuição dos domicílios de migrantes com densidade de 1,01-2,00 e 2,01 e mais, podendo ser um indicativo de melhora nas condições de vida dessa população.

**Tabela 16:** Domicílios particulares permanentes por densidade de morador por cômodo, migrantes e restante da população, RMGV, 2000 e 2010

Densidade Morador/cômodo	Migrantes				Restante da população			
	2000		2010		2000		2010	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
0,00 - 0,50	24328	45,3	38823	53,5	152562	44,5	248253	54,1
0,51 - 1,00	22189	41,3	28240	38,9	149785	43,7	181697	39,6
1,01 - 2,00	6023	11,2	5017	6,9	35238	10,3	26880	5,9
2,01 e mais	1158	2,2	481	0,7	5356	1,6	2201	0,5
<b>Total</b>	<b>53697</b>	<b>100,0</b>	<b>72561</b>	<b>100,0</b>	<b>342941</b>	<b>100,0</b>	<b>459031</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Observa-se, de maneira geral, no perfil dos migrantes em 2000, a predominância de indivíduos jovens, na faixa etária entre 15 e 44 anos, de maioria mulheres, que possuíam cônjuge ou companheiros, tendo o ensino

fundamental completo, sendo que a cor ou raça da maioria era branca ou parda, consistindo em sua maioria de brancos, que viviam em domicílio próprio, com 01 banheiro, tendo uma densidade que variava de 0 a 1 morador por cômodo.

Quanto ao perfil do restante da população, em 2000, a predominância se deu em crianças e jovens, na faixa etária entre 0 a 29 anos, de maioria mulheres, que possuíam cônjuge ou companheiros, tendo o ensino fundamental completo, sendo que a cor ou raça da maioria era parda e branca, que viviam em domicílio próprio, com 01 banheiro, tendo uma densidade que variava de 0 a 1 morador por cômodo.

Em 2010, as características mais comuns nos migrantes mostravam, em sua maioria, indivíduos com faixa etária entre 15 e 44 anos, do sexo feminino, que possuíam cônjuge ou companheiro, predominando pessoas com ensino fundamental e médio completos, mas com um bom percentual de pós-graduados, sendo superior até que o restante da população, sendo predominante a cor ou raça de pardos e brancos, que residiam em domicílios alugados, com 01 banheiro e densidade variando entre 0 a 1 morador por cômodo.

As características do restante da população em 2010, mostrava, em sua maioria, indivíduos com faixa etária entre 0 a 29 anos, com destaque para os indivíduos com mais de 60 anos, que significavam mais de 10% da população, do sexo feminino, que possuíam cônjuge ou companheiro, predominando pessoas com ensino fundamental e médio completos, sendo a grande maioria de cor ou raça de parda e branca, que residiam em domicílios próprios, com 01 banheiro e densidade variando entre 0 a 1 morador por cômodo.

Identificando e relacionando as características dos migrantes com o restante da população, percebe-se a necessidade da análise espacial de algumas destas dentro da RMGV, uma vez que o rendimento e a escolaridade podem estar ligados ao local de moradia, entendendo que cargos com altas remunerações geralmente demandam níveis de escolaridade mais altos, ou seja, mão de obra qualificada, que reverbera na qualidade de vida do indivíduo,

se manifestando espacialmente na escolha do local de moradia, com padrões construtivos e infraestruturas diferenciados. E o subcapítulo a seguir apresenta a distribuição espacial dos migrantes na RMGV e algumas de suas características.

#### 4.3 A distribuição espacial dos migrantes na RMGV

O espaço urbano é produzido por diferentes agentes, e as áreas urbanas, com suas peculiaridades, se desenvolvem de modo e intensidade diferenciados, criando localidades que variam em concentração e qualidade de equipamentos públicos e serviços (CORREA, 1989; VILLAÇA, 1998).

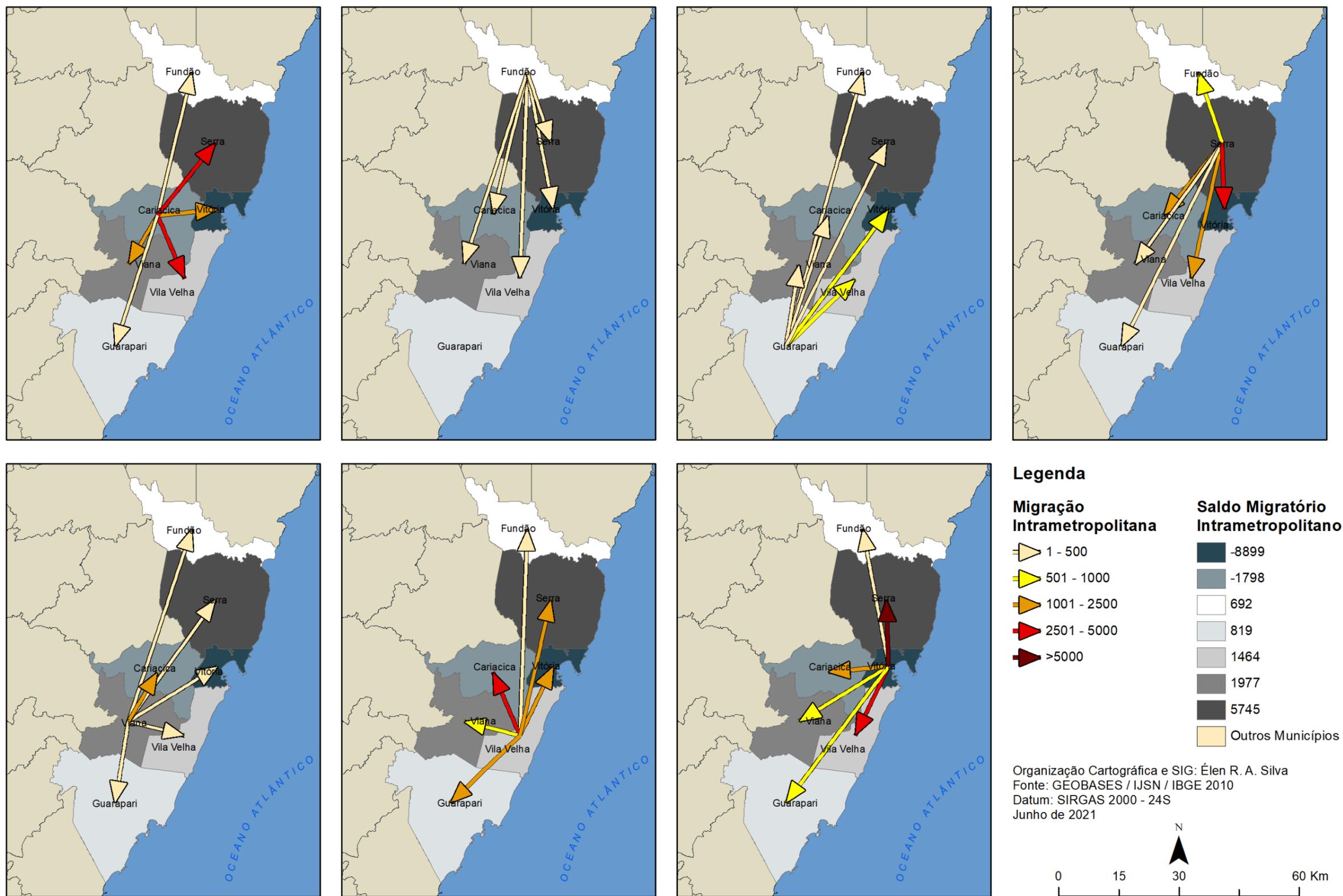
Assim, este subcapítulo analisa as possíveis relações entre a distribuição espacial dos migrantes e a produção do espaço urbano na RMGV, entre 2000 e 2010, correlacionando as características sociodemográficas dessa população, que pode limitar ou promover o acesso dos mesmos às oportunidades no mercado de trabalho e, também, influenciar na localização diferenciada da moradia.

A diminuição do crescimento natural da população, no decorrer dos anos, coloca em destaque a participação da migração no crescimento demográfico, algo que impacta diretamente o processo de produção do espaço urbano, devido tanto às alterações do volume migratório, quanto da redistribuição populacional na RMGV.

Buscando uma aproximação espacial da distribuição dos migrantes dentro da RMGV, a figura 08 apresenta o volume migratório em 2010 dos sete municípios metropolitanos, bem como o saldo migratório dos mesmos.

Cariacica teve o saldo migratório negativo de -1.798 pessoas, onde a maior parte das pessoas que deixaram o município, com destino aos demais da RMGV, foram para Vila Velha (3.673), Serra (2.824), Viana (1.941) e Vitória (1.875); esses quatro municípios fazem divisa com Cariacica.

**Figura 08:** Números absolutos da migração intrametropolitana e saldo migratório na RMGV em 2010



Fundão teve o menor saldo migratório positivo da RMGV, e a maior parte de seus emigrantes tiveram como destino os municípios de Serra (183). Destaca-se aqui que, nesse período, não houve migração intrametropolitana de Fundão para Guarapari.

Já Guarapari teve 16 dos seus emigrantes indo morar em Fundão, o menor volume, e os maiores volumes foram para Vitória (597) e Vila Velha (560).

Serra foi o município que mais recebeu migrantes intrametropolitanos (13.227) e teve o maior saldo migratório intrametropolitano em 2010 (5.745) e os principais destinos de seus emigrantes foram Vitória (2.744) e Vila Velha (2.026).

Viana, com o segundo maior saldo migratório (1.977) da RMGV, teve maiores perdas migratórias intrametropolitanas para Cariacica (1.477) e Serra (322), enquanto, para Fundão, foram apenas 5 emigrantes.

Os emigrantes de Vila Velha tiveram como principal destino o município de Cariacica (3.239), posteriormente os municípios de Serra (2.222) e Vitória (2.140).

E os emigrantes da capital do estado, com o saldo migratório negativo (-8.899), foram principalmente para os municípios de Serra (7.567) e Vila Velha (4.397).

Voltando a atenção para Vitória, em relação ao seu saldo migratório, como o município com maior número de emigrantes, percebe-se que em se tratando de mobilidade pendular, seu saldo aparece como o maior da RMGV, uma vez que concentra 57,9% dos postos de trabalho (IBGE, 2010), acarretando em um elevado número de movimentos pendulares.

A migração intrametropolitana e a mobilidade pendular estão relacionadas, pois muitas vezes o indivíduo mora em um município distinto de seu local de trabalho e isso pode ser explicado, em boa parte das vezes, pelo fato de os mesmos não terem condições de renda para custear a aquisição de um imóvel em áreas mais centralizadas onde se concentram a maioria dos postos de trabalho, serviços e infraestruturas.

Enfatiza-se a relevância da análise dos movimentos pendulares na dinâmica metropolitana para o planejamento voltado para os deslocamentos rotineiros, que influenciam na qualidade de vida da população, mitigando problemas urbanos como engarrafamentos e amenizando questões socioespaciais, ligados ao local de residência e o local de trabalho, possibilitando o indivíduo a ter acesso a postos de trabalho e serviços disponíveis em municípios distintos de seu local de moradia. O transporte público, de certo modo, supre essa demanda de deslocamentos, principalmente da população que reside em áreas mais distantes do centro. Contudo as grandes distâncias percorridas em deslocamentos se convertem em pendularidades maiores e menor qualidade de vida, devido ao tempo gasto (VILLAÇA, 1998).

A figura 09 apresenta os volumes de mobilidade pendular para o trabalho de cada município metropolitano e o saldo de mobilidade pendular.

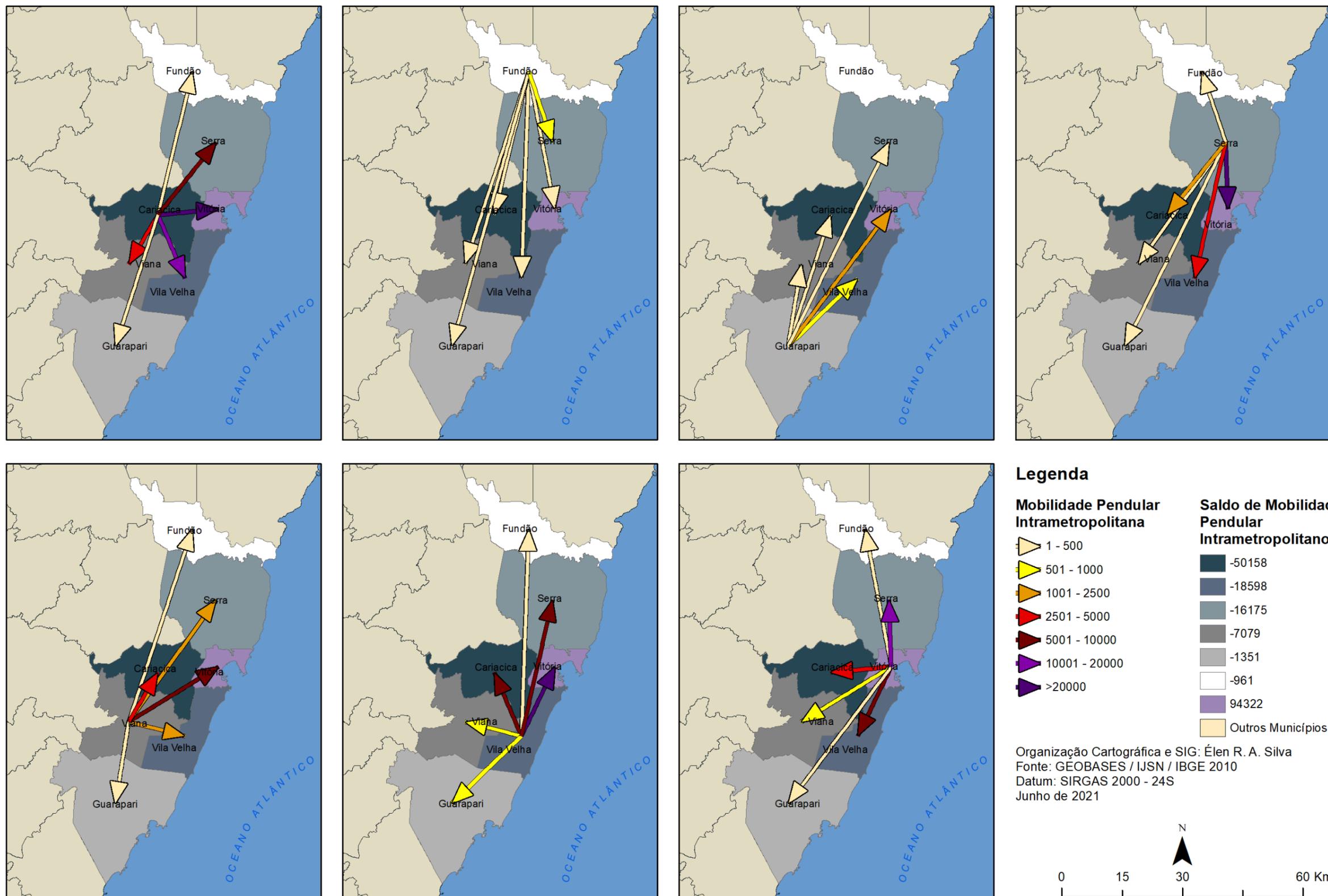
A capital Vitória é o único município que possui saldo de mobilidade pendular positivo (94.322), ou seja, é em Vitória que se concentram a maior parte dos postos de trabalho e para onde a maior parte da população dos demais municípios vai trabalhar. Fundão, Guarapari e Viana têm saldos de mobilidade entre -961 a -7.079, já os municípios vizinhos à capital, com maior população residente, têm saldos negativos maiores. Serra tem saldo negativo de -16.175, Vila Velha de -18.598 e Cariacica de -50.158, sendo o maior dentro da RMGV.

A maior parte dos residentes de Cariacica trabalha no município de Vitória (35.167) e Vila Velha (18.358).

Os residentes de Fundão se deslocam, em sua grande maioria, para o município de Serra (902) e, posteriormente, Vitória (460). Em contrapartida Viana é município de trabalho apenas de cinco moradores de Fundão e Guarapari de sete.

Já os moradores de Guarapari têm como principal destino para o trabalho Vitória (1.176) e Vila Velha (875). Vale salientar que Fundão não foi destino de nenhum trabalhador desse município.

**Figura 09:** Números absolutos da mobilidade pendular e saldo de mobilidade pendular na RMGV, em 2010



Serra, além de receber a maior parte dos trabalhadores da capital que praticam pendularidade (11.483), é o município com a maior quantidade de pessoas que trabalham em Vitória (38.494).

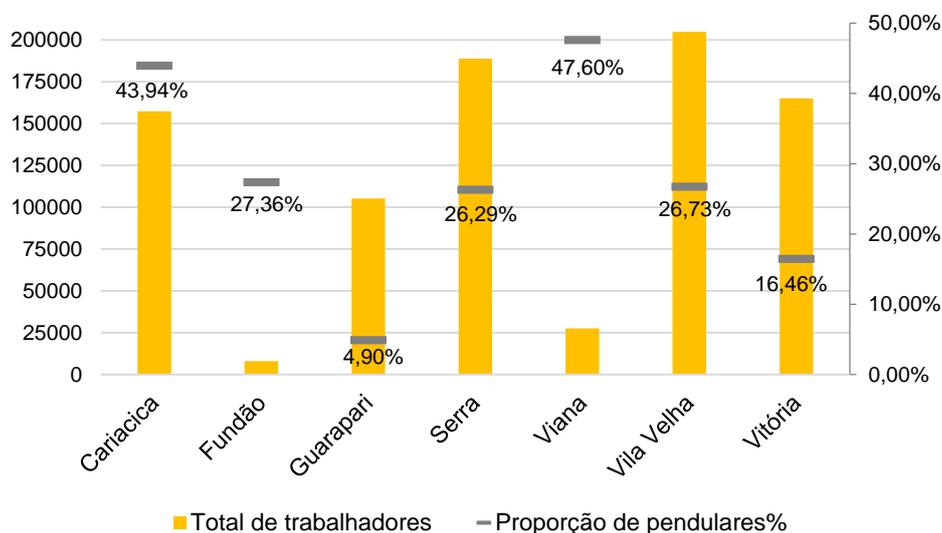
Os residentes de Viana (figura 15) têm os municípios de Vitória (5.211) e Cariacica (3.897) como principais destinos de trabalho.

Vila Velha é o segundo município com a maior quantidade de residentes que trabalham em Vitória (35.742). Serra (6.580) e Cariacica (6.353) ocupam a segunda e terceira posição, respectivamente.

Os moradores de Vitória têm como principais destinos de trabalho, além de Serra em primeiro lugar, os municípios de Vila Velha (5.671) e Cariacica (3.614), seus vizinhos.

O gráfico a seguir apresenta a relação de trabalhadores e a proporção de pendulares em cada município da RMGV. Dos 857.117 trabalhadores da RMGV, 221.237 não moram no mesmo município em que trabalham.

**Gráfico 09:** Proporção de pendulares por município da RMGV, em 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Cariacica apresenta a maior quantidade de trabalhadores que se deslocam para outros municípios para trabalhar (69.161), mas Viana tem a

maior proporção de trabalhadores que praticam movimentos pendulares da RMGV, com 47,70% do total de trabalhadores.

Os municípios de Fundão (27,40%), Vila Velha (26,70%) e Serra (26,30%) têm uma coincidente proporção de pendulares.

Vitória tem a segunda menor proporção de pendulares (16,5%), superior apenas a Guarapari (4,90%).

Algo peculiar aos municípios de Guarapari e Fundão é que muitos de seus trabalhadores se deslocam para outros municípios externos à RMGV.

Guarapari, apesar de pertencer a RMGV, possui integração bastante limitada com o restante dos municípios, ocasionada por um precário serviço de transporte público metropolitano integrado, que apresenta uma abrangência insuficiente para tornar os movimentos pendulares viáveis à grande parte da população e por existir grandes extensões de áreas vazias entre Guarapari e seus municípios vizinhos na RMGV. Outro ponto a se destacar é que boa parte dos trabalhadores de Guarapari (40%) se deslocam para Anchieta, município que não faz parte da RMGV, mas que apresenta o polo industrial da mineradora Samarco, localizada em Ubu, pois muitos trabalhadores optam por residir em Guarapari devido às melhores condições de infraestrutura, serviços que este município oferece (OLIVEIRA JUNIOR; MONTEIRO; TULLI, 2014). E em Fundão, a maior parte dos trabalhadores permanecem no próprio município e, aproximadamente 22% das viagens externas, têm como destino os municípios de Aracruz e Ibirajú. Essas relações com os municípios externos à RMGV indica uma baixa integração metropolitana de Fundão e Guarapari (OLIVEIRA JUNIOR; MONTEIRO; TULLI, 2014).

Em relação ao trabalho, a tabela 17, apresenta a distribuição percentual dos trabalhadores migrantes e restante da população, separados em grandes grupos de ocupação<sup>17</sup>. A maioria esmagadora de pessoas ocupadas como

---

<sup>17</sup>Os grupos de ocupação são: Diretores e gerentes, Profissionais das ciências e intelectuais, Técnicos e profissionais de nível médio, Trabalhadores de apoio administrativo, Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados, Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca, Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, Operadores de instalações e máquinas e

Diretores e gerentes e Intelectuais estão nos municípios de Vila Velha e Vitória. Os dois municípios juntos concentram 66,8% dos Diretores e gerentes migrantes, 63,9% dos Diretores e gerentes do restante da população e 68,5% dos Intelectuais migrantes e 69,9% dos Intelectuais do restante da população. Isso pode estar relacionado ao fato de que, nesses dois municípios, há uma maior concentração de infraestrutura, áreas mais valorizadas no mercado imobiliário que tornam os custos de vida maior, atraindo uma população com maior poder aquisitivo, que geralmente ocupam cargos especializados.

Já em relação aos Técnicos e Administrativo, os maiores percentuais se dividem entre os municípios de Vila Velha, Serra e Vitória. E os Comerciantes estão em sua maioria nos municípios Serra, Vila Velha, Vitória e Cariacica, e em Serra e Vila Velha a proporção de migrantes ligados ao comércio é maior que a proporção no restante da população. Esses quatro municípios possuem importantes subcentros econômicos ligados ao comércio varejista, que são a região de Laranjeiras, em Serra, a região de Campo Grande, em Cariacica, a região do Centro e da Glória, em Vila Velha e o Centro e a Enseada do Suá, na capital.

Serra concentra a maior parte de Operários na RMGV, tanto migrantes (39,7%) quanto restante da população (30,8%), e vale destacar que a proporção de migrantes nessa ocupação é maior, lembrando que é nesse município que se encontram as maiores plantas industriais dentro da RMGV, como, por exemplo, o porto de Praia Mole, o porto de Tubarão, a Vale, a Arcelor Mittal e o CIVIT I, II e III. Guarapari é o município com a maior parte do restante da população ocupados na Agropecuária (30,3%) e Serra com a maior parte dos migrantes (21,6%). Serra também é o município com a maior parte de indivíduos em Ocupações elementares e a proporção de migrantes (30,5%) ligados a essa ocupação é superior ao restante da população (25,5%).

Com base na tabela abaixo e de acordo com a bibliografia já discutida neste trabalho, viu-se que o tipo de ocupação pode estar relacionado com os níveis de rendimentos e locais de moradia.

---

montadores, Ocupações elementares, Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares e Ocupações mal definidas, respectivamente, de acordo com a tabela18.

**Tabela 17:** Migrantes e restante da população ocupados segundo tipo de ocupação na RMGV, 2010

	Cariacica		Fundão		Guarapari		Serra		Viana		Vila Velha		Vitória		Total	
	*	**	*	**	*	**	*	**	*	**	*	**	*	**	*	**
<b>Diretores e Gerentes</b>	6,6%	11,8%	0,8%	0,5%	5,9%	5,5%	18,6%	16,7%	1,3%	1,5%	35,5%	31,1%	31,3%	32,8%	6931	36848
<b>Intelectuais</b>	5,5%	11,1%	0,8%	0,7%	5,4%	4,2%	18,5%	12,8%	1,3%	1,3%	30,9%	29,9%	37,6%	40,0%	14817	73045
<b>Técnicos</b>	10,3%	15,3%	0,9%	0,6%	4,1%	3,9%	22,9%	21,6%	2,2%	2,1%	28,3%	30,3%	31,3%	26,3%	11409	61074
<b>Administrativo</b>	15,8%	20,4%	0,7%	0,5%	3,6%	3,9%	25,4%	23,0%	4,0%	3,5%	28,5%	27,2%	22,0%	21,5%	9439	64085
<b>Comerciantes</b>	16,8%	23,4%	1,4%	0,6%	7,3%	6,7%	28,3%	22,8%	4,4%	3,5%	25,6%	25,2%	16,2%	17,9%	22119	141973
<b>Agropecuária</b>	12,9%	13,3%	10,3%	5,5%	20,4%	30,3%	21,6%	16,9%	12,9%	9,4%	12,7%	12,3%	9,3%	12,2%	1130	7331
<b>Operários</b>	17,0%	24,6%	1,5%	1,2%	6,3%	6,7%	39,7%	30,8%	5,0%	3,5%	20,3%	22,3%	10,3%	10,8%	15291	86968
<b>Instaladores</b>	22,4%	24,6%	1,4%	1,0%	5,5%	4,6%	30,1%	26,9%	6,6%	5,1%	22,2%	25,9%	11,8%	11,8%	7311	54796
<b>Ocupações elementares</b>	20,0%	25,1%	2,2%	1,7%	7,4%	7,2%	30,5%	25,5%	5,1%	4,8%	22,7%	21,3%	12,2%	14,4%	19476	104363
<b>Forças armadas, policiais e bombeiros</b>	14,6%	20,0%	0,9%	0,7%	7,4%	5,3%	26,3%	22,8%	3,3%	3,2%	25,3%	23,7%	22,1%	24,4%	7614	49124
<b>Ocupações mal definidas</b>	15,4%	22,4%	1,7%	0,9%	8,2%	6,2%	29,3%	24,2%	5,3%	4,1%	23,5%	23,6%	16,6%	18,6%	101963	786360

Sendo: \* Migrantes

\*\* Restante da população

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010.

A figura a seguir apresenta a distribuição de imigrantes por AP dentro da RMGV em 2010.

Na capital, a maior concentração de migrantes se deu nas proximidades com bairros já consolidados onde, nas últimas décadas, observa-se um processo de verticalização mais intensificado.

Em Serra, a concentração se deu próximo às áreas litorâneas, principalmente às mais próximas da capital, e também em áreas ao redor do centro econômico do município, que se localiza no bairro Laranjeiras e proximidades.

Em Cariacica, a concentração maior também foi próxima ao centro econômico, bairro de Campo Grande e proximidades, sem que ocorresse com grandes volumes em outras AP's do município.

Em Viana se observa que a concentração maior de migrantes se deu nas proximidades com o município de Cariacica, marcada pela conurbação entre esses dois municípios.

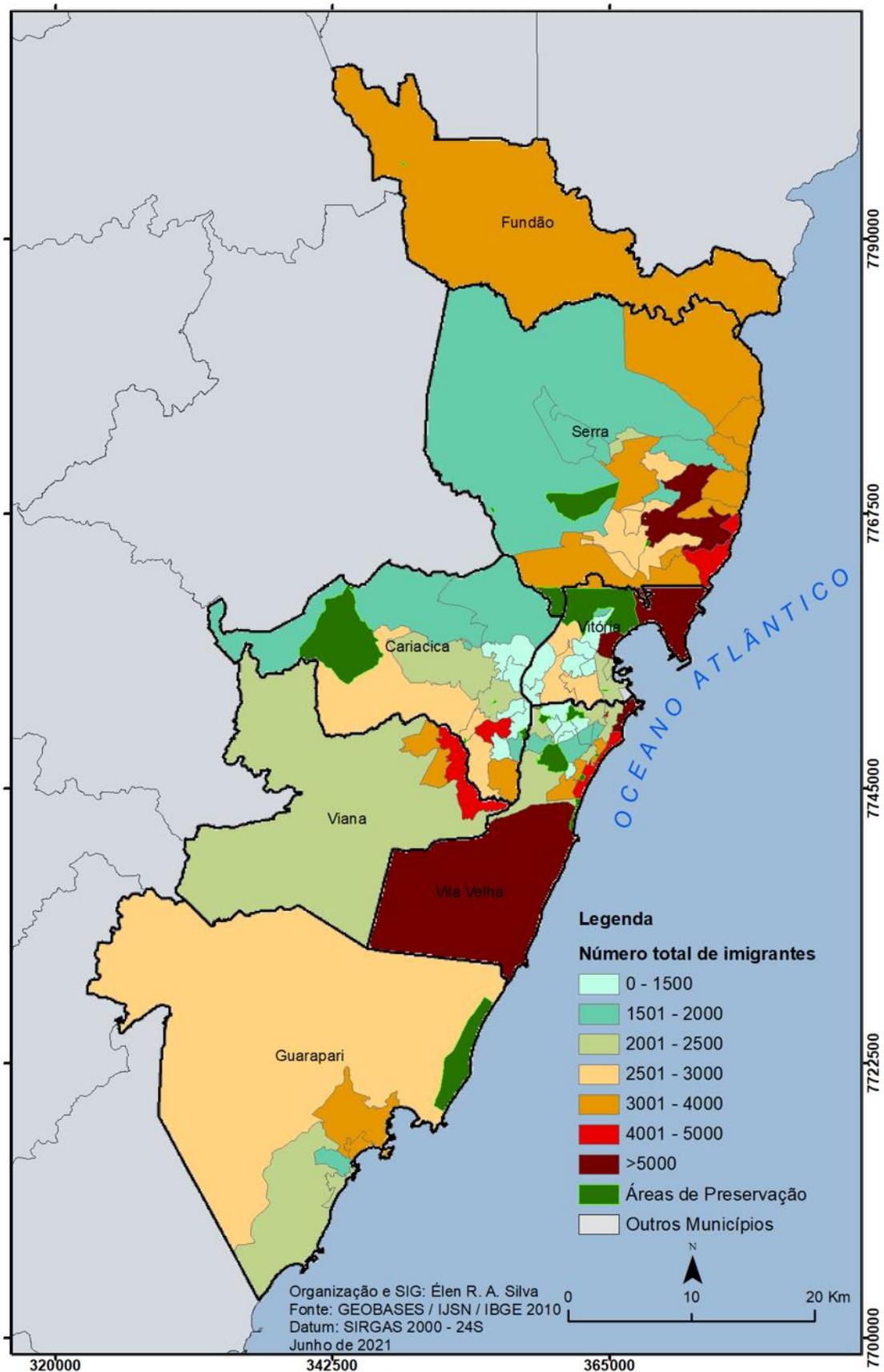
Em Vila Velha, a concentração da população migrante foi maior na faixa litorânea ao longo de todo o município, e a porção norte também passa por um processo de verticalização de construções nas últimas décadas.

Guarapari, ainda que de intensidade um pouco menor, também teve a concentração de migrantes próxima ao centro econômico do município, que se desenvolveu junto à faixa litorânea.

Fundão, com uma única AP, recebeu 3.347 imigrantes, que possivelmente se distribuíram ao redor da BR 101 Norte, próximo à sede do município e em Praia Grande, distrito litorâneo, que é, em parte, conurbado com Nova Almeida, em Serra, sendo que o restante do território é, em sua grande parte, rural (OLIVEIRA JUNIOR; MONTEIRO; TULLI, 2014).

É possível perceber que grande parte da população migrante se concentra próximo à faixa litorânea. Contudo vale ressaltar que as características das AP ao longo da faixa litorânea dos municípios metropolitanos são bastante distintas, e recebem migrantes com perfis sociodemográficos diferentes, conforme exposto adiante.

**Figura 10:** Distribuição dos imigrantes, por área de ponderação, na RMGV, 2010



No espaço urbano as desigualdades sociais podem ser expressas na distribuição das residências em locais com distintas características, onde as escolhas por moradia podem estar diretamente ligadas ao trabalho e à renda. O aumento populacional, ocasionado pela migração, cria uma certa demanda por moradia e gera expansão na cidade e influencia os processos de produção do espaço urbano (DOTA, 2015).

Quando a migração é estimulada pela busca por melhoria nas condições de vida, verificar os rendimentos da população migrante é bastante relevante, pois o aumento da qualidade de vida está ligado diretamente às condições econômicas. Sendo assim, a renda é primordial nas decisões quanto à escolha de destino do migrante, o modo como irá subsidiar seus deslocamentos e fixação, além dos anseios que aspira.

O caráter social que é manifestado pela renda é mais do que simplesmente um fator econômico, uma vez que ela propicia acesso à infraestrutura e equipamentos públicos como educação, saúde cultura e lazer, além de oportunidades de emprego com melhores remunerações de modo desigual e seletivo, inclusive,

[...] a renda é decisiva em aspectos individuais e sociais cujos reflexos são observados nas condições de vida da população e nos espaços diferenciais criados pelos seres humanos, manifestados na segregação socioespacial e na concentração de renda, que tem rebatimento na concentração fundiária urbana, limitando o acesso àqueles que podem arcar com os custos elevados do preço do solo urbano em determinados pontos gerando um “mercado de terras”, numa cadeia sucessória de eventos cujos resultados são os mais variados. (NASCIMENTO, 2017, p. 165).

A fim de compreender outras características do local de destino da população migrante, a análise dos rendimentos médios per capita, em salários mínimos, de cada AP, permite uma aproximação dos níveis de renda com o nível de instrução, a cor ou raça, por exemplo.

Entender a real situação sobre a qualidade de vida e condição de moradia da população permite um direcionamento de ações que aloquem recursos públicos para habitação e saneamento básico, uma vez que as

condições de habitação exprimem a relação entre a população e o meio em que vivem e se reproduzem (NASCIMENTO, 2017).

A renda e a condição social da população podem ser expressas pelo tipo de edificação, a densidade de moradores nas habitações, a sua localização na cidade e as distâncias dos principais serviços, podendo, a segregação socioespacial ser percebida, desse modo, na cidade. Entretanto, no referido estudo, algumas dessas características citadas acima recebem maior atenção, conhecendo suas possibilidades em auxiliar na compreensão dos resultados obtidos nos estudos sobre condição de habitação, escolaridade, renda, localização, entre outros.

A maior concentração de infraestruturas, equipamentos públicos e comunitários, além de serviços, geralmente estão concentrados em bairro/locais mais valorizados, com bancos, escolas, centros comerciais (*shoppings centers*), ou mesmo próximos a indústrias e/ou até mesmo com relativa proximidade com o litoral ou alguma outra amenidade natural.

Sendo assim, as figuras 11, 12 e 13 apresentam o rendimento médio mensal per capita (em salários mínimos)<sup>18</sup> por AP, em 2010, divididos em três grupos: a população total, o restante da população e os migrantes, respectivamente.

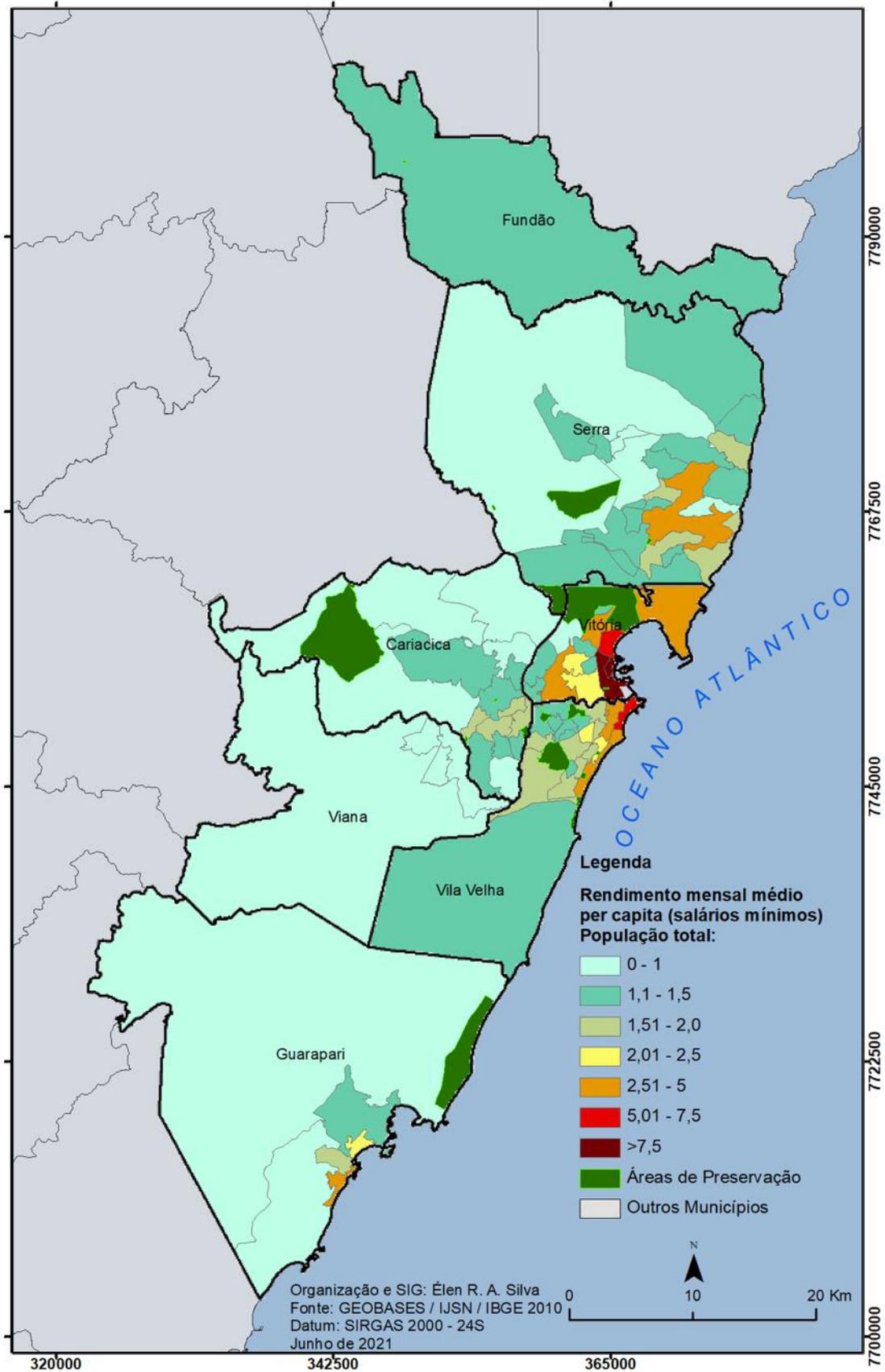
Na figura 11 pode-se observar que as AP's onde a população possuía maior rendimento se dava principalmente na faixa litorânea de Vitória e Vila Velha, além do centro econômico de Serra, e da faixa litorânea de Guarapari, onde também é o centro econômico.

As áreas mais distantes do centro da capital apresentam menores rendimentos, tanto para Cariacica, Serra e Vila Velha, que são limítrofes a ela, como também para Guarapari, Fundão e Viana, onde esses dois últimos não apresentam rendimentos médio mensais maiores que 1,5 salários mínimos per capita.

---

<sup>18</sup> O salário mínimo em 2010 era de R\$ 510,00.

**Figura 11:** Rendimento médio mensal per capita (em salários mínimos) da população total, RMGV, em 2010



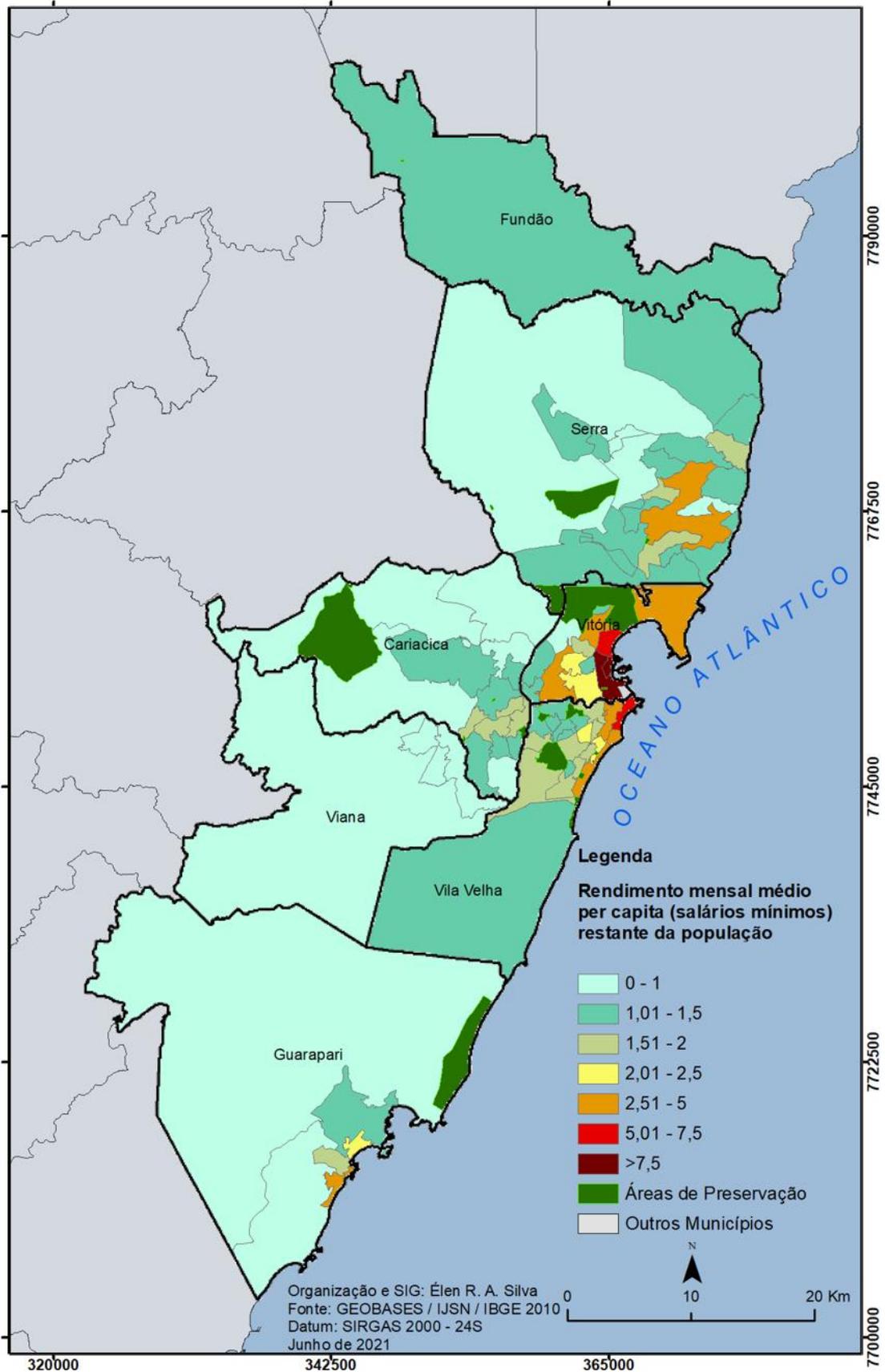
A figura a seguir apresenta o rendimento médio mensal per capita (em salários mínimos) do grupo “restante da população”.

Assim como observado na figura anterior, as AP's, onde se concentram as maiores médias de rendimentos, acima de 2,5 salários mínimos per capita, se localizam em Serra, na região de Laranjeiras, em Vila Velha, nas faixas litorâneas onde existe um processo de verticalização de construções, como Praia da Costa, Itapoã e Itaparica, além do Centro e em Guarapari, também no Centro.

Em Vitória, a maior concentração de rendimentos está nas áreas que compreendem o litoral, como os bairros Jardim da Penha, Jardim Camburi, Mata da Praia, Praia do Canto, Ilha do Boi, Ilha do Frade e Enseada do Suá.

Os menores rendimentos foram registrados no município de Viana, como um todo, em Cariacica, como exemplo os bairros limítrofes a Viana e mais afastados do centro. E Fundão registrou uma média salarial de até 1,5 salários mínimos per capita.

**Figura 12:** Rendimento médio mensal per capita (em salários mínimos) por AP, do restante da população, RMGV, em 2010



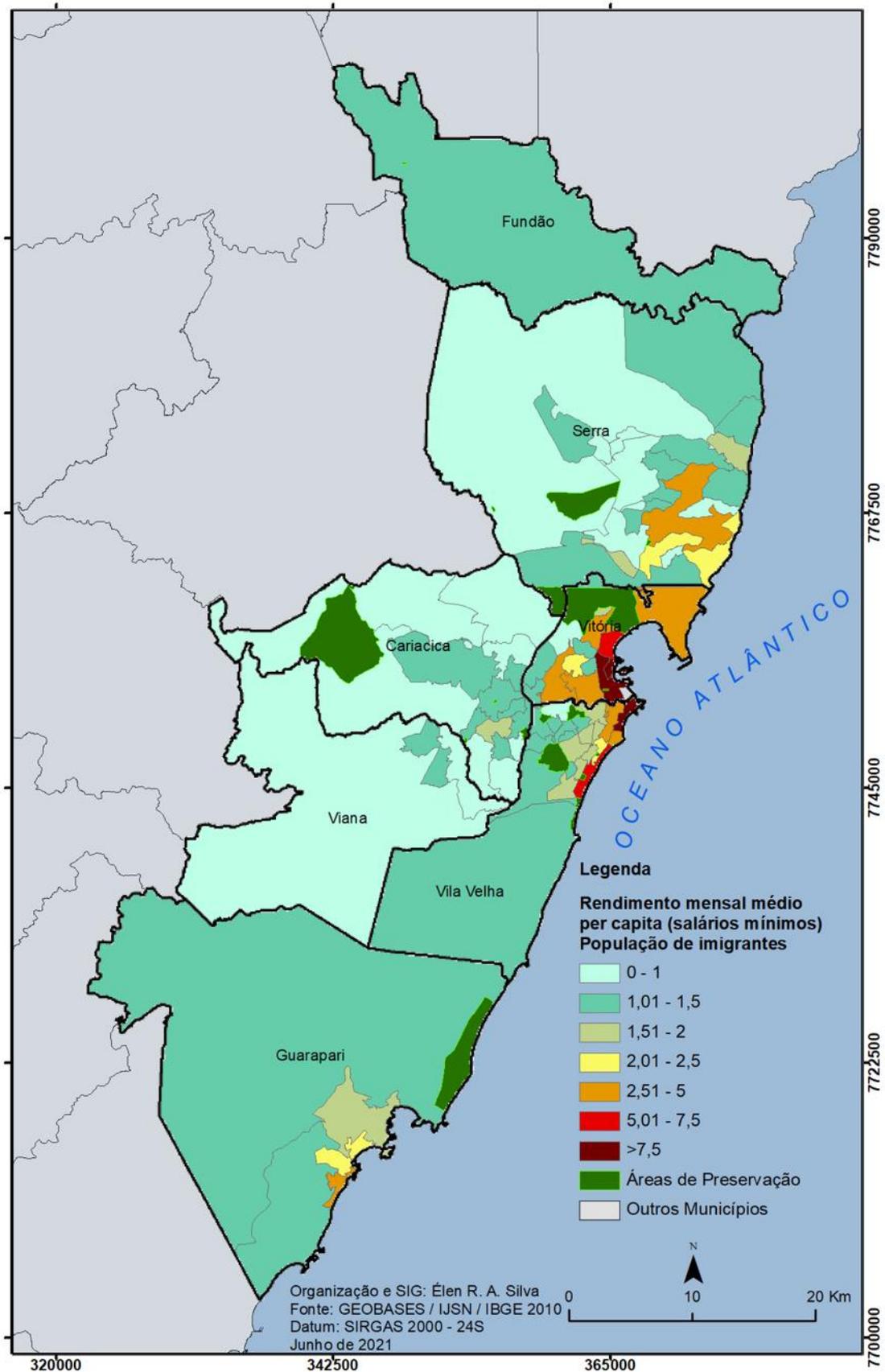
Na figura 13, onde trata do rendimento per capita dos migrantes, a concentração destes com os maiores rendimentos também pode ser observada nas áreas das faixas litorâneas dos municípios de Vitória e Vila Velha, além da região central de Serra e Guarapari, onde o comércio e os serviços são mais desenvolvidos. Algo que merece destaque ocorreu nas áreas com menores rendimentos, mais afastadas dos centros econômicos de cada município, onde o rendimento registrado dos imigrantes se mostrou, em alguns casos, maior que o da população total, apresentado anteriormente, indicando que a chegada dos migrantes promoveu um aumento na média de rendimentos nessas AP's.

Percebem-se tais aumentos de renda nas AP's que corresponde aos bairros, Praia de Carapebus, Bicanga e Manguinhos, em Serra. Em Viana também se percebe uma diferença de rendimento médio superior ao do restante da população na AP que corresponde a bairros como Canaã e Universal. Já em Vila Velha, se percebe um aumento nas AP's próximas a Praia da Costa e Itaparica. Guarapari apresentou aumento da renda média na AP que compreende Santa Mônica. Em Vitória, houve aumento da média de renda na AP que corresponde ao bairro Bento Ferreira e proximidades.

Já em relação as AP's em que os migrantes apresentaram menor rendimento médio em relação ao restante da população, cabe destacar em Cariacica, as áreas próximas a Jardim América, São Francisco e Itacibá. A renda média per capita dos migrantes que foram para Fundão não apresentou alteração em relação à renda do restante da população.

Contudo, no geral, as diferenciações das faixas de renda não se apresentam tão significativas, indicando uma tendência ao direcionamento na RMGV guiados pelo rendimento médio salarial per capita, sendo um comportamento observado em outras regiões metropolitanas e já teoricamente debatido ao longo desta dissertação.

**Figura 13:** Rendimento médio mensal per capita (em salários mínimos) por AP, dos migrantes, RMGV, em 2010



A figura 14 apresenta a RMGV com as AP's destacadas com base na figura 10, que mostra a distribuição dos migrantes em 2010 por AP.

Em destaque estão as AP que mais receberam migrantes, acima de 4.000, contornadas com as cores que representam seus rendimentos mensais per capita em salários mínimos, conforme a figura 13.

A AP onde localiza-se o bairro Praia da Costa e proximidades, em Vila Velha (número 1), tem a maior renda média, acima de 7,5 salários mínimos per capita.

As AP's onde localizam-se o bairro Itaparica e proximidades, em Vila Velha (número 2) e o bairro Jardim da Penha e proximidades (número 3) tem a renda média entre 5 e 7,5 salários mínimos per capita.

As AP's que abrangem o bairro Jardim Camburi e proximidades, em Vitória (número 4), o bairro Laranjeiras e proximidades, em Serra (número 5) e o bairro Itapoã e proximidades, em Vila Velha (número 6) apresentam rendimento médio per capita de 2,5 a 5 salários mínimos.

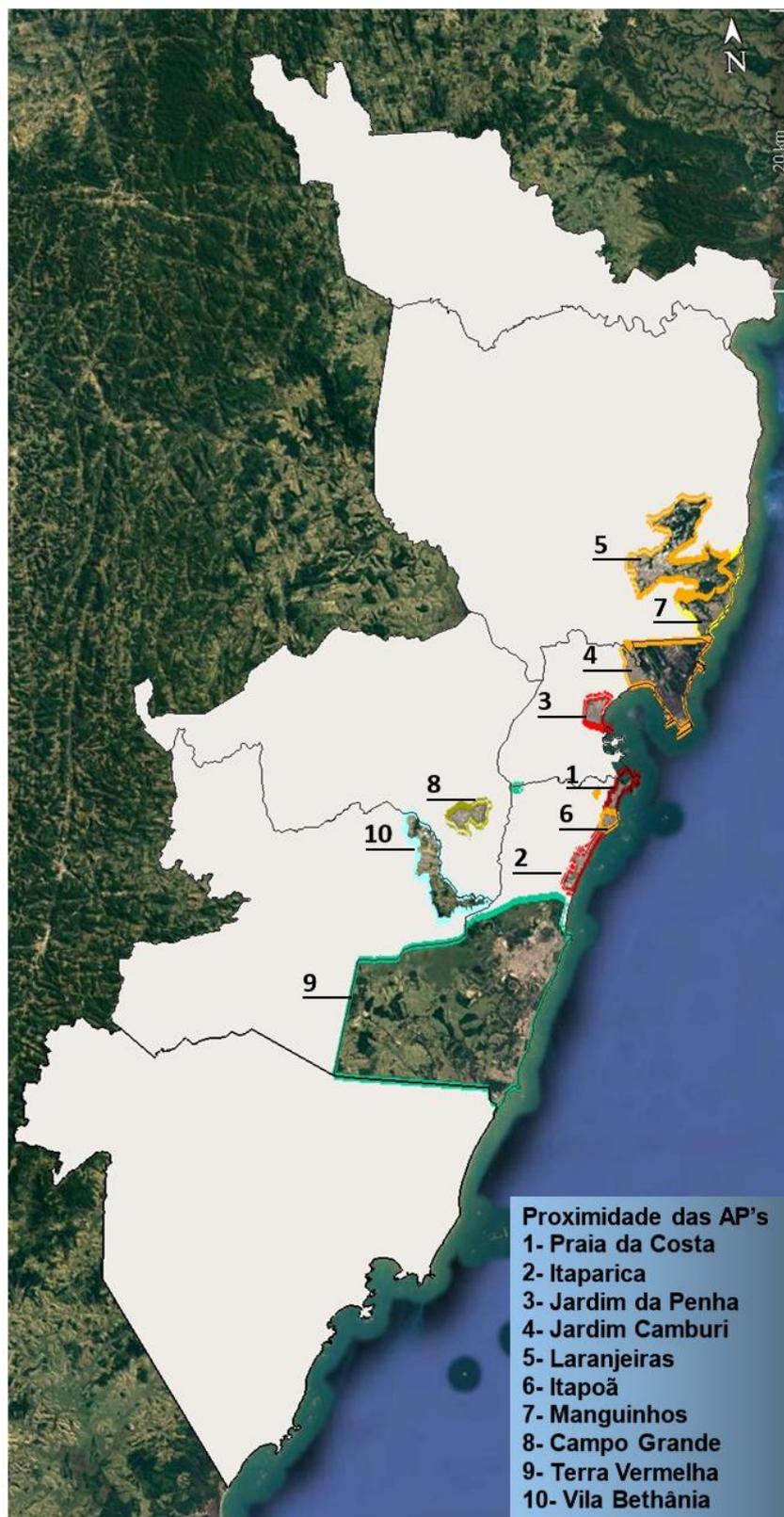
A AP que compreende o bairro de Manguinhos e arredores, em Serra (número 7) apresenta uma renda média per capita de 2 a 2,5 salários mínimos.

A AP onde localiza-se o bairro de Campo Grande e proximidades, em Cariacica (número 8), apresenta uma renda média de 1,5 a 2 salários mínimos per capita.

A AP que compreende Terra Vermelha e proximidades, em Vila Velha (número 9) tem uma renda média de 1 a 1,5 salários mínimos per capita.

E em Viana, está a AP com a menor renda média salarial per capita, de 0 a 1 salário mínimo, que corresponde o bairro de Vila Betânia e arredores

**Figura 14:** Áreas de ponderação que mais receberam migrantes na RMGV, 2010



Fonte: GOOGLE EARTH, 2021; IJSN, 2021; IBGE,2010

As figuras 15 a 24 mostram o mosaico com imagens de satélite de 2005 e 2010, e foto atual dos locais selecionados dentro das AP's destacadas na figura 14, onde foi possível observar alguma expansão urbana, ocupação de áreas vazias ou não adensadas, ou que passaram por um processo de verticalização mais relevante, entre os anos de 2005-2010.

Uma observação acerca das áreas analisadas é que nelas tentou-se colocar em destaque algum processo de expansão, adensamento e/ou verticalização nas imagens. Porém elas representam um pequeno recorte das AP's, e, por isso, não podem ser expressas por dados e nem transmitem a realidade de toda a AP.

A figura 15 apresenta um local selecionado, dentro da AP que compreende o bairro Praia da Costa, em Vila Velha. No destaque é possível observar que entre os anos de 2005 e 2010 ocorreu uma verticalização de construções e adensamento nas quadras posteriores à orla marítima e próximas ao *Shopping* Praia da Costa, importante centro comercial em nível metropolitano. A verticalização pode ser verificada por meio de fotografia do local (esquina da R. Maranhão com R. Humberto Serrano), onde foi identificada pela seta vermelha no mosaico.

A figura 16 mostra o local selecionado, dentro da AP que compreende o bairro de Itaparica e proximidades, em Vila Velha. Nela observa-se o processo de verticalização de construções nas quadras posteriores à quadra da orla da praia de Itaparica e também um adensamento e ocupação de áreas vazias, podendo ser motivadas pela proximidade com o *Shopping* Boulevard (em construção na época) e o terminal rodoviário de Itaparica. A foto do local indicado pela seta vermelha foi capturada no cruzamento da Av. Muqui com a R. José Celso Cláudio, e mostra um padrão de verticalização voltado para o mercado formal de habitação.

**Figura 15:** Mosaico de Praia da Costa, Vila Velha-ES, 2005 e 2010



Fonte: Google Earth 2021, Foto da autora, capturada em 10 de julho de 2021.

**Figura 16:** Mosaico de Itaparica, Vila Velha-ES,2005 e 2010



Fonte: Google Earth 2021, Foto da autora, capturada em 10 de julho de 2021.

A figura 17 mostra um local selecionado, dentro da AP que compreende o bairro Jardim da Penha, em Vitória, na Av. Dante Michelini e Av. Adalberto Simão Nader. Observa-se que mesmo tratando de áreas bastante ocupadas já em 2005, houve ainda uma ocupação de algumas áreas que ainda estavam vazias, por edificações verticais com padrão construtivo voltado para classes de rendas mais altas, com disponibilidade de serviços diferenciados, estando próximas à praia de Camburi e ao aeroporto de Vitória.

A figura 18 mostra um local selecionado, dentro da AP que compreende o bairro Jardim Camburi, também em Vitória. O destaque se deu para uma área que em 2005 ainda se encontrava pouco ocupada, com muitas quadras e lotes vazios, próximo ao limite com o município de Serra. A ocupação se deu por condomínios fechados verticais e horizontais, conforme a foto capturada na Av. Governador Eurico Resende, indicada pela seta vermelha no mosaico. A AP também se encontra próxima ao aeroporto e praia de Camburi e o *Shopping Mestre Álvaro* (construído posteriormente).

A figura 19 mostra um local selecionado, dentro da AP que compreende o bairro Colina de Laranjeiras, em Serra. Este bairro se localiza próximo ao terminal de Laranjeiras, *shoppings centers* e o centro comercial de Laranjeiras, além de ter certa proximidade também com a capital. A imagem de satélite de 2005 mostra grande quantidade de áreas vazias, que em 2010 já apresentava algumas construções, com destaque para o condomínio fechado de alto padrão Aldeia Parque, que não existia em 2005, e em 2010, já estava construído, como registrado na foto a partir da R. Braúna.

A figura 20 mostra um local selecionado, dentro da AP que compreende o bairro Itapoã, em Vila Velha, que apresentou uma verticalização na quadra anterior à orla da praia de Itapoã, com edificações voltadas para população com rendimentos médio e alto, em importante avenida no município que concentra alguns comércios voltados ao turismo, também próxima ao *Shopping Praia da Costa*.

**Figura17:** Mosaico de Jardim da Penha, Vitória-ES, 2005 e 2010



Fonte: Google Earth 2021, Foto da autora, capturada em 10 de julho de 2021.

**Figura 18:** Mosaico de Jardim Camburi, Vitória-ES, 2005 e 2010



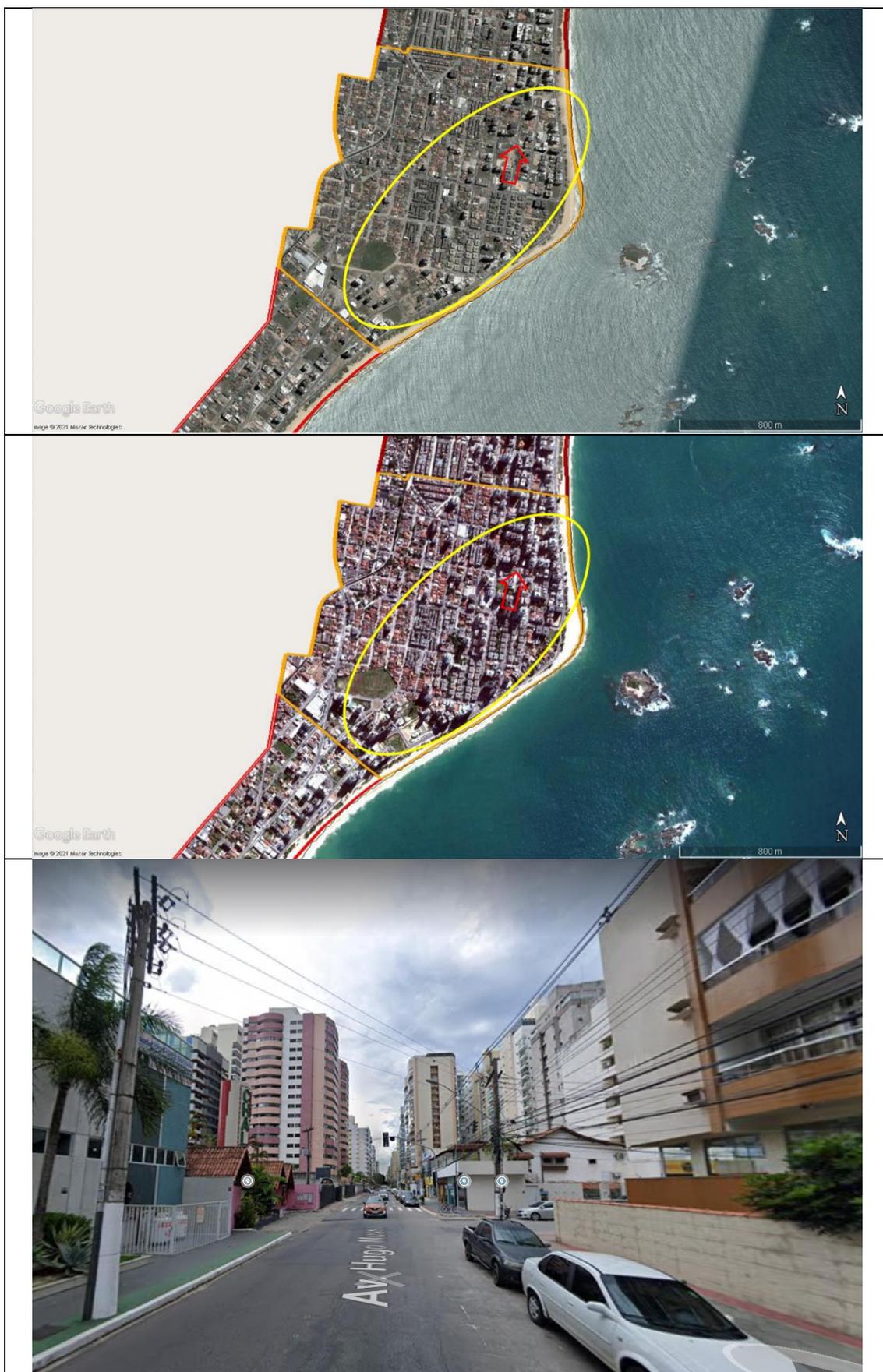
Fonte: Google Earth 2021, Foto da autora, capturada em 10 de julho de 2021.

**Figura19:** Mosaico de Colina de Laranjeiras, Serra-ES, 2005 e 2010



Fonte: Google Earth 2021, Foto da autora, capturada em 10 de julho de 2021.

**Figura 20:** Mosaico de Itapoã, Vila Velha-ES, 2005 e 2010



Fonte: Google Earth 2021, Foto da Google Street View

A figura 21 mostra um local selecionado, dentro do AP que compreende o bairro Manguinhos, em Serra. O que se nota na área selecionada é certa ocupação dos lotes ainda vazios também nas quadras mais afastadas da orla marítima, contudo por edificações residenciais unifamiliares, próximo a condomínios fechados de alto padrão, onde ainda não era percebida uma verticalização, vista na foto capturada da esquina da Av. Norelina Maria dos Santos e Av. August Saint Hilaire.

A figura 22 mostra um local selecionado, dentro da AP que compreende as proximidades com o bairro Campo Grande, Cariacica, onde se percebe um adensamento das áreas já ocupadas e uma melhora significativa da infraestrutura viária no local, sendo uma AP que abriga o maior centro comercial de Cariacica, na Avenida Expedito Garcia, e um dos mais relevantes da RMGV. A foto capturada na Av. Alice Coutinho, próximo à rodovia BR 262 e ao bairro Alto Dona Augusta, que em 2010 ainda estava em consolidação, que se diferencia dos demais bairros do entorno devido ao padrão construtivo mais elevado das edificações.

A figura 23 mostra um local selecionado, dentro da AP que compreende a região de Terra Vermelha, em Vila Velha. Mesmo com proximidade à orla marítima, não se observa uma ocupação maciça da mesma. Contudo, as áreas mais ocupadas estão além da Rodovia do Sol (ES-060). Na comparação entre as imagens de satélite de 2005 e 2010 é perceptível que houve um grande número de construções, em áreas antes vazias, de conjuntos de habitação social, além de algumas residências autoconstruídas, conforme foto tirada a partir da Av. Antônio Elias do Espírito Santo, em Jabaeté.

A figura 24 mostra um local selecionado, dentro da AP que compreende o bairro Nova Bethânia, em Viana. O local se caracteriza pelo adensamento ocasionado pela ocupação de lotes antes vazios (2005) por edificações autoconstruídas, não seguindo a legislação urbanísticas e ocupações irregulares próximas a corpos d'água, na conurbação com Cariacica (HONORATO, 2020), e a foto foi capturada a partir da esquina das ruas Santa Helena e São Cristóvão.

**Figura 21:** Mosaico de Manguinhos, Serra-ES, 2005 e 2010



Fonte: Google Earth 2021, Foto da autora, capturada em 06 de julho de 2021.

**Figura 22:** Mosaico de Campo Grande, Cariacica-ES, 2005 e 2010



Fonte: Google Earth 2021, Foto da autora, capturada em 29 de julho de 2021.

**Figura 23:** Mosaico de Terra Vermelha, Vila Velha-ES, 2005 e 2010



Fonte: Google Earth 2021, Foto da autora, capturada em 06 de julho de 2021.

**Figura 24:** Mosaico de Nova Bethânia, Viana-ES, 2005 e 2010



Fonte: Google Earth 2021, Foto da autora, capturada em 29 de julho de 2021.

A criação de áreas diferenciadas na cidade, principalmente em um ato de autosegregação, ocasiona um aumento do preço da terra, o que torna dificultoso o acesso das camadas de mais baixa renda a tais localidades. Tem-se então o direcionamento das camadas mais populares a áreas menos valorizadas da cidade, habitando muitas vezes em moradias com condições precárias, alinhando suas estratégias de vida com suas condições socioeconômicas (VILLAÇA, 1998; CALDEIRA, 2000; CARDOSO, 2016).

Desta forma observa-se que a infraestrutura, os padrões construtivos, a localização próxima a comércios e serviços e amenidades naturais, entre outros, influencia no preço da moradia e, conseqüentemente, na escolha do destino do migrante, pois, apesar de todas essas AP's mencionadas anteriormente terem recebido a maior quantidade de migrantes em 2010, elas apresentam diferenças nos modos e tipos de ocupação, tendo relação com as classes de renda.

Contudo não é somente a renda que influencia na distribuição social da população, uma vez que o nível de escolaridade, que permite acesso à melhores cargos de trabalho, com maiores rendimentos, também exercem forte influência (CARDOSO, 2016).

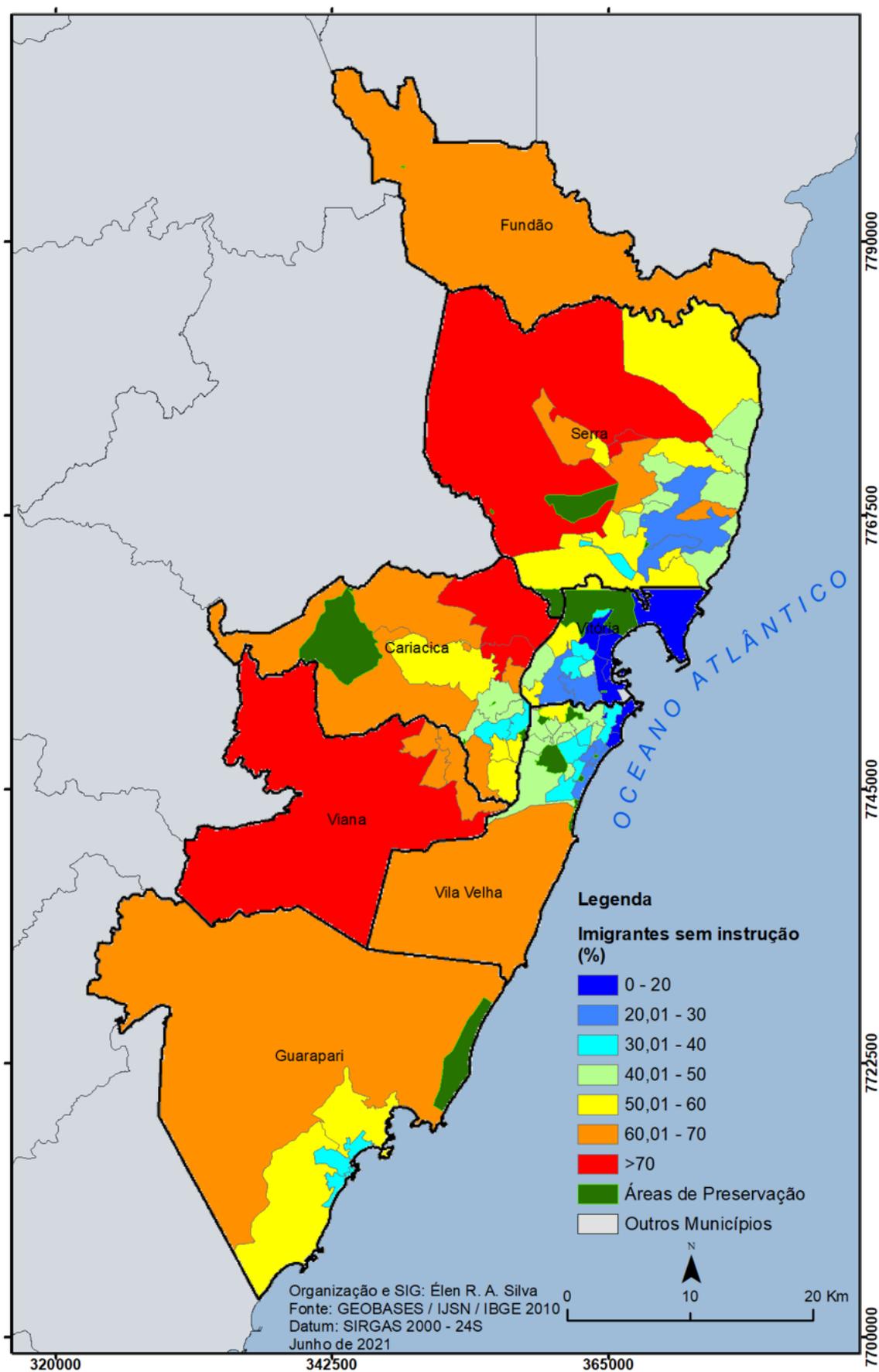
A diante, as figuras 25, 26, 27 e 28 apresentam os níveis de instrução que os migrantes podiam ter frequentado, estavam frequentando ou tinham concluído, por AP's, na RMGV, em 2010. Os níveis de instrução foram divididos em quatro, onde a figura 25 mostra a distribuição dos migrantes sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, a 26 mostra os migrantes que possuem ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, a 27 apresenta os que possuem ensino médio completo ou superior incompleto e a 28 os que possuem ensino superior completo ou frequentou curso de mestrado, doutorado ou especialização de nível superior.

Na figura 25, observa-se a maior concentração de migrantes sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, nas AP's mais distantes das áreas centrais, marcadas em vermelho, com concentração acima de 70%. Também se evidencia o fato de que a maior parte das AP's concentram 50% ou mais de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto,

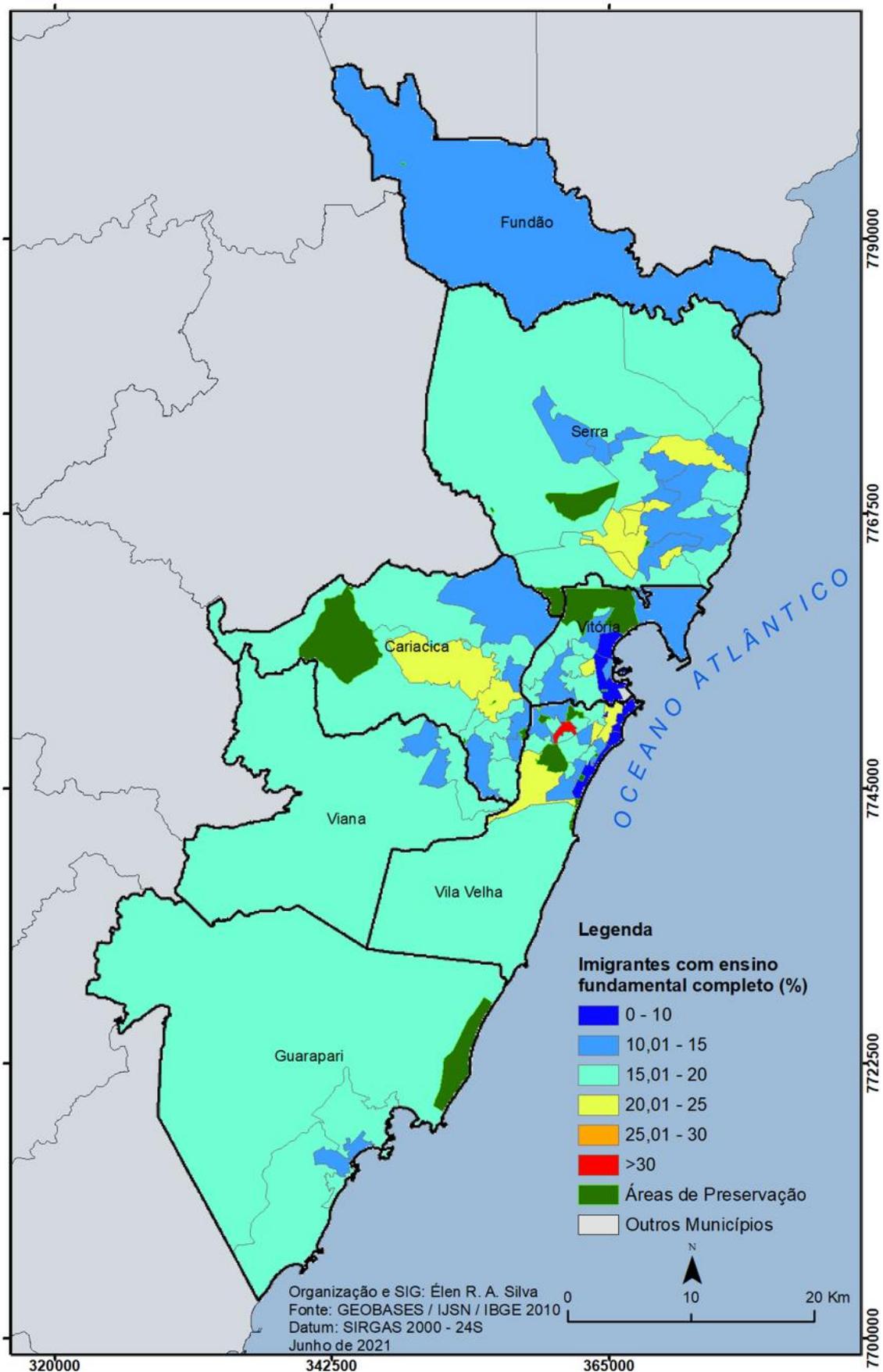
com ressalvas para as áreas centrais de Guarapari, Cariacica, sendo que em Serra, Vila Velha e Vitória, além das áreas centrais, também se observa uma menor concentração nas faixas litorâneas.

A figura 26 apresenta a concentração de migrantes com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto, por AP, em 2010. Nota-se que uma maior concentração, com mais de 30% dos migrantes, se deu nas proximidades dos bairros Santa Rita e Ataíde, em Vila Velha. Do outro lado, as menores concentrações de migrantes com esse nível de instrução foram registradas nas AP's que se localizam na faixa litorânea de Vila Velha, entre Praia da Costa e Praia de Itaparica, e em Vitória, entre Jardim da Penha e Enseada do Suá. Em Serra, próximo à Laranjeiras, em Fundão, no Centro de Guarapari e em Jardim Camburi, Vitória, a concentração foi de 15%.

**Figura 25:** Migrantes sem instrução por AP, RMGV, 2010



**Figura 26:** Migrantes com ensino fundamental completo por AP, RMGV, 2010



As AP's, com relação à concentração de migrantes que possuem ensino médio completo ou superior incompleto é apresentada na figura 27. O que se observa com maior destaque são as AP's localizada em Guarapari, próximo aos entornos de Muquiçaba, Jardim da Penha, Goiabeiras e Centro, em Vitória, Coqueiral de Itaparica, Santa Mônica e Novo México, em Vila Velha, além de Jardim Limoeiro e Carapina, em Serra, com concentrações maiores que 40%.

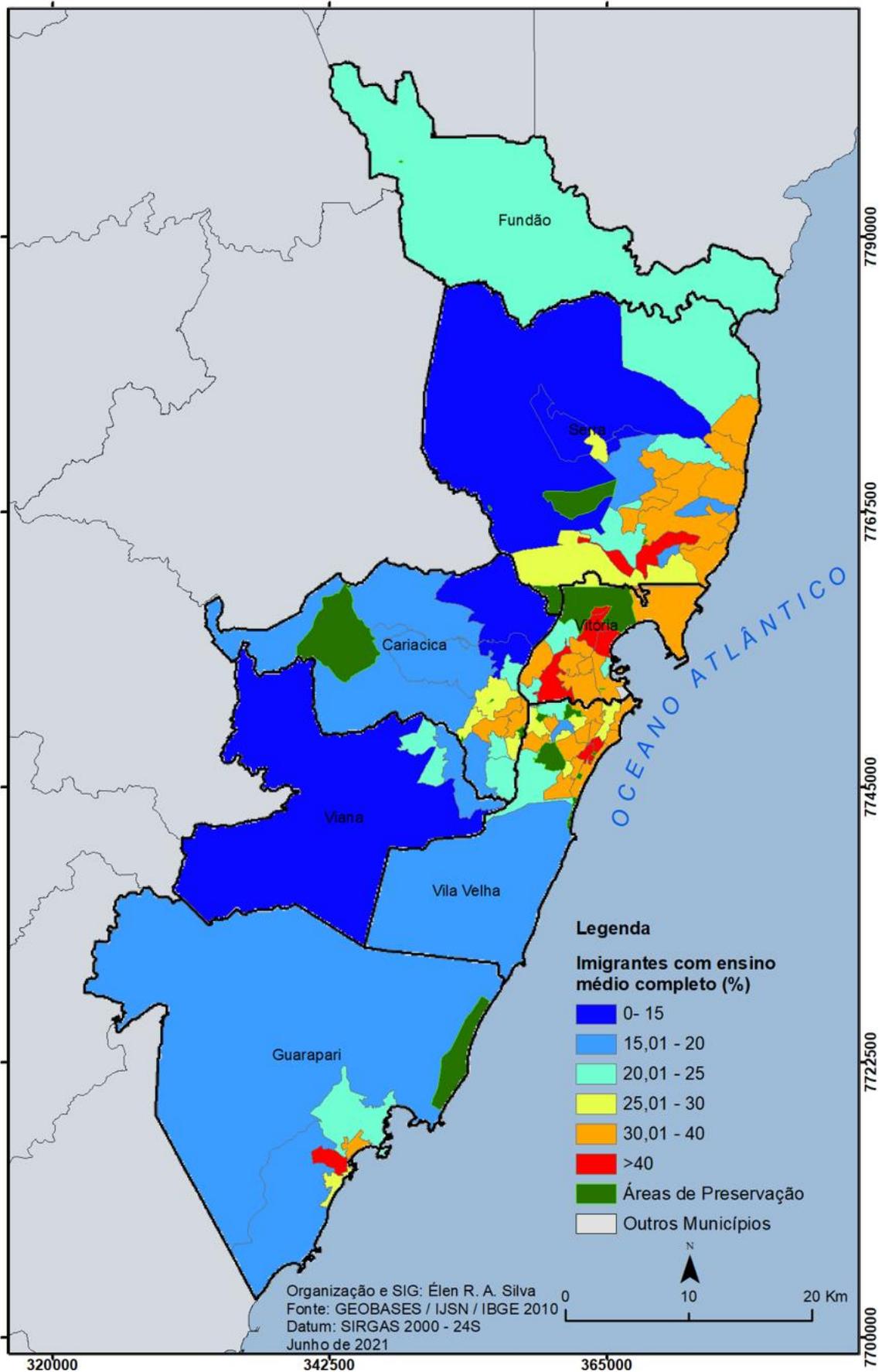
As concentrações entre 30% e 40% foram registradas nas AP's mais próximas às áreas centrais e faixas litorâneas, como Campo Grande, Laranjeiras e faixa litorânea de Vitória e Vila Velha (Praia da Costa, Itapoã e Itaparica), além de Praia do Morro, em Guarapari, e arredores. Cabe destacar que as menores concentrações foram registradas nas AP's mais distantes das áreas centrais, próximas aos limites metropolitanos.

A figura 28 apresenta a concentração de migrantes com ensino superior completo ou que frequentou curso de mestrado, doutorado ou especialização de nível superior, por AP, em 2010. Nota-se uma maior concentração (45% ou mais) nas AP's mais próximas à Praia da Costa, em Vila Velha e Praia do Canto, em Vitória. As AP's que concentraram entre 30% a 45% foram registradas no entorno de Praia de Itaparica e Itapoã, em Vila Velha, e em Jardim Camburi, Jardim da Penha, as Ilhas do Boi e Frade e Enseada do Suá, em Vitória.

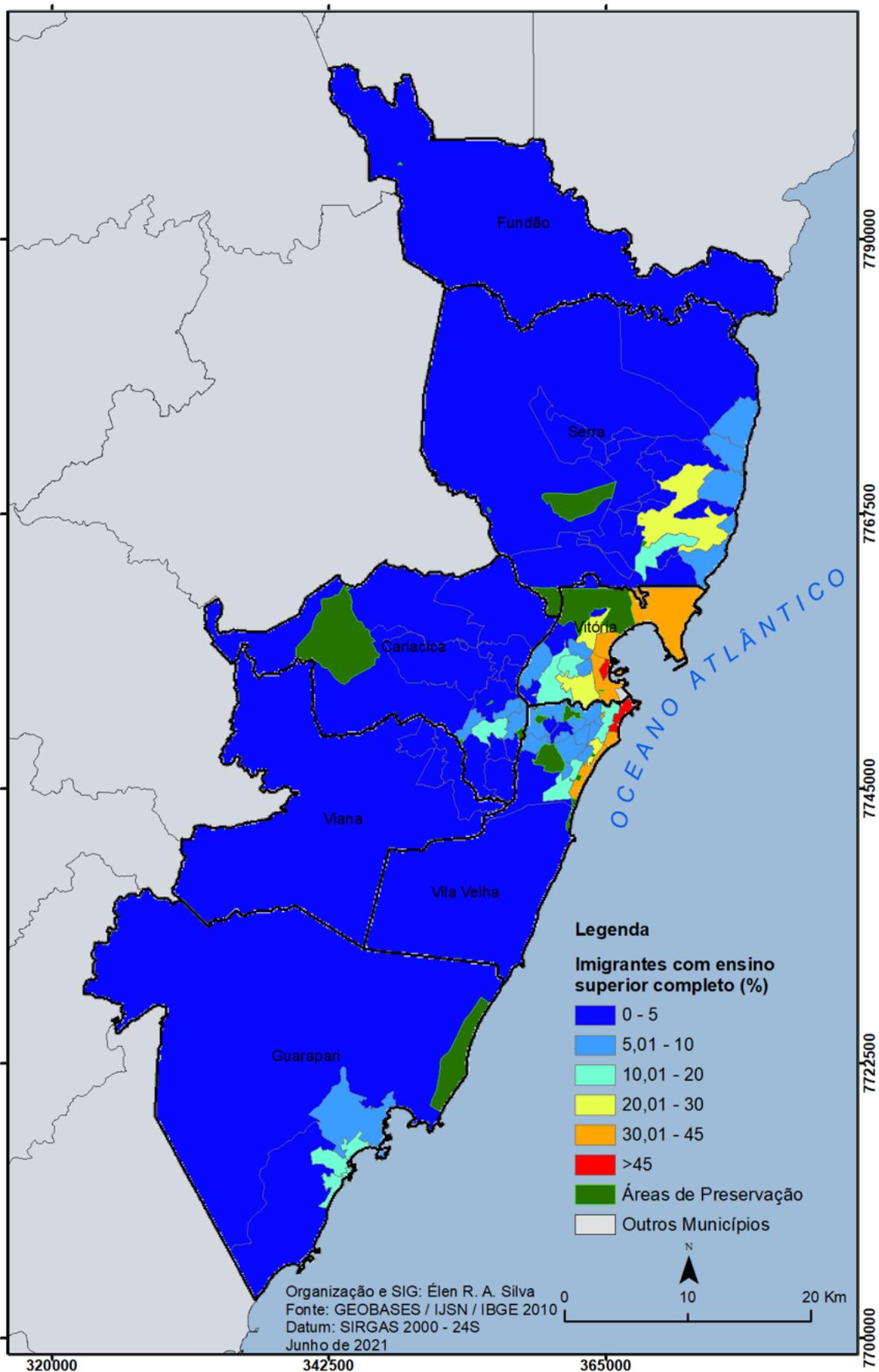
As menores concentrações (até 10%) foram registradas nas AP's localizadas, Fundão, Viana em sua totalidade e nos entornos de Cariacica, com exceção de Campo Grande (10% a 20%), além de Serra, com exceção de Laranjeiras (20% a 30%) e Jardim Limoeiro (10% a 20%), e Guarapari, com exceção de Praia do Morro, Muquiçaba e Centro (10% a 20%).

Os municípios de Vitória e Vila Velha foram os únicos que apresentaram heterogeneidade na distribuição da concentração de migrantes com curso superior completo em suas AP's.

**Figura 27:** Migrantes com ensino médio completo por AP, RMGV, 2010



**Figura 28:** Migrantes com ensino superior completo por AP, RMGV, 2010



A maior concentração de migrantes sem instrução se deu nas extremidades da RMGV, onde também foi identificado um menor rendimento médio salarial per capita, principalmente nos municípios de Fundão, Viana, Guarapari e sul de Vila Velha. No extremo oposto, as áreas onde foram registradas as maiores concentrações de migrantes com ensino superior completo se deu na faixa litorânea da capital, e do município de Vila Velha, além da área de centros econômicos de Serra e Cariacica, seguindo um padrão de distribuição espacial semelhante às áreas com maiores rendimentos e onde os equipamentos de lazer, infraestrutura e serviços são mais desenvolvidos, algo que não pode ser observado nos municípios de Fundão e Viana.

Destaca-se a quantidade de migrantes sem instrução, que é bastante considerável quase que na totalidade das AP's da RMGV. Essa análise, se não confirma, ao menos indica uma relação diretamente proporcional entre a concentração do rendimento médio salarial per capita e o grau de instrução da população migrante, conforme defendido pelas bibliografias apresentadas.

A tendência ao direcionamento dos migrantes dentro da RMGV, com relação ao nível de instrução, segue a lógica do direcionamento com relação ao rendimento, que por sua vez se concentra nas áreas onde existem melhores ofertas de serviços e equipamentos, com relativa importância no comércio de cada município, e que, não raro, possuam amenidades naturais como atrativos na valorização da moradia.

Devido ao modo como se deu o desenvolvimento das cidades brasileiras, a segregação socioespacial pode ser observada também quando se trata do perfil sociodemográfico da população, quando são consideradas, inclusive, as questões raciais. Na RMGV, entre a população migrante, nos anos de 2010, 48,9% são de pessoas de cor ou raça parda, seguidos por 40,3% de branca. Entre o restante da população, 51,9% de parda e 38,1% de branca.

Para França (2017), o grau de distanciamento entre as residências, entre grupos raciais, tende a ser maior nas camadas mais elevadas de renda, diferente do que acontece nas camadas de renda mais baixas. O autor destaca

que há uma maior concentração de grupos de pessoas pretas e pardas nas áreas com menor concentração de renda, enquanto que nas áreas onde há maior concentração de renda, há uma predominância de pessoas de cor ou raça branca. O autor ainda destaca que,

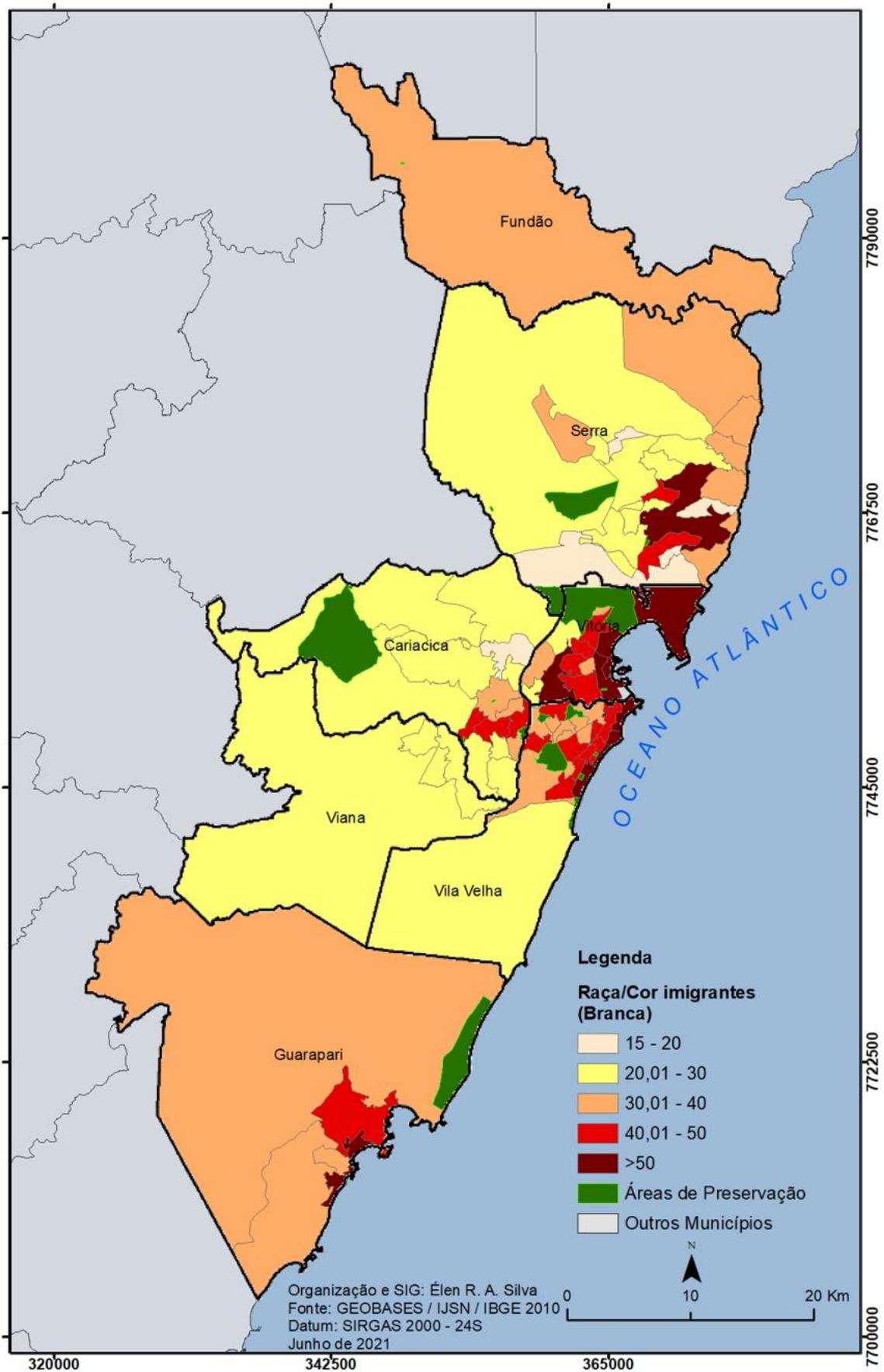
[...] o “grau de contiguidade entre os grupos raciais diminuiu (...) à medida que subimos na escala social”, mas ligam isto à diminuição da proporção de negros nas camadas médias e altas (CARDOSO; IANNI, 1960, apud FRANÇA, 2017, p. 34).

Na cidade, como um reflexo da segregação socioespacial, os indivíduos de uma mesma camada social tendem a morar próximo a locais/pessoas com características semelhantes (VILLAÇA, 1998), tendendo a uma autosegregação, que pode ser mais percebida em relação às classes de mais alta renda (CALDEIRA, 2000).

Adiante, as figuras 29 a 33 apresenta o modo como se deu a distribuição da concentração de migrantes por cor ou raça na RMGV, em 2010.

A figura 29 espacializa a concentração de migrantes, por cor ou raça branca. As AP's que mais receberam migrantes (50% ou mais) de cor ou raça branca foram nas proximidades com, Centro e Praia do Morro, em Guarapari, Laranjeiras, em Serra, faixa litorânea de Vila Velha (Praia da Costa, Itapoã e Itaparica) e faixa litorânea de Vitória, além do Centro. As áreas que concentraram entre 40% e 50% (em vermelho) dos migrantes com essa característica foram percebidas nas AP's que contém os bairros e proximidades de Barcelona e Jardim Limoeiro, em Serra, Goiabeiras, Santa Marta, Maruípe e Bento Ferreira, em Vitória, Campo Grande, São Francisco e Jardim América, em Cariacica, as AP's posteriores às da faixa litorânea, além de Paul e Cobilândia, em Vila Velha e também em Santa Mônica em Guarapari. E as AP's que têm a menor concentração de migrantes de cor ou raça branca (até 20%) são as proximidades de Carapina, Vila Nova de Colares, Planalto Serrano e Novo Horizonte em Serra e Flexal, em Cariacica.

**Figura 29:** Migrantes de cor ou raça branca por AP, RMGV, 2010

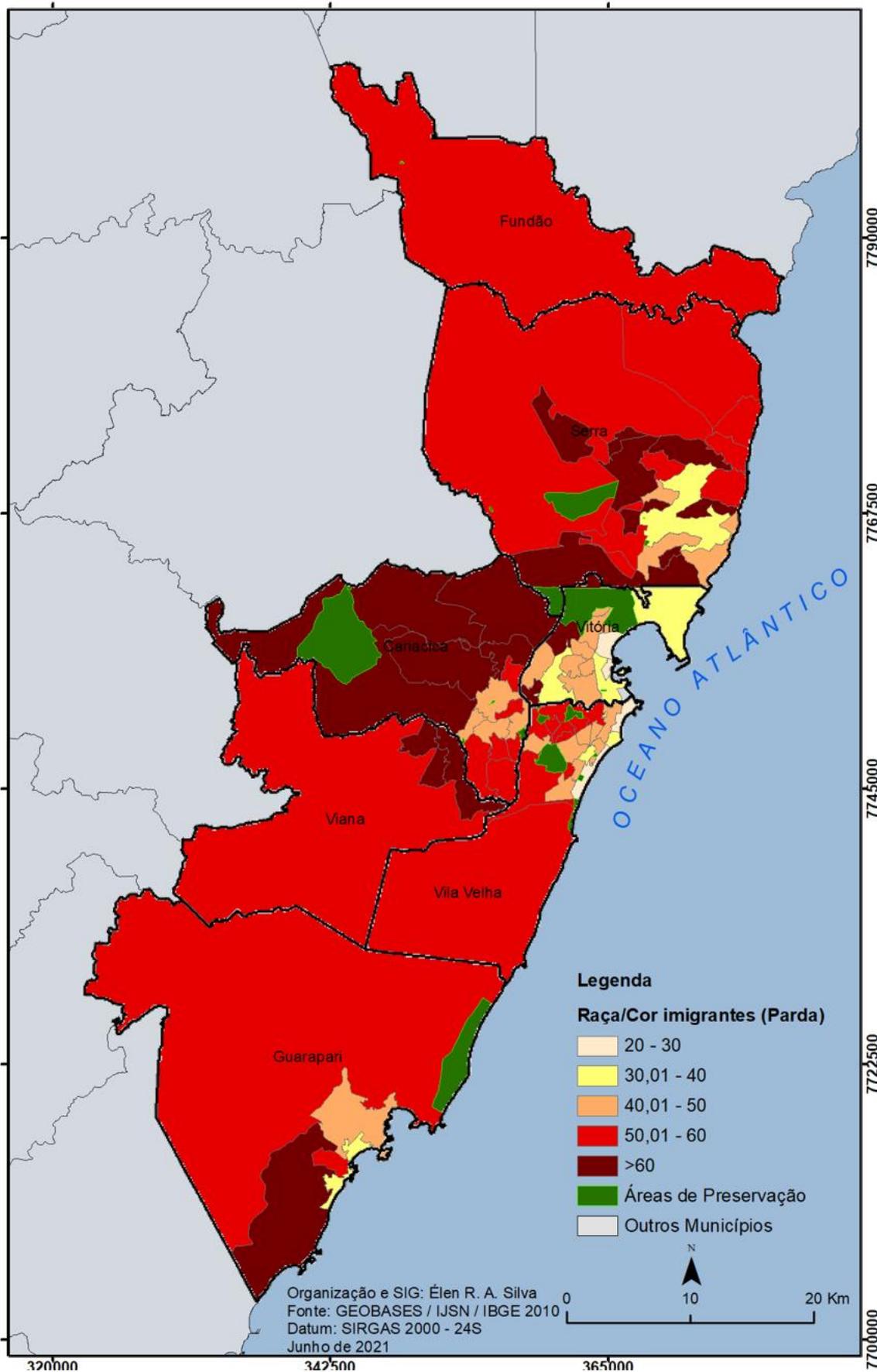


A figura 30 mostra a concentração de migrantes de cor ou raça parda nas AP's. As AP's com a menor concentração (até 30%) se dão nas proximidades de Praia da Costa, Itaparica, em Vila Velha e Jardim da Penha e Praia do Canto, em Vitória. Com concentração entre 30% e 40%, estão as AP's que correspondem aos bairros Laranjeiras, em Serra, Jardim Camburi, Ilhas do Boi e Frade, Enseada do Suá e Centro, na capital, Itapoã e Santa Mônica, em Vila Velha, Centro e Praia do Morro, em Guarapari e as proximidades.

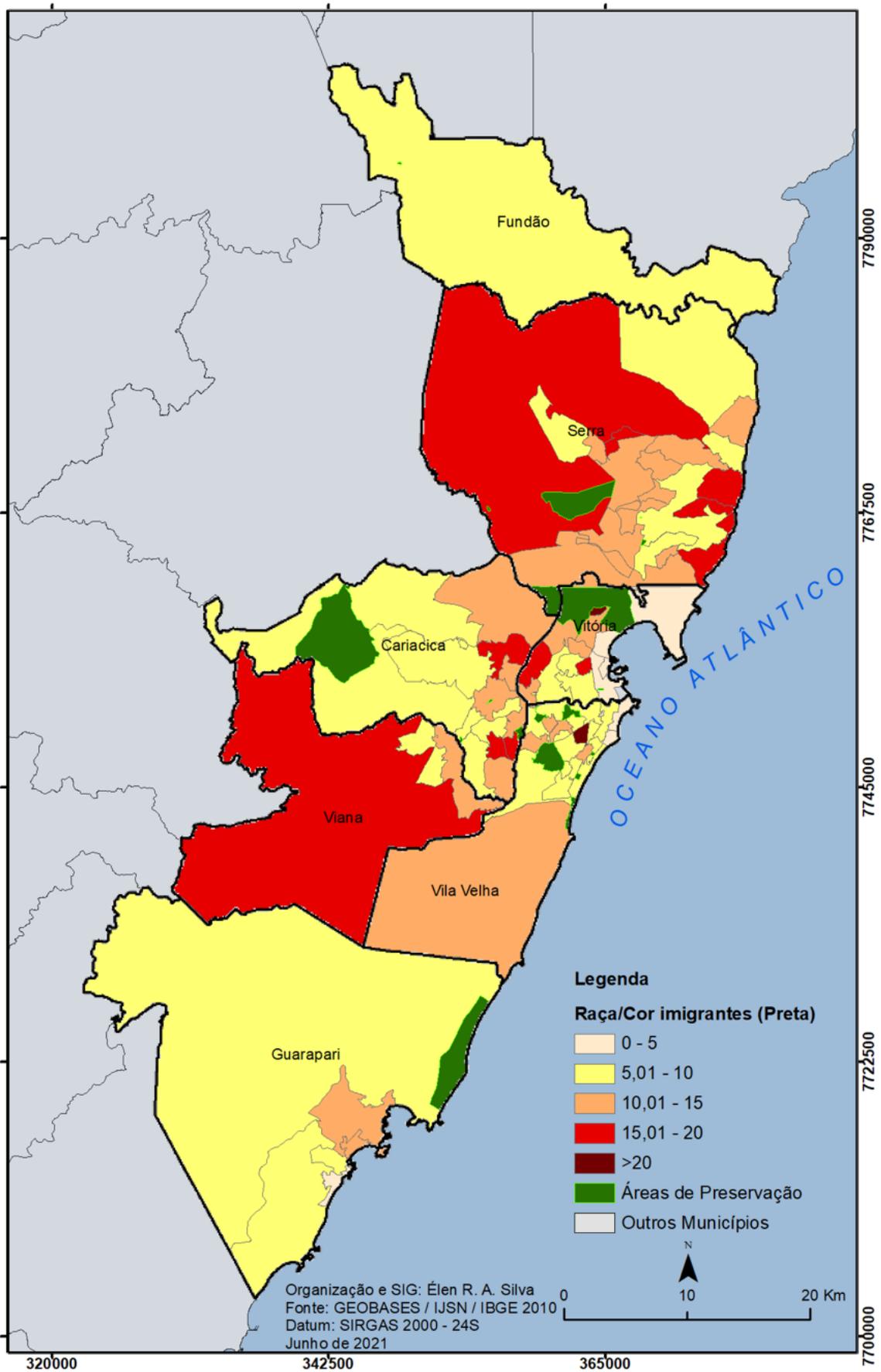
Nas demais AP's, destinaram-se 40% ou mais de migrantes de cor ou raça parda. Com destaque para as AP's que concentram mais de 60%, onde se localizam os bairros e proximidades de Universal, Vila Bethânia e Marcílio de Noronha, em Viana, sendo estes dois últimos conurbados com Cariacica. Já em Cariacica, encontra-se a maior parte das AP's mais distantes do Centro de Vitória, com exceção de Porto de Santana. Em Serra, estão as AP's no entorno de Laranjeiras. Em Guarapari, essa concentração está situada em Meaípe e proximidades, que fica próximo do limite municipal com Anchieta. Em Vitória, na AP da Ilha da Caieiras, sendo a única no município.

A figura 31 apresenta a concentração de migrantes com cor ou raça preta, na RMGV, em 2010. A maior concentração (superior a 20%) se deu nas AP's que compreendem o bairro e proximidades de Ibes, em Vila Velha, e Maria Ortiz, em Vitória. As AP's que concentram entre 15% e 20%, corresponde aos bairros e redondezas de Centro, em Viana, Flexal, Maracanã e Bela Aurora, em Cariacica, Itararé, em Vitória, Manguinhos, Vila Nova de Colares, Planalto Serrano, São Domingos e Feu Rosa, em Serra. E as AP's com a menor concentração (até 5%) compreendem os bairros e proximidades de Centro, em Guarapari, Itaparica e Praia da Costa, em Vila Velha e as AP's na faixa litorânea de Vitória.

**Figura 30:** Migrantes de cor ou raça parda por AP, RMGV, 2010



**Figura 31:** Migrantes de cor ou raça preta por AP, RMGV, 2010

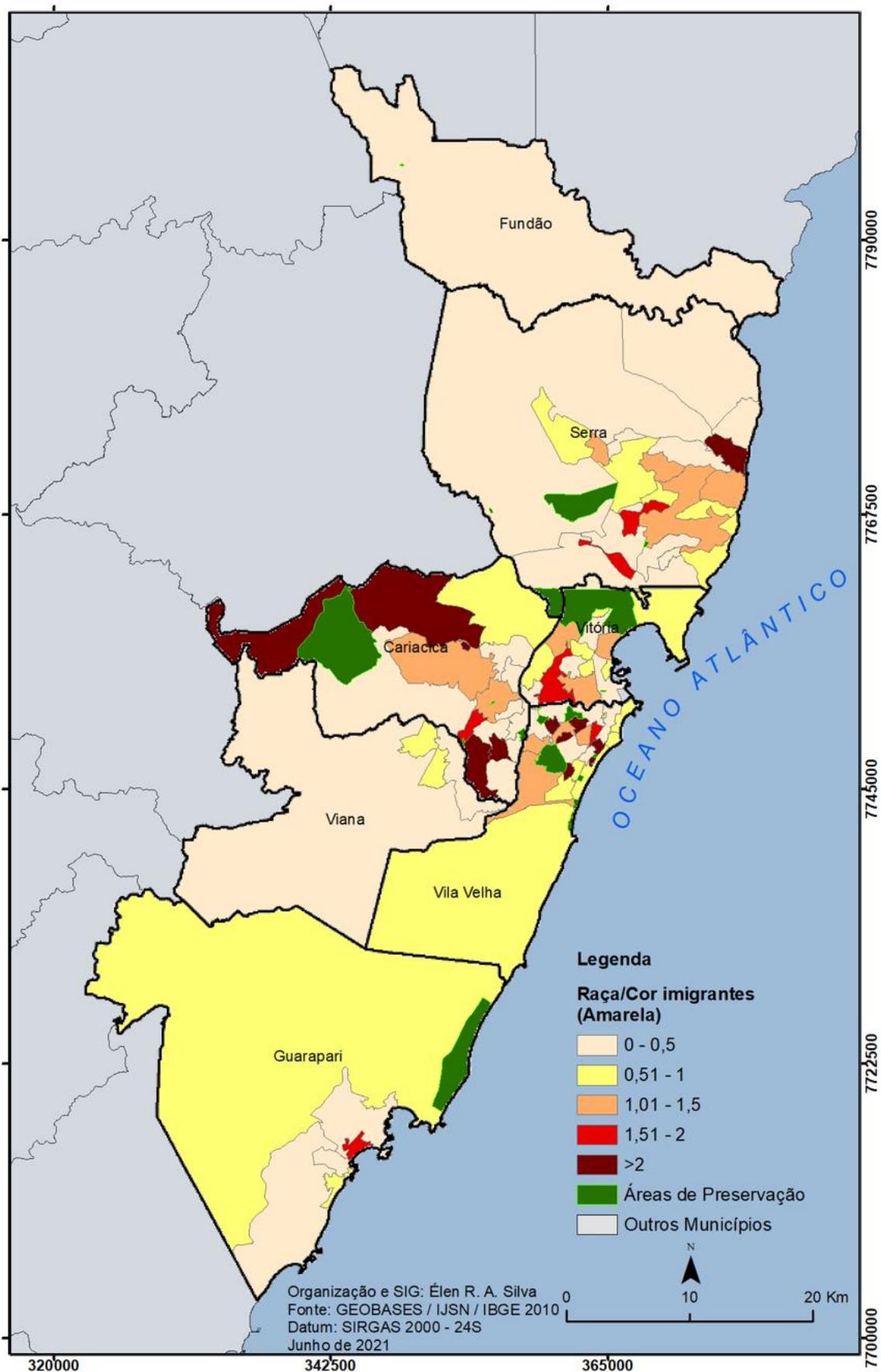


A população migrante de cor ou raça amarela e indígena na RMGV é consideravelmente menor, em relação as já discutidas.

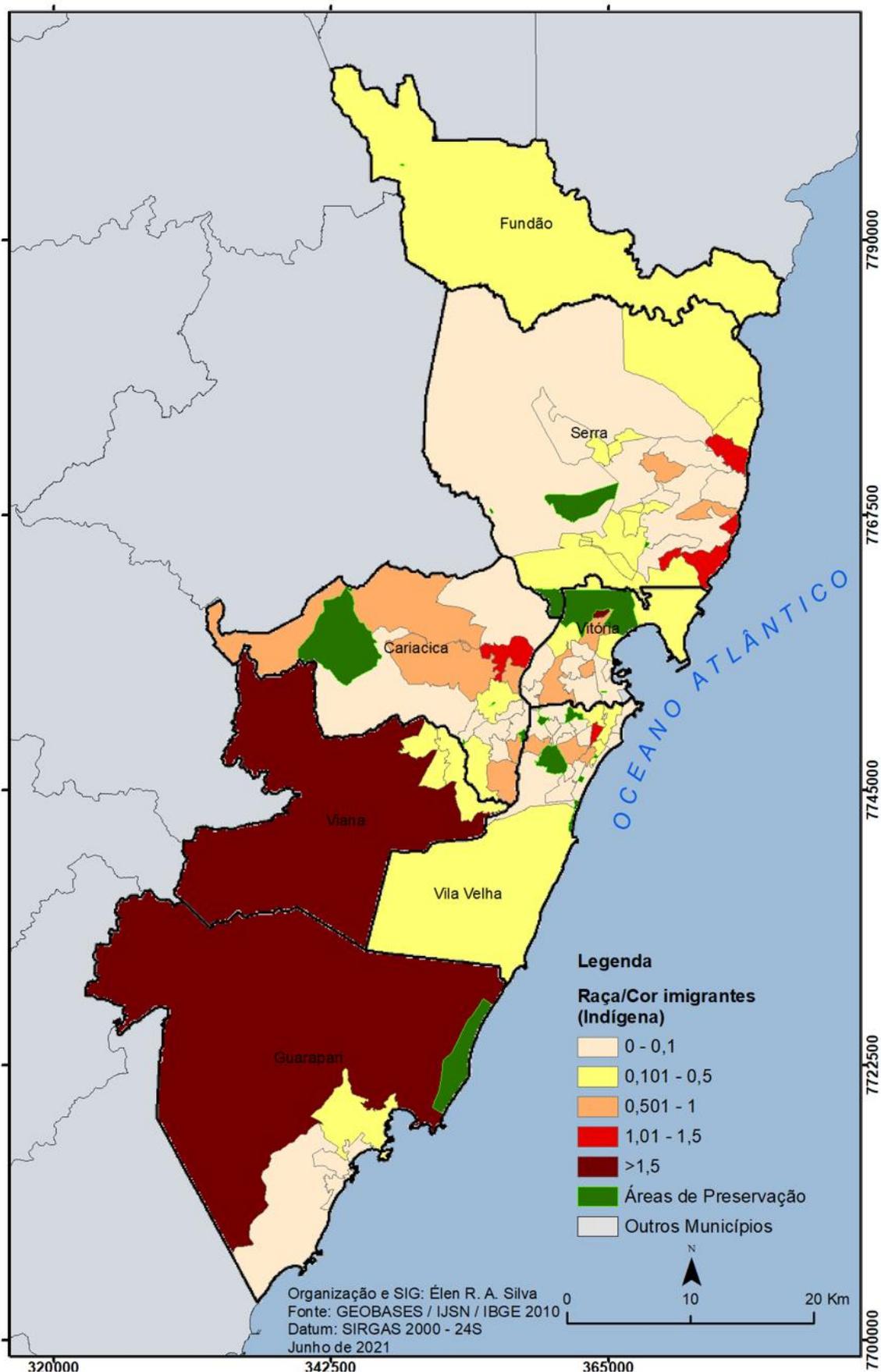
A figura 32 apresenta a concentração de migrantes com cor ou raça amarela, na RMGV, em 2010. As maiores concentrações, que corresponde a mais que 2%, localizam-se nos bairros e proximidades Maracanã, Padre Gabriel e Cariacica Sede, em Cariacica, Costa Dourada, em Serra. Boa Vista, Vila Garrido e Aribiri, em Vila Velha.

A concentração de migrantes com cor ou raça indígena na RMGV, em 2010 é apresentada na figura 33. As AP's que concentram mais de 1% compreendem os bairros e redondezas de Setiba, em Guarapari, Centro, em Viana, Maria Ortiz, em Vitória, Costa Dourada e Manguinhos, em Serra, Soteco, em Vila Velha e Flexal, em Cariacica.

**Figura 32:** Migrantes de cor ou raça amarela por AP, RMGV, 2010



**Figura 33:** Migrantes de cor ou raça indígena por AP, RMGV, 2010



A espacialização dos migrantes por cor ou raça, quando relacionado com o nível de instrução e a média salarial, na RMGV, evidencia uma distribuição seletiva.

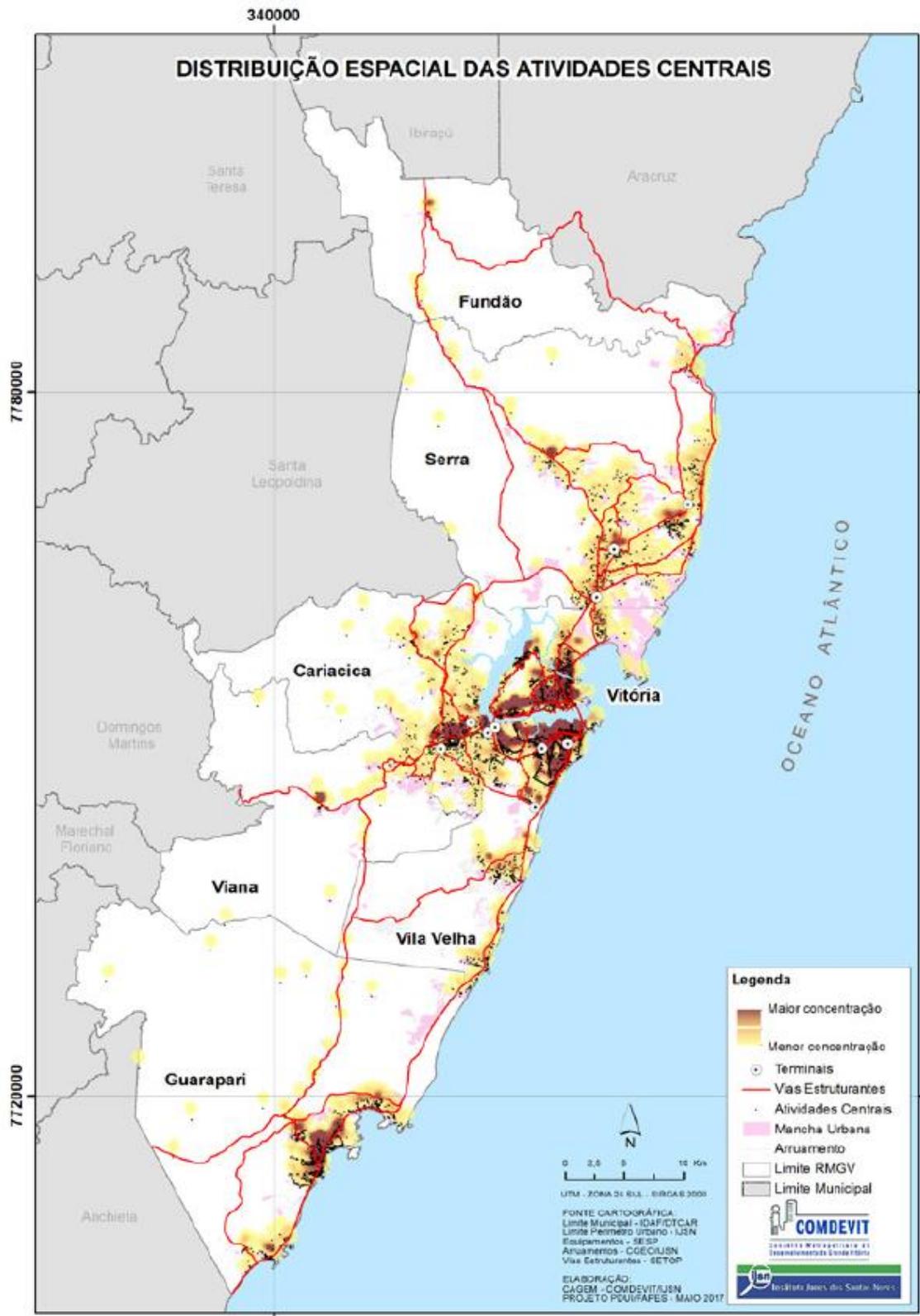
A figura 34 mostra as áreas com maiores e melhores infraestrutura, que concentram serviços e comércio na RMGV. Essas áreas também concentram a maior parte dos migrantes com as características de rendimentos de 2 a mais de 7,5 salários mínimos per capita, com ensino médio e/ou superior completo e pessoas de cor ou raça branca, em sua maioria. As áreas geralmente ocupadas por essa população migrante são marcadas pela construção de mercado, com produtos imobiliários diferenciados, muitas vezes próximos a amenidades naturais, que agregam valor às localidades, onde o preço da terra é, em sua maioria, mais alto, situados em áreas onde há maior investimentos públicos na qualidade e no cuidado com os espaços públicos, e próximas às centralidades.

No extremo oposto, onde há menor concentração de infraestrutura e atividades centrais, a maior parte da população migrante se caracteriza por apresentar média salarial per capita de até 1,5 salários mínimos, sendo sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, e pessoas de cor ou raça parda.

Muitas vezes, as áreas urbanas onde essa população migrante fixa moradia é caracterizada por ocupações irregulares, em loteamentos clandestinos ou ilegais, podendo estar em áreas ambientalmente frágeis, onde predomina a autoconstrução, o preço da terra é menor e onde há menores investimentos por parte do poder público.

Como é o caso das áreas de ponderação em que se localizam, por exemplo, Vila Bethânia, em Viana, como loteamento irregular desde a década de 1970, que somente em 2019 a prefeitura do município iniciou o processo de regularização fundiária (HONORATO, 2020), e em Terra Vermelha, Vila Velha, região “constituída por invasões a partir do início da década de 1970”, inclusive de áreas de proteção ambiental e início de loteamentos clandestinos (MATTOS; ROSA, 2011, p. 20).

**Figura 34:** Distribuição espacial das atividades centrais na RMGV, 2017



Fonte: IJSN, 2018.

Diante do exposto ao longo deste subcapítulo, o que se observa, muitas vezes, é que a escolha de destino dos migrantes, não se dá de modo aleatório. Ela segue um direcionamento orientado a partir do que foi discutido na bibliografia apresentada, onde os migrantes tendem a se fixar em locais que se assemelham às suas características sociodemográficas, e foi constatado com base na análise dos dados para a RMGV, em 2010.

Nas especificidades apresentadas por cada município metropolitano, ao longo do capítulo, o que se pode observar é uma maior integração e relação da capital com os municípios de seu entorno imediato, onde o processo de conurbação pode ser melhor observado, pois nela se concentram parte da geração de renda, serviços e equipamentos que atendem à demanda metropolitana.

Em relação às AP's que apresentam maiores rendimentos, se observa a concentração, principalmente, na faixa litorânea de Vitória e na faixa litorânea mais ao norte de Vila Velha, áreas caracterizadas por concentrarem o maior número de pessoas com maior grau de instrução e também a maior concentração de migrantes de cor ou raça branca, nesses municípios também residem os trabalhadores que ocupam os cargos que exigem maior grau de instrução e formação.

Caracterizados por serem o destino e local de moradia de migrantes com menor grau de instrução e rendimentos, Fundão e Viana apresentam poucos trabalhadores que ocupam cargos de diretores e intelectuais, que exigem maior conhecimento técnico-científico, onde a maior parte dos trabalhadores desses municípios está ligada à agropecuária. Com predominância de migrantes de cor ou raça parda.

Os municípios de Cariacica, Serra e Guarapari apresentam algumas distinções, principalmente por concentrarem nas AP's que englobam suas centralidades uma população de migrantes com diferenças entre as demais nos mesmos municípios. Os migrantes possuem características semelhantes nas AP's desses municípios, com grande parte das pessoas sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto, com média salarial per capita de até 1,5 salários mínimos e em sua maioria parda. Já nas centralidades desses

municípios, as características dos migrantes se distinguem, pois, se verifica um maior grau de instrução e renda.

Na AP que engloba o Centro de Guarapari, a maior parte dos migrantes tem rendimento médio per capita entre 2 e 2,5 salários mínimos, com grau de instrução onde mais de 40% da população possui ensino médio completo e entre 10 a 20% dos migrantes com ensino superior completo, e mais de 50% da população migrante de cor ou raça branca.

Semelhantemente, a AP que engloba a centralidade de Campo Grande, em Cariacica, se distingue das demais do município devido aos migrantes apresentarem um rendimento médio per capita de 1,5 a 2 salários mínimos, com grau de instrução com maioria possuindo ensino médio completo, variando entre 30% a 40%, e ensino superior entre 10% e 20%, onde a cor ou raça da população varia entre brancos e pardos, marcando mais de 40% de cada uma.

O caso de Serra não se difere em muito dos outros dois municípios anteriormente comentados, pois é na AP que engloba a centralidade de Laranjeiras que há maior distinção. Lá, diferentemente da maioria das AP's de Serra, a população migrante possui um maior grau de instrução, com 30% a 40% dos migrantes com ensino médio completo e mais de 20% com ensino superior completo, onde a renda média mensal per capita varia entre 2,5 a 5 salários mínimos. Há nessa AP uma concentração de migrantes de maioria de cor ou raça branca.

A distribuição dos migrantes na RMGV parece seguir uma dinâmica que orienta o direcionamento às áreas onde as características sociodemográficas dos migrantes se assemelham, e a renda destes se aproxima à do restante da população. A capital parece exercer um poder de atração de migrantes com maiores rendimentos, sendo circundada pelos municípios que atraem a população com rendimentos um pouco menores, e Vitória destaca-se dentro da RMGV. Essa relação também pode ser notada quando se analisa os municípios no entorno imediato à capital e os vizinhos a estes, onde existe uma relação de complementariedade de equipamentos, serviços e oportunidades, podendo ser observada, inclusive, pela relação dos movimentos pendulares existente entre tais municípios.

Contudo, não é só em nível intermunicipal que essa relação existe. Dentro de alguns municípios, próximo às maiores centralidades, se observa a relação que as AP's centrais mantêm com as do entorno, devido às diferenças nas características sociodemográficas que existem entre elas, indicando a possibilidade de haver um direcionamento ligado à relação de complementariedade e dependência, comuns no âmbito metropolitano.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas regiões metropolitanas, as transformações no cotidiano urbano são progressivamente mais dinâmicas, e isso afeta diretamente o estilo de vida das pessoas que nelas residem. Compreender a dinamicidade no arranjo espacial da população, em um contexto tão complexo quanto o metropolitano, tem motivado pesquisadores a buscar constantemente conceitos e padrões que expliquem ou exemplifiquem os distintos tipos, modos e intensidades dos movimentos de uma população cada vez mais heterogênea e complexa, quanto à do século XXI.

De certo modo, quando comparado às demais regiões metropolitanas brasileiras mais conhecidas, a RMGV é consideravelmente pequena em extensão territorial. A limitada extensão territorial da capital capixaba, e as grandes extensões dos demais municípios metropolitanos, principalmente dos vizinhos a ela, guiou um espraiamento urbano ao longo do litoral e das principais vias. Foram nesses municípios que se concentraram os maiores investimentos imobiliários e industriais nas décadas atuais, algo que influenciou diretamente na expansão da malha urbana.

O modo como se deu a consolidação do espaço urbano da RMGV, foi desigual, orientado por políticas e ações do Estado. Políticas econômicas que visavam o desenvolvimento baseados na industrialização e internacionalização da economia motivaram a migração, que ocorreu, também, de modo desigual em relação à distribuição no território.

Ao longo do trabalho se percebeu a maior atratividade migratória do município de Serra, ao passo que, em Vitória os saldos migratórios das três modalidades migratórias analisadas foram negativos.

Os investimentos do poder público em infraestrutura aliados com o poder econômico atraíram os investimentos imobiliários e conseqüentemente os migrantes para Serra, e também Vila Velha. Porém os perfis desses migrantes não se espacializa de forma homogênea.

Observou-se que a maior parcela de migrantes se caracterizava por serem jovens em idade economicamente ativa, aptos a atenderem a demanda

do mercado de trabalho, ou mesmo buscando oportunidades. Enquanto no restante da população, se observa um aumento no envelhecimento da população, entre 2000 e 2010. A migração foi responsável por aproximadamente 30% do crescimento populacional da RMGV e a importância se dá no fato da manutenção de número de jovens adultos, ocasionados pela migração, uma vez que a taxa de fecundidade diminuiu nesse período, abaixo do nível de reposição.

A partir da análise das características dos migrantes, e da relação destas com as AP's que receberam o maior número de migrantes, foram realizadas visitas a campo, nos locais com registros de áreas onde houve ocupação, adensamento e/ou verticalização. Algo observável foi a diferenciação das localidades que apontam para um processo de segregação que pode ser identificada por meio da renda, nível de instrução e cor ou raça, que ainda são reflexos sociais e urbanos de políticas de Estado, iniciadas ainda em meados do século XX.

As espacializações das características dos migrantes, apresentadas neste trabalho, podem auxiliar em políticas, de forma a mitigar esses distanciamentos sociais dentro da RMGV, com investimentos em educação para a população em geral, não só nas primeiras idades, principalmente nas áreas onde possuem uma população sem instrução, como o caso das AP's em Viana, Fundão e Cariacica, mais afastadas das centralidades, e investimentos em infraestrutura urbana, melhorando a qualidade de vida, dando oportunidades de inserção no mercado de trabalho qualificado, ocasionando uma distribuição de renda mais igualitária.

Ao longo dos anos, principalmente nas últimas décadas, a RMGV tem passado por diversas transformações, e a migração tem contribuído, cada vez mais, com a reconfiguração do espaço urbano metropolitano. Compreender os volumes e intensidades dos deslocamentos pode servir de baliza para promoção de planejamentos urbanos. Conhecendo-se as dinâmicas migratórias e os reflexos causados por elas na cidade, pode-se amparar futuras políticas públicas sendo possível prevenir que problemas antigos voltem a se

repetir em outras escalas e também antever e evitar situações que resultariam na piora da qualidade de vida dos cidadãos metropolitanos.

Tais preocupações, mesmo analisando o passado, mas com o olhar voltado para o futuro, são ainda mais importantes em momentos como o atual, onde uma crise sanitária, de escala mundial, tende a agravar questões de classe econômica, e influenciar nas dinâmicas migratórias e, sem ressalvas, no processo dinâmico e complexo que se desenrola no contexto urbano metropolitano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, A. T. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização**. 1999. 562 p. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – USP, 1999.

ALMEIDA, R. C. B. **Formação metropolitana: a Grande Vitória (1995-2005)**. Vitória. 2009. 122f. {online}. Disponível na Internet via [http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_3264\\_Rita\\_de\\_C%E1ssia\\_Barcellos\\_Almeida\\_Vidal.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3264_Rita_de_C%E1ssia_Barcellos_Almeida_Vidal.pdf). Arquivo capturado em 12 de mai. 2017.

BACELAR, S. G. **Cidade à parte? Um estudo sobre a segregação socioespacial nos aglomerados subnormais do município de Campinas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2020.

BAENINGER, R. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. **XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1282/1246>. Acesso em: 24 de jun. de 2018.

BAENINGER, R. **Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais**. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; 2011. 184p.

BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BERNARD, A.; BELL, M.; CHARLES-EDWARDS, E. Life-course transitions and the age profile of internal migration. **Population and Development Review**, v. 40, n. 2, p. 213-239, 2014.

BITTENCOURT, G. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização – do engenho as grandes indústrias (1535-1980)**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura do Estado do Espírito Santo, 1987.

BRITO, F. **Brasil, final do século:** a transição para um novo padrão migratório. In: CARLEIAL, ADELITA (org.). Transições migratórias. Fortaleza: Iplance, 2002.

BRITO, F.; RIGOTTI, J. I.; CAMPOS, J. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI:** mudança no padrão migratório? UFMG/CEDEPLAR: Belo Horizonte, 2012. 26 p.

BRITO, F; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva:** São Paulo, v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

BRITO, F. **Urbanização, metropolização e mobilidade espacial da população:** um breve ensaio além dos números. In: Taller Nacional sobre Migración Interna y Desarrollo en Brasil: Diagnóstico, Perspectivas y Políticas, 2007, Brasília. Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2007.

BUFFON, J. A. **O café e a urbanização no Espírito Santo:** aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. 1992. 386 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade dos muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000. 400 p.

CAMPOS, R. R. de. Aspectos demográficos na obra de Josué de Castro. **Mercator**, v. 8, n. 17, set/dez 2009. p. 55-67.

CAMPOS JUNIOR, C. T. **Valorização do capital na produção imobiliária:** distanciamento entre o preço da moradia e o do salário. In: Pereira, Paulo Cesar Xavier (org.). Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo, FAUUSP, 2018.

CANETTIERI, T. A metropolização da pobreza de São Paulo: dinâmica imobiliária, violência e a organização socioespacial da metrópole. **Geografares:** Vitória, Janeiro-Junho, 2016, p. 61 – 78.

CARDOSO, A. L. **Assentamentos precários no Brasil**: discutindo conceitos. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C. (ed.). Caracterização e tipologia dos assentamentos precários brasileiros. Brasília, DF: IPEA, 2016.

CARLING, J.; SCHEWEL, K. Revisiting aspiration and ability in international migration. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 44, n. 6, p. 945–963, 2018.

CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. **Geografares**: Vitória, n 7, 2009. p. 93-110

CASTIGLIONI, A. H. Transição migratória e urbana no Estado do Espírito Santo -1950 a 2010. **Caminhos de Geografia**: Uberlândia, v. 20, n. 72, Dez/2019, p. 33–53.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo Ática, 1989.

COURGEAU, D.; LELIÈVE, E. **Individual and Social motivations for migration**. In: Demography: analysis and synthesis: Elsevier, 2006.

CRUZ, P. S. **Territórios da mobilidade urbana na metrópole portuária da Grande Vitória (ES): Escalas, velocidades e conflitos**. 2010. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Espírito Santo, UFES, 2010.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**: Bahia, vol. 18, núm. 43, 2005, pp. 87-101.

CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; 2011. 184p.

CUNHA, J. M. P. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 2003, pp. 218-233.

CUNHA, J. M. P.; STOCO, S.; DOTA, E. M.; NEGREIROS, R.; MIRANDA, Z. A. I. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. **Cadernos MetrÓpole**: São Paulo, v. 15, n. 30, pp. 433-459, dez 2013.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DAMIANI, A. L. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. Contexto: São Paulo, 2004.

DOTA, E. M. Dinâmica migratória recente na RM de Campinas: análise dos fatores associados. **Revista Serviço Social & Saúde**, v. 14, 2015, p. 157-172.

DOTA, E. M. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010: novidades e continuidades. **Geografares**: Vitória, Janeiro-Junho, 2016. p. 142 – 153.

DOTA, E. M.; CAMARGO, D. M. Regionalização, mobilidade pendular e os desafios metropolitanos: o caso da RM de Campinas. **Revista Política e Planejamento Regional**: Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, janeiro/junho 2015, p. 127 a 148.

DOTA, E. M.; COELHO, A. L. N.; CAMARGO, D. M. **Atlas da migração no Espírito Santo**. 1. ed. Vitória: PROEX/UFES, 2017.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Evidências da metropolização do espaço no século XXI: elementos para identificação e delimitação do fenômeno. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 22, n. 49, pp. 893-912, set/dez 2020.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C. Mobilidade espacial da população e planejamento: considerações sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). In: LYRA, A. P. R.; FERREIRA, G. L.; FERREIRA, G. A. C.; LIRA, P. S. (orgs.) **Cidade e Metrópole**: Coleção Arquitetura e Cidade. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

DOTA, E. M. **Migração na RM de Campinas**: produção do espaço urbano e impactos sociais. Dissertação – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Campinas, SP, 2011.

DOTA, E. M. **Mobilidade Residencial Intrametropolitana na RM de Campinas**: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 2015. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.

FERRARA, L.N. O lugar da natureza na produção do espaço metropolitano: do metabolismo urbano industrial para o imobiliário financeiro. In: Pereira, Paulo Cesar Xavier (org.). **Imediato, global e total na produção do espaço: a financeirização da cidade de São Paulo no século XXI**. São Paulo, FAUUSP, 2018.

FERREIRA, F. C.A organização do espaço urbano de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV-ES). Maringá: **Revista Percorso - NEMO**, v. 10, n. 1, 2018. p. 23- 50.

FERREIRA, F. C. **Propriedade fundiária, os “vazios urbanos” e a organização do espaço urbano: o caso de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória – ES (RMGV-ES)** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

FERREIRA, F. C.; ZANOTELLI, C. L. A Morfologia e o Papel dos Vazios Urbanos na Região Metropolitana de Vitória-ES. **Geografia** (Londrina), v. 26, n. 2, p. 39-57. 2017. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/27307>>. Acesso em: 01 jun. 2021.

FERREIRA, G. A. C. **A lei no plano e o plano na lei: convergências, divergências e silêncios na constituição do território corporativo capixaba**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFF, Niterói/ RJ. 2016.

FINDLAY, A.; GRAHAM, E. The challenge facing population geography. **Progress in Human Geography**, v. 15, n.2, p. 149-162, 1991.

FINDLAY, A. Population geography. **Progress in Human Geography**, v. 15, n.1, p. 64-72, 1991.

FRANÇA, D. S. N. **Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI**. 2017. 253f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

FREY, H; DOTA, E. M. O Censo de 2010 e as primeiras leituras sobre a mobilidade espacial da população na Região Metropolitana de Campinas. In: **Mediações**. n.1, v.18, p. 226-243, jan/jun 2013. Londrina.

GIAVAROTTI, Daniel Manzione. **O Jardim Ibirapuera imposição à crise do trabalho**. Dissertação – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – São Paulo, USP, 2012.

GRAHAM, E. What kind of theory for what kind of population geography? **International Journal of Population Geography**, v. 6, n. 4, p. 257–272, 2000.

GUIMARÃES, P. R. B. **Métodos Quantitativos Estatísticos**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008. 245 p.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Tradução: Armando C. da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

HONORATO, J. P. **Viana-ES no século XXI: o processo de segregação socioespacial e os investimentos públicos**. 2020. 197 p. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Espírito Santo, UFES, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Brasil: 2010.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES – IPES. **Movimentos migratórios no estado do Espírito Santo – 1986 - 1991**. Vitória, 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Governança Metropolitana no Brasil. **Relatório de Pesquisa Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: análise comparativa das funções públicas de interesse comum (Componente 2) Região Metropolitana da Grande Vitória Rio de Janeiro**, 2015.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Plano de desenvolvimento urbano integrado**. Região Metropolitana da Grande Vitória. Diagnóstico Integrado, v.2, Vitória, 2018. 186p.

KOWARICK, L. **A Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A.; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G. (orgs.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. FAPERJ, DP&A: Rio de Janeiro, 2006. cap. 2. p. 41-57.

LIRA, P.; BENEDITO, J. E.; MAGALHÃES, L.; BERTOLANI, M. N. Estrutura social e organização social do território: Análise da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV In: LIRA, P.; OLIVEIRA JUNIOR, A. P.; MONTEIRO, L. L. **Vitória: transformações na ordem urbana: Metrópoles: território, coesão social e governança democrática**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2014. 394 p.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In: BAENINGER, R. **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Brasília: UNFPA, p. 11-24, 2010.

MATOS, R. Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais. **Cadernos da Metrópole**, São Paulo, SP, n. 13, 2005.

MATTOS, R; ROSA, T. S. Reestruturação econômica e segregação sócioespacial: uma análise da região da Grande Terra Vermelha. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFES**, v. 1, n. 1, 2011.

MENDONÇA, E. M. S.; COELHO, M. B.; MACEDO, S. C. K.; TOSTES, T. R. S.; ROSSI, W. **Espaços livres privados na região de Vitória - uma abordagem geral**. {online}. Disponível em: <https://silviomacedo.files.wordpress.com/2011/11/artigo-7.pdf>. Acesso em: 17 de junho de 2018. 2008.

MENDONÇA, E. M. S. Habitação e grandes empreendimentos: marcos da expansão urbana de vitória na década de 1960. **Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP**. Urbana, V. 6, n. 8, jun. 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635303/pdf>>. Arquivo capturado em: 20 de set. de 2018.

MENDOZA PÉREZ, C. Geografía de la población: cuantitativos versus teóricos. Cuadernos de Geografía. **Revista Colombiana de Geografía**, v. 19, p. 9–25, 2010.

MIRANDA, C. L. P.; CASTIGLIONI, A. H.; SILVA, E. R.; VAREJÃO, S. B. S. A Região Metropolitana da Grande Vitória na transição demográfica brasileira: Análise da Dinâmica Demográfica dos Municípios da RMGV a partir das mudanças ocorridas entre 2000 e 2010. In: LIRA, P.; OLIVEIRA JUNIOR, A. P.; MONTEIRO, L. L. **Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014. 394 p.

MONTEIRO, L. L.; BERTOLANI, M. N.; BERGAMASCHI, R. B. Organização social do território e formas de provisão de moradia. In: LIRA, P.; OLIVEIRA JUNIOR, A. P.; MONTEIRO, L. L. **Vitória: transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2014. 394 p.

MUNIZ, D. B. **As Novas Expressões da Centralidade: Um Estudo de Caso do Município de Serra-ES**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

NASCIMENTO, A. H. **Migração no município de Serra-ES no período de 2000 a 2010: Uma análise a partir dos microdados dos Censos Demográficos do IBGE**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

OGDEN, P. E. Weaving demography into society, economy and culture: progress and prospect in population geography. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 4, p. 627–640, 2000.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais: São Paulo**, v.14, n.2 / nov. 2012. p. 103-116.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E.; PEREIRA, R. H. M.; SILVA, R. B. O estigma de morar longe da cidade: repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório” no Brasil. **Cadernos Metrópole**: São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 395-415, jul/dez 2010.

OLIVEIRA JUNIOR, A. P.; SANTOS, A. C.; MONTEIRO, L. L.; BERGAMASCHI, R. B. A Metrópole na rede urbana brasileira e na configura o interna. In: LIRA, P.; OLIVEIRA JUNIOR, A. P.; MONTEIRO, L. L. **Vitória: transforma es na ordem urbana**: Metr poles: território, coesão social e governança democrática. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metr poles, 2014. 394 p.

OLIVEIRA JUNIOR, A. P.; MONTEIRO, L. L.; TULLI, L. M. A. Organiza o social do território e mobilidade urbana. In: LIRA, P.; OLIVEIRA JUNIOR, A. P.; MONTEIRO, L. L. **Vitória: transforma es na ordem urbana**: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metr poles, 2014. 394 p.

PEREIRA, P. C. X. Para uma discussão sobre o valor e o preço na produ o imobiliária. In: Pereira, Paulo Cesar Xavier (org.). **Imediato, global e total na produ o do espaço**: a financeiriza o da cidade de São Paulo no século XXI. São Paulo, FAUUSP, 2018;

PIRES, M. R. **Turismo em Guarapari (ES)**: lógicas de uso e ocupa o do espaço incorporando simbolismos e identidade cultural. Disserta o (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

RAMALHO, H. M. B.; BRITO, D. J. M. Migra o intrametropolitana e mobilidade pendular: evidências para a região metropolitana do Recife. **Estudos Econ micos**. São Paulo. vol.46, n.4. Oct./Dec. 2016

REIS, L. C. T. **Descentraliza o e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista**: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na grande Vitória-ES. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2007. 286 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGG, 2007.

RIBEIRO, L. C. M.; SIQUEIRA, M. P. S. Portos e cidades: expansão e modernização dos portos de Vitória (sec. XX-XXI). In: RABELO, B. F.S. **Modernização e modernidade**. Dossi Editora Gráfica: Vitória, 2014.

RIGOTTI, J. I. R. A questão migratória no Brasil recente. In: LOU, I. A. C.; MAGALHAES, M. V. (Orgs.). **Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em Unidades da Federação selecionadas: mudanças e continuidades**. Salvador: SEI, 2014, p. 11-18. (Série Estudos e Pesquisas, n. 98).

RIGOTTI, J. I. R. Reflexões sobre as tendências da redistribuição espacial da população no Brasil, à luz dos últimos resultados do Censo Demográfico 2010. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 64, n.4, out/dez 2012.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 142 fls. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR – UFMG, Belo Horizonte, 1999.

RODRIGUES, J.; BUSSO, G. **Migración interna y desarrollo em América Latina entre 1980 y 2005**: Um estúdio comparativo com perspectiva regional basado em siete países. CEPAL, Chile, 2009.

SANTANA, P. V. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L. **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999, pp. 177-189.

SANTOS, M. A.; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. J. **Migração**: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. 18p.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1987.

SILVA, L. T. **A produção de localizações**: estruturação territorial da Grande Vitória. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – USP São Paulo, 2014. 235 p.

SILVA, R. V.; FERNANDES, D. M. Geografia da população: origens e perspectivas. **Anais do XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. São Luís/Maranhão, 2016.

SINGER, P. O caráter histórico das migrações internas. In: **Economia Política da Urbanização**. 3 ed. Brasiliense: São Paulo, 1976.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980.

SIQUEIRA, M. P. S. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo - 1950/1990. **Revista de História e estudos culturais**, v. 6, n.4, 2009. Disponível em: < [http://Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – USP São Paulo, 2014. www.revistafenix.pro.br/ZIP21/ARTIGO\\_10\\_Maria\\_da\\_Penha\\_Smarzaro\\_Siqueira.zip](http://Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – USP São Paulo, 2014. www.revistafenix.pro.br/ZIP21/ARTIGO_10_Maria_da_Penha_Smarzaro_Siqueira.zip)>.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória, 1950-1980. Vitória: EDUFES, 2001. 182p.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades**. São Paulo: UNESP, 2008.

TARDIN, R. **Espaços livres**: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2008.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VIGNOLI, J. R. Qué definiciones, que teorías, qué fuentes e qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad. In: CUNHA, J. M. P. **Mobilidade espacial da população**: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo-Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, p. 45-52, 2011.

VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (orgs.). **A cidade como negócio**, 2015 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. 272 p.

ZANOTELLI, C. L.; BERTOLDE, A. I.; LIRA, P. S.; BARROS, A. M. L.; BERGAMASCHI, R. B. **Atlas da Criminalidade no Espírito Santo**. 1. ed. São Paulo: Annablume. 2011.

ZANOTELLI, C. **O Pólo de Tubarão e a expansão periférica da aglomeração de Vitória - Espírito Santo – Brasil**. Nanterre [França]: Université de Paris X, 1998. [Tese de doutorado]. 1998.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A: Dados utilizados para elaboração do gráfico 09

<b>Município</b>	<b>Total de trabalhadores</b>	<b>Pendularidade</b>	<b>Proporção de pendulares%</b>
<b>Cariacica</b>	157381	69161	43,94%
<b>Fundão</b>	8019	2194	27,36%
<b>Guarapari</b>	105285	5120	4,90%
<b>Serra</b>	188801	49642	26,29%
<b>Viana</b>	27639	13155	47,60%
<b>Vila Velha</b>	204896	54786	26,73%
<b>Vitória</b>	165096	27179	16,46%

**APÊNDICE B:** Dados utilizados para elaboração do mapa da figura 08

	<b>Cariacica</b>	<b>Fundão</b>	<b>Guarapari</b>	<b>Serra</b>	<b>Viana</b>	<b>Vila Velha</b>	<b>Vitória</b>	<b>Total</b>
<b>Cariacica</b>		87	377	2824	1941	3673	1875	10777
<b>Fundão</b>	32			183	85	97	83	480
<b>Guarapari</b>	273	16		159	144	560	597	1749
<b>Serra</b>	1549	591	248		374	2026	2744	7532
<b>Viana</b>	1477	5	139	322		245	104	2292
<b>Vila Velha</b>	3239	82	1066	2222	785		2140	9534
<b>Vitória</b>	2409	391	738	7567	940	4397		16442
<b>RMGV</b>	8979	1172	2568	13227	4269	10998	7543	48756

<b>Município</b>	<b>Saldo migratório</b>
Cariacica	-1798
Fundão	692
Guarapari	819
Serra	5745
Viana	1977
Vila Velha	1464
Vitória	-8899

**APÊNDICE C:** Dados utilizados para elaboração do mapa da figura 09

	<b>Cariacica</b>	<b>Fundão</b>	<b>Guarapari</b>	<b>Serra</b>	<b>Viana</b>	<b>Vila Velha</b>	<b>Vitória</b>	<b>Total</b>
<b>Cariacica</b>		20	182	9236	3312	18358	35167	66275
<b>Fundão</b>	48		7	902	5	49	460	1417
<b>Guarapari</b>	134	0		175	201	875	1176	2561
<b>Serra</b>	2071	355	97		223	4329	38494	45569
<b>Viana</b>	3897	28	110	1018		2334	5211	12598
<b>Vila Velha</b>	6353	34	616	6580	889		35742	50214
<b>Vitória</b>	3614	73	198	11483	889	5671		21928
<b>RMGV</b>	16117	510	1210	29394	5519	31616	116250	200616

<b>Município</b>	<b>Saldo pendular</b>
Cariacica	-50.158
Fundão	-961
Guarapari	-1.351
Serra	-16.175
Viana	-7.079
Vila Velha	-18.598
Vitória	94.322

**APÊNDICE D:** Dados utilizados para elaboração dos mapas das figuras 10, 11, 12, 13, 25, 26, 27, 28,29, 30, 31, 32 e 33.

Código da Área de ponderação	Número de imigrantes	Cor/ Raça dos Imigrantes					Nível de instrução dos Imigrantes				Média do rendimento mensal (em salários mínimos) per capita		
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem instrução	Fundamental completo	Médio completo	Superior completo	Total	Imigrantes	Restante da população
3201308005001	1129	18,9%	15,9%	0,0%	64,1%	1,1%	76,4%	18,0%	5,6%	0,0%	0,6807	0,5944	0,6876
3201308005002	1443	27,2%	13,2%	0,0%	58,8%	0,8%	60,2%	11,9%	23,7%	4,2%	1,0618	1,1018	1,0589
3201308005003	2159	25,4%	9,4%	1,4%	63,3%	0,6%	55,3%	24,7%	18,4%	1,6%	1,1053	1,0589	1,1098
3201308005004	2153	36,9%	13,0%	1,5%	48,1%	0,5%	46,7%	23,0%	26,4%	3,9%	1,1540	1,1641	1,1533
3201308005005	2564	41,2%	7,5%	1,7%	49,6%	0,0%	48,7%	17,8%	27,2%	6,2%	1,7206	1,4425	1,7720
3201308005006	4591	49,2%	8,2%	0,2%	42,4%	0,0%	38,5%	17,6%	33,4%	10,5%	1,9395	1,8082	1,9585
3201308005007	1448	35,3%	9,5%	0,0%	55,2%	0,0%	46,6%	15,3%	31,6%	6,5%	1,7169	1,3106	1,7539
3201308005008	1471	46,5%	12,0%	0,0%	41,5%	0,0%	39,8%	14,6%	37,6%	8,0%	1,6566	1,4311	1,6803
3201308005009	1835	30,6%	15,2%	0,0%	53,4%	0,8%	58,7%	12,8%	26,7%	1,9%	1,0216	0,9666	1,0218
3201308005010	3608	29,5%	10,3%	0,2%	59,4%	0,6%	57,9%	19,7%	20,6%	1,8%	0,8758	0,9076	0,8711
3201308005011	1682	26,4%	12,6%	0,7%	60,3%	0,0%	73,5%	13,3%	12,7%	0,5%	0,5577	0,6279	0,5513
3201308005012	1989	24,2%	9,9%	3,1%	61,9%	0,9%	62,9%	18,6%	15,8%	2,8%	0,9545	0,9970	0,9516
3201308005013	2791	24,5%	8,4%	0,4%	66,7%	0,0%	63,7%	18,0%	16,0%	2,4%	0,8236	0,8207	0,8235
3201308005014	1245	25,5%	15,2%	2,7%	56,6%	0,0%	56,3%	19,6%	21,0%	3,1%	1,1256	1,1062	1,1265
3201308005015	2629	28,4%	9,1%	3,0%	59,1%	0,4%	68,7%	12,8%	16,9%	1,6%	1,0519	0,9035	1,0719
3202207001001	3347	35,0%	9,0%	0,5%	55,2%	0,3%	60,7%	13,8%	20,7%	4,8%	1,2567	1,2770	1,2500
3202405003001	2181	64,5%	4,0%	0,6%	31,0%	0,0%	35,3%	15,6%	29,8%	19,3%	2,7918	3,5478	2,6491
3202405003002	2047	30,6%	8,0%	0,0%	61,5%	0,0%	58,9%	18,2%	18,8%	4,2%	0,9628	1,4024	0,9023
3202405003003	1618	37,5%	7,0%	0,0%	55,4%	0,0%	31,8%	14,4%	40,4%	13,3%	1,6834	2,1289	1,6169
3202405003004	3153	54,7%	10,9%	1,9%	32,5%	0,0%	37,5%	14,0%	33,8%	14,7%	2,1200	2,3901	2,0552
3202405003005	2898	36,6%	9,2%	0,9%	51,4%	1,9%	63,8%	19,0%	15,1%	2,1%	0,9060	1,2819	0,8304
3202405003006	3684	40,7%	10,4%	0,5%	48,1%	0,3%	52,6%	16,4%	23,8%	7,2%	1,3904	1,5164	1,3677
3205002005001	3453	19,9%	15,1%	0,9%	63,2%	1,0%	60,5%	17,3%	19,5%	2,7%	0,8450	0,7840	0,8579

3205002005002	3837	32,2%	15,2%	1,3%	51,4%	0,0%	43,1%	19,5%	31,9%	5,5%	1,2619	1,4161	1,2353
3205002005003	4269	32,5%	17,2%	0,8%	48,3%	1,1%	43,7%	16,7%	30,5%	9,2%	1,6148	2,1271	1,4978
3205002005004	3352	19,1%	10,3%	0,4%	69,2%	1,1%	55,0%	24,3%	19,8%	0,9%	1,0001	0,9730	1,0068
3205002005005	3151	33,1%	8,2%	2,7%	54,5%	1,5%	43,1%	14,8%	34,2%	8,0%	1,9214	1,8333	1,9435
3205002005006	3317	38,4%	10,8%	0,0%	50,5%	0,3%	45,5%	17,1%	30,6%	6,8%	1,3535	1,4639	1,3289
3205002005007	3185	32,8%	9,0%	0,3%	57,5%	0,3%	54,6%	19,3%	22,2%	3,9%	1,1403	1,1207	1,1462
3205002005008	2521	50,0%	7,6%	0,0%	42,4%	0,0%	29,2%	13,7%	40,5%	16,6%	1,9592	2,2612	1,8993
3205002005009	5607	52,0%	7,3%	1,1%	39,6%	0,0%	23,0%	10,8%	39,3%	26,8%	2,9684	3,2810	2,8890
3205002005010	2573	29,8%	14,7%	2,0%	53,1%	0,4%	32,3%	21,6%	41,7%	4,4%	1,3941	1,5710	1,3645
3205002005011	3155	19,9%	11,2%	0,5%	68,0%	0,4%	55,2%	16,6%	25,2%	3,1%	1,1551	1,0903	1,1628
3205002005012	1590	25,8%	11,0%	0,3%	63,0%	0,0%	50,5%	22,5%	24,4%	2,6%	1,2705	1,1047	1,2917
3205002005013	1759	41,3%	11,4%	0,6%	46,7%	0,0%	44,7%	12,6%	38,8%	4,0%	1,6612	1,2869	1,7100
3205002005014	2677	30,0%	11,2%	1,3%	56,9%	0,6%	48,2%	14,2%	36,5%	1,1%	1,3265	1,1340	1,3518
3205002005015	3802	24,1%	10,5%	0,6%	64,8%	0,0%	63,6%	16,9%	17,7%	1,7%	0,9043	0,7514	0,9293
3205002005016	2312	16,3%	16,1%	0,4%	66,9%	0,3%	72,2%	12,8%	14,0%	1,1%	0,6171	0,6287	0,6149
3205002005017	1966	26,3%	15,5%	0,0%	58,2%	0,0%	74,4%	17,9%	6,0%	1,7%	0,9051	0,8519	0,9122
3205002005018	1736	27,9%	13,2%	1,2%	57,1%	0,5%	57,3%	11,1%	29,6%	2,0%	1,0928	0,9838	1,1082
3205002005019	1808	31,7%	6,1%	0,6%	61,7%	0,0%	67,9%	15,0%	13,4%	3,7%	1,0473	1,0225	1,0499
3205002005020	2793	23,8%	12,1%	1,7%	62,1%	0,3%	47,6%	20,4%	30,8%	1,3%	1,0897	1,0057	1,0994
3205002005021	2750	28,0%	13,1%	0,0%	58,7%	0,2%	50,1%	24,6%	22,8%	2,5%	1,0396	0,9264	1,0503
3205101003001	2180	26,2%	18,1%	0,0%	53,9%	1,7%	71,0%	15,5%	9,4%	4,2%	0,9064	0,8715	0,9103
3205101003002	3572	28,7%	5,3%	0,6%	64,9%	0,4%	62,1%	14,9%	21,1%	1,9%	0,9841	1,0965	0,9641
3205101003003	4213	24,8%	14,8%	0,0%	60,1%	0,3%	62,7%	18,7%	17,3%	1,2%	0,9747	0,9323	0,9829
3205200005001	2199	41,8%	8,0%	0,5%	49,1%	0,5%	35,0%	21,6%	27,2%	16,2%	2,6916	2,9465	2,6410
3205200005002	6854	75,1%	2,9%	1,0%	20,8%	0,1%	16,4%	6,1%	32,1%	45,5%	7,3858	7,6168	7,3425
3205200005003	4175	66,9%	2,2%	0,6%	30,3%	0,0%	19,6%	9,4%	35,7%	35,2%	4,4968	4,7771	4,4418
3205200005004	4237	63,8%	5,6%	0,6%	30,0%	0,0%	22,0%	7,5%	38,1%	32,3%	4,7360	5,0309	4,6520
3205200005005	2416	38,4%	7,9%	0,0%	53,4%	0,3%	42,2%	18,1%	32,1%	7,7%	1,8661	1,6866	1,8917
3205200005006	1833	42,3%	8,1%	1,7%	46,4%	1,5%	41,6%	21,1%	31,3%	6,0%	1,6272	1,5278	1,6415

3205200005007	3859	45,0%	7,0%	2,5%	45,2%	0,3%	22,0%	13,5%	43,6%	20,9%	2,0988	2,1985	2,0795
3205200005008	1869	33,3%	20,3%	1,1%	45,4%	0,0%	39,1%	12,6%	39,0%	9,4%	2,0813	1,6791	2,1289
3205200005009	1733	47,1%	6,8%	0,0%	45,2%	1,0%	32,5%	18,9%	38,6%	10,0%	1,8483	1,7572	1,8596
3205200005010	2112	45,4%	14,2%	0,0%	39,7%	0,7%	27,6%	17,0%	49,2%	6,2%	1,9008	1,7299	1,9305
3205200005011	3069	45,2%	8,5%	0,9%	45,4%	0,0%	36,8%	14,6%	38,3%	10,2%	1,9618	1,8203	1,9862
3205200005012	1492	37,7%	9,7%	2,5%	50,1%	0,0%	46,2%	20,0%	28,1%	5,7%	1,2439	1,1449	1,2530
3205200005013	1432	31,4%	11,5%	1,3%	55,8%	0,0%	49,6%	30,7%	17,9%	1,8%	1,3046	1,2408	1,3092
3205200005014	586	31,6%	13,7%	3,4%	51,4%	0,0%	48,0%	19,5%	32,5%	0,0%	1,0888	1,0282	1,0910
3205200005015	750	42,4%	5,7%	0,0%	51,9%	0,0%	55,8%	13,4%	24,9%	5,8%	1,1682	0,8945	1,1826
3205200005016	2106	37,1%	8,2%	0,3%	54,4%	0,0%	50,0%	14,4%	28,2%	7,5%	1,3968	1,4700	1,3914
3205200005017	1766	40,2%	12,9%	1,3%	45,0%	0,6%	41,7%	16,4%	34,3%	7,5%	1,5484	1,4676	1,5563
3205200005018	2377	34,7%	9,4%	1,4%	54,5%	0,0%	49,1%	22,8%	24,7%	3,4%	1,6608	1,1982	1,7123
3205200005019	8915	27,2%	12,5%	0,6%	59,2%	0,5%	60,5%	19,4%	16,6%	3,5%	1,1069	1,2664	1,0799
3205309005001	2615	50,7%	6,6%	2,0%	39,8%	1,0%	25,2%	13,2%	42,2%	19,4%	2,9581	3,2559	2,9090
3205309005002	821	20,8%	13,0%	0,0%	66,1%	0,0%	55,7%	18,5%	22,4%	3,4%	1,3038	1,0136	1,3199
3205309005003	1304	32,2%	17,0%	0,8%	49,9%	0,0%	43,5%	15,3%	35,9%	5,2%	1,2863	1,1821	1,2935
3205309005004	2753	48,2%	7,1%	1,3%	43,4%	0,0%	29,5%	16,7%	32,1%	21,7%	2,4651	2,5899	2,4485
3205309005005	1292	44,6%	8,0%	0,0%	47,4%	0,0%	33,8%	17,3%	31,8%	17,2%	2,1304	2,3963	2,1098
3205309005006	1113	42,0%	11,9%	0,8%	45,2%	0,0%	32,3%	18,6%	39,9%	9,2%	1,4958	1,2756	1,5171
3205309005007	1309	33,9%	15,9%	0,8%	48,4%	0,9%	41,5%	21,1%	32,3%	5,1%	1,0940	1,3199	1,0509
3205309005008	2275	63,8%	4,8%	0,0%	31,4%	0,0%	8,7%	7,1%	39,2%	45,0%	9,6744	8,1275	9,8945
3205309005009	2361	73,2%	3,8%	0,9%	22,0%	0,0%	15,1%	10,7%	24,4%	49,7%	11,4502	12,8999	11,1919
3205309005010	8335	73,0%	3,4%	1,2%	22,2%	0,3%	11,3%	7,9%	42,5%	38,3%	6,7997	5,2305	7,2047
3205309005011	1440	45,7%	12,6%	0,0%	40,7%	1,0%	15,6%	12,6%	44,9%	26,9%	2,7946	2,9293	2,7835
3205309005012	1612	33,1%	20,2%	0,6%	43,8%	2,3%	37,6%	16,4%	42,2%	3,8%	1,4154	1,7801	1,3655
3205309005013	2679	23,4%	10,5%	1,1%	64,6%	0,4%	55,8%	19,0%	23,4%	1,7%	0,8667	0,9439	0,8598
3205309005014	10567	58,5%	4,1%	1,0%	36,2%	0,2%	17,0%	10,4%	39,3%	33,3%	4,1900	4,1623	4,1958